



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)/
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) EM IMPLATAÇÃO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HERIFRÂNIO FERREIRA DE OLIVEIRA

**PLANEJADA, PARA QUEM? MÉMORIAS DOS OPERÁRIOS NA CONSTRUÇÃO
DE BRASÍLIA (1956-1960)**

CATALÃO-GO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Herifrânio Ferreira de Oliveira

3. Título do trabalho

PLANEJADA, PARA QUEM? MÉMORIAS DOS OPERÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1956-1960).

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo César Inácio, Professor do Magistério Superior**, em 04/07/2022, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do

[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **HERIFRÂNIO FERREIRA DE OLIVEIRA, Discente**, em 04/07/2022, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3009020** eo código CRC **E231A1B8**.

Referência: Processo nº 23070.028402/2022-64

SEI nº 3009020

HERIFRÂNIO FERREIRA DE OLIVEIRA

**PLANEJADA, PARA QUEM? MÉMORIAS DOS OPERÁRIOS NA CONSTRUÇÃO
DE BRASÍLIA (1956-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG) / Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito para obtenção do título de Mestre em HISTÓRIA. Área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores. Linha de pesquisa: História, Sociedade e Práticas Educativas.

Orientador: Professor Doutor Paulo César Inácio

CATALÃO-GO
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)GPT/Biblioteca
Universitária / UFCAT**

Oliveira, Herifrânio Ferreira de.
O048p Planejada, para quem? Mémoires dos operários na
construção de Brasília (1956-1960). [manuscrito] /
Herifrânio Ferreira de Oliveira. - 2022.
110, CX f.

Orientador: Profº Drº Paulo César Inácio.
Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal de
Catalão, (UFCAT), em implantação, Instituto de História
e Ciências Sociais, Programa de Pós - Graduação e
História – Mestrado, 2022.

Bibliografia.
Figuras, color.
Anexos.

1. História. 2. Memória . 3. Cultura. I. Universidade
Federal deCatalão, (UFCAT). Programa de Pós-
Graduação – mestrado. II Oliveira, Herifrânio Ferreira

**Bibliotecária documentalista
Joana Rocha de Souza / CRB-1/
1465**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ATA Nº 109 DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE HERIFRÂNIO FERREIRA DE OLIVEIRA, QUE CONFERE O TÍTULO DE MESTRE EM HISTÓRIA – NÍVEL MESTRADO PROFISSIONAL, NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Aos **trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **09h00m, remotamente**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: PLANEJADA, PARA QUEM? MÉMORIAS DOS OPERÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1956-1960). Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Professor Doutor **Paulo César Inácio - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)** “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência” com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Jiani Fernando Langaro - (FH/PPGH/UFG)** membro titular externo “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência” e a Professora Doutora **Jeanne Silva - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)**, membra titular interna “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência”. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** com distinção e louvor, pela originalidade e desenvolvimento metodológico, a banca recomenda publicação em livro. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Paulo César Inácio**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA:

PLANEJADA, PARA QUEM? MÉMORIAS DOS OPERÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1956-1960)

Documento assinado eletronicamente por **Paulo César Inácio, Professor do Magistério Superior**, em 30/06/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jeanne Silva, Professora do Magistério Superior**, em 30/06/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 30/06/2022, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2938947** eo código CRC **D6715C63**.

Referência: Processo nº 23070.028402/2022-64 SEI nº 2938947

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Jiani Fernando Langaro, por ter me ajudado quando ainda procurava uma oportunidade para cursar o mestrado e por sua participação na minha banca de qualificação e a professora e pesquisadora da Universidade Federal de Uberlândia, Janaína Silva quando que compareceu na UFCAT e prestou valiosa contribuição aos discentes do mestrado sobre a construção do objeto de pesquisa.

Aos docentes da pós-graduação: Prof. Luiz Carlo do Carmo, pelas aulas de História, Práticas Escolares e Saberes Sociais; Profa. Eliane Martins de Freitas, pelo ensino de teoria e metodologia no ensino de História; Prof. Paulo Inácio, que lecionou ensino, experiência e consciência histórica; Profa. Jeanne Silva, que fez parte da banca de qualificação e trabalhou com a disciplina Seminário de Pesquisa 2.

Também não posso deixar de expor meu sentimento de gratidão ao secretário da pós-graduação, Alex de Souza Oliveira, que sempre demonstrou boa vontade e competência nessa fase, quando, às vezes, exigi da área administrativa respostas improrrogáveis.

À colega de turma, Simone Cristina Marques, que, por termos o mesmo orientador, estávamos sempre em contato, falando sobre os desafios da pesquisa junto aos afazeres do cotidiano, mas, com um incentivo recíproco, íamos superando os empecilhos.

Às bibliotecárias da Biblioteca Pública de Brasília, Sheila Gualberto, que foi bastante prestativa e simpática quando eu a procurei em busca de bibliografias sobre a construção da cidade, e Taryrine Araújo, do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Aos atendentes da sala de recepção do Arquivo Público do Distrito Federal, que visitei por várias vezes atrás de documentos e fui muito bem recepcionado; à Agnês de Lima Leite, do Instituto Histórico e Geográfico, que, sempre atenciosa, me auxiliou na busca de materiais que fossem importantes para esta dissertação, bem como aos representantes da Associação de Moradores do Paranoá.

Ademais, reconheço a participação das pessoas que concederam uma parte do seu tempo para falar sobre suas experiências do período em estudo, como: Izido Firmínio de Araújo, operário das obras da construção de Brasília; a professora e pesquisadora Tereza Eleotério de Souza, do Arquivo Público do Distrito Federal; o historiador Elias Manoel da Silva e o primeiro superintendente, Sr. Walter Melo de Albuquerque, funcionários desse mesmo órgão.

Por fim, reafirmo meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio que, aos poucos, foi moldando minha relação com a metodologia adequada para

que eu atingisse uma reflexão coerente com o que se espera de um trabalho acadêmico. Isso foi de importância imprescindível para me ajudar na luta em relação à superação das minhas dificuldades como estudante de História.

“Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras, o que importa é modificá-lo.”

(Karl Marx)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo buscar e entender as narrativas elaboradas pelos operários e operárias que construíram a cidade de Brasília. Ao manifestar suas memórias, eles apresentaram suas vivências nos canteiros de obras e na resistência diante de um processo de exploração e violência ao qual se submeteram. Desta forma, reagiram, com resiliência, à determinação de seu retorno aos estados de origem, permanecendo na capital e lutando por melhores condições de vida. Este trabalho está alinhado com uma historiografia que reconstituiu, através da memória, a edificação, não apenas do passado, mas das tensões sociais, inclusive do presente. Partindo dessa perspectiva, as reflexões foram influenciadas por uma tendência progressista e libertária que se aproximam de teóricos como Alessandro Portelli, Edward Palmer Thompson e Raymond Williams.

Palavras-chave: História. Memória. Cultura.

ABSTRACT

The aim of this research was to seek and understand the narratives elaborated by the workers who built the city of Brasília. By expressing their memories, they presented their experiences on the building sites and in the resistance in the face of a process of exploitation and violence to which they were submitted. In this way, they reacted, with resilience, to the determination of their return to the states of origin, staying in the capital and fighting for better living conditions. This work is aligned with a historiography that reconstituted, through memory, the edification, not only of the past, but of social tensions, including the present. From this perspective, the reflections were influenced by a progressive and libertarian tendency and approached of theorists such as Alessandro Portelli, Edward Palmer Thompson and Raymond Williams.

Keywords: History. Memory. Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O ARQUIVO PÚBLICO NO BRASIL – QUAIS MEMÓRIAS PRESERVAR E QUAIS HISTÓRIAS CONTAR?	24
1.1 O ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	28
2. BRASÍLIA: CAPITAL PARA QUEM? MANIFESTAÇÃO POPULAR POR MORADIA	46
3. O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO NA CIDADE DE BRASÍLIA: CAMPO DE LUTA E SOBREVIVÊNCIA	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

Pesquisar as memórias dos operários da construção de Brasília foi recompor parte das minhas experiências enquanto filho de carpinteiro e cozinheira, trabalhadores na construção da capital. Ainda me lembro quando minha mãe me levava para os canteiros da obra, um mundo que surgia aos poucos da engenharia daquelas mãos marcadas pela rudeza do ofício.

Brasília foi planejada pela elite e para a elite. Recordo-me que, na década de 70, com 8 anos de idade, perambulava pelas Asas Sul e Norte, centro da capital federal, exercendo ofícios como lavador de carro, flanelinha, engraxate e pedinte cujos trocados conseguidos com as retóricas da comoção ajudavam no sustento da família.

Não me esqueço da minha estratégia de sobrevivência que colocava em prática no inverno, quando escondia minha camiseta velha em algum lugar e tocava as campainhas dos palacetes pedindo um agasalho. Este era para me aquecer e com orgulho, explicava aos companheiros como me apropriara daquela vestimenta.

Deslocando de ônibus da cidade satélite de Ceilândia, com minha caixa de engraxate nas costas, torcia para encontrar um cobrador sensato que me permitisse passar por baixo da roleta. Pagar a viagem minguardia ainda mais a ninharia conseguida com muita luta para ajudar no sustento da família.

Às vezes, na primeira tentativa, eu e meus colegas conseguíamos alcançar o intento. Outras vezes demorávamos mais e subíamos e descíamos do transporte coletivo, num desânimo que nos possuía, mas tínhamos que chegar lá. Incansavelmente eu perguntava às pessoas presentes na parada: “moço (a), para onde vai esse ônibus?”.

Eu era criança, com 10 anos de idade, filho de operário, negro, e tinha que tolerar as chacotas dos outros garotos por não saber ler, além das dolorosas experiências que tive em sala de aula. Como a ojeriza das meninas, que diziam: “o neguinho feio das mãos sujas de graxa”. Era, assim, sempre descartado das conversas secretas sobre os namoricos.

Recordo-me da professora, que me dirigia palavras racistas e agressões físicas. Não me esqueço quando ela ficava furiosa por eu estar conversando e tentava me atingir, a certa distância, com o apagador que eu sorratamente me esquivava. Aquilo passou como algo normal, que fora esquecido, pelo menos para ela e os seus expectadores.

Quero enfatizar também os momentos da minha visão turva, da falta de concentração na sala de aula devido à carência alimentar, tendo como única saída driblar o olhar do guarda atento e invadir, com toda voracidade, a horta no fundo da escola, onde tudo que fosse comível era devorado por uma fome insaciável. Esta era a minha velha companheira.

Sou habitante dessa “Brasília feia”, com ruas esburacadas e poças de lama permeadas por cachorros famintos, que tombavam as lixeiras para indignação das donas de casa, da noite sem fim pela ausência de iluminação pública, da falta de saneamento básico, do sonho de ter uma quadra esportiva, da presença permanente do Estado no quesito opressão com violência policial.

Nesse lugar ainda marcado profundamente pela discriminação social, eu ia atrás da sobrevivência no centro urbano, cujos habitantes apresentavam certa aversão pela presença daquele moleque maltrapilho que “importunava” os moradores em suas residências, no comércio e no sinaleiro de trânsito.

Brasília tem dois mundos bem diferentes. Um era retratado na tela da televisão, nas vitrines das lojas, que eu assistia sentado sobre minha caixa de engraxate, e que encantavam meus olhos o campo oficial de futebol mais as academias de artes marciais que me ludibriavam com os movimentos “mágicos” dos branquinhos burgueses.

Ainda me recordo das roupas de luxo, dos tênis caros, destoantes das roupas velhas que ganhava de esmola, do cheiro das comidas dos restaurantes grã-finos, das guloseimas que me paralisava diante do balcão da padaria, das bicicletas dos meninos presenteados nos dias de Natal e da cidade enfeitada, enquanto para mim nada mudava.

O outro lado da cidade pode ser representado pelo dia macabro em que, sentado em frente ao mercado Jumbo, vi quando um garoto desgarrou da mão de sua mãe e me ofereceu um pedaço de seu bolo. Eu, sem titubear, abocanhei o alvo e observei, logo em seguida, a sua genitora ordenando que o bom menino jogasse fora o que restou da ação animalesca da minha avidez.

Até hoje não entendo por que não me apossei do restante daquilo que fora arremessado aos cães. Não seria a primeira vez que saciaria a minha fome com o que viera do lixo. Lembro-me do pedaço de pão de queijo mordido e úmido da saliva de outrem, que ficou por anos presente em meu paladar.

Aquela cena em que a humanidade do garoto foi soterrada pela falta de resiliência da mãe me paralisou. Ainda me vejo em frente à porta daquele mercado, em um lugar circunscrito pela beleza e opulência, cujo direito se restringia a mim e a meus pares, somente contemplar, mas íamos transgredindo, a cada dia, em busca de sobrevivência.

Foi em meio a essa vida rica, com experiências dolorosas e pobres, em oportunidades necessárias para o desenvolvimento humano de forma saudável, que me deparei com as infinitas narrativas de pessoas que desembarcaram, em meio àquele vazio demográfico, distante de tudo, mas fecundo em sonhos e otimismo.

Ao acessar suas entrevistas, elas falam sobre o processo migratório que surgiu com as notícias de novas oportunidades, devido à grande demanda de mão de obra que circulava de boca em boca, recebidas através do rádio, em suas terras longínquas. Assim, um contingente expressivo de trabalhadores seguia em direção ao Centro-Oeste.

As pessoas se apresentavam como profissionais do mundo rural, acostumados com o trato da terra, exercendo uma agricultura familiar de subsistência como posseiros, arrendatários, parceiros e trabalhadores assalariados temporários. Sua partida para a construção da nova capital seria, também, mais um desafio em termos de aprendizado para um novo ofício.

Quando chegaram para trabalhar nas obras, passaram a desempenhar funções de serventes de pedreiro, pedreiros, eletricitas, montadores, carpinteiros, encanadores, comerciantes, cozinheiras, guardas, mestres de obra, motoristas, pintores, dentre outros. A grande maioria dessas qualificações foi adquirida numa relação solidária entre esses migrantes, quando o recém-chegado era orientado pelos mais experientes nos canteiros de obras.

Neste trabalho, optei por não usar o conceito de candangos para definir os operários da construção, termo de significado pejorativo que foi endereçado aos trabalhadores e trabalhadoras pioneiros da nova capital. Esse tratamento, ao se referir à gente simples, mostra um misto de desprezo e ojeriza por aquelas pessoas, cuja ausência seria impossível para que a cidade de Brasília se tornasse uma realidade.

Mas não reconhecem os operários e operárias como parte da memória de Brasília. O monumento construído em homenagem a estes procura ocultar a tentativa de retirá-los após sua construção. O conceito candango não valoriza as experiências individuais e as lutas políticas, empreendidas pelo povo, por moradia, para permanecer na cidade que ele mesmo construiu.

O critério usado na seleção das entrevistas foi de acordo com o posicionamento do trabalhador em relação ao contexto em estudo. De forma geral, a maioria das narrativas analisadas continha a fala de pessoas que apontam aquele período como um verdadeiro campo de luta. As dificuldades no cotidiano são praticamente um consenso entre aquelas pessoas, contudo, descartei posicionamentos que exaltavam as autoridades.

Deparei-me com narrativas de gente que não conheci que vieram construir a capital. Senti uma emoção inesperada, e isso mexeu com a minha reflexão sobre o objeto de pesquisa. Suas experiências faziam com que minhas memórias ganhassem luzes, me conduzindo para o

que foi vivido pelos pais e, quando eles falavam das dificuldades de criar as crianças, eu voltava novamente no tempo, e tudo aquilo era familiar.

Enquanto minhas experiências estão diretamente envolvidas com a história da cidade, a historiadora Heloisa Helena, em seu texto “A narrativa de um candango em Brasília”, trabalhou somente com uma entrevista do Arquivo Público do Distrito Federal de Eronildes Guerras de Queiroz (CARDOSO, 2004).

Todavia, essa instituição não tinha como propósito problematizar a realidade vivenciada daqueles trabalhadores e trabalhadoras. A prioridade era dar uma satisfação aos movimentos populares que, na década de 70, exigiam que as histórias daqueles que vieram construir a capital ganhassem visibilidade social.

Compartilhamos com HELOISA, que aquelas pessoas são portadoras de narrativas compreendidas como construtos do saber, prenes de ricas interpretações, numa dinâmica em que a sua subjetividade trouxe outros que participaram daquele processo histórico, em meio a um contexto marcado pela tensão das diversidades sociais e dos interesses envolvidos (CARDOSO, 2004). Pois,

Os historiadores comprometidos com a realidade social, afirmando e reafirmando a contemporaneidade e a vitalidade crítica da reflexão histórica, trabalhamos momentos, processos e lugares da experiência social, procurando compreendê-los em sua singularidade explorando-os de maneira relacionada na dinâmica social mais ampla; tornando-os mais sensíveis a indagação sobre as múltiplas culturas em suas peculiaridades e significados mais profundos, como possibilidades alternativas no jogo de poderes da mudança social histórica. (PEIXOTO; KHOURY; VIEIRA, 2004, p.116).

Nesse ínterim, a história da capital federal é interpretada pelas experiências não só individuais, mas coletivas, com o passado sendo reinterpretado entre o sentido do presente e as perspectivas de futuro. Assim, para Heloisa, é preciso levar em consideração a capacidade desses trabalhadores e trabalhadoras intervirem e transformarem o meio social em que estavam inseridos (CARDOSO, 2004).

Essa historiadora valoriza os discursos, que sobrepujam conclusões como as manifestas pela historiografia oficial, ao responsabilizar, com exclusividade, a importância do estadista, do engenheiro, do arquiteto, da autoridade e de seus correligionários pela realização daquilo que somente com a determinação da classe trabalhadora foi possível (CARDOSO, 2004).

Heloisa, ao decodificar suas narrativas, deixa clara a complexidade das relações humanas através da memória, ao enfatizar a maneira peculiar do sujeito de significar e narrar

os fatos (CARDOSO, 2004). Há, aqui, a crítica às interpretações compreendidas como certezas absolutas, uma ameaça constante para o manifesto cultural dos segmentos menos favorecidos da sociedade.

Já Ramond Williams permite compreender as classes populares representadas por sujeitos ativos e conscientes. Isso vai ao desencontro da concepção míope e ofensiva em relação à capacidade de o povo influir nas relações de poder que envolvem o papel do Estado na sociedade. Logo, ao trabalhar com os conceitos de ideologias, Ramond optou por “um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo” (WILLIAMS, 1979, p. 62).

Para WILLIAMS, a ideologia sofrera limitações quando compreendida como um conjunto de signos que resultou no isolamento do homem e de seu mundo, passando a ser entendido como ser incapaz de ousar. Justificada e defendida pelo cientificismo, essa concepção é uma ferramenta da burguesia que visa limitar a ação da capacidade humana no agir (WILLIAMS, 1979).

Esse autor, ao beber nas fontes marxistas, não defende as abstrações do sujeito, seus dizeres, suas imaginações e concepções para atingir o concreto, o ser corpóreo e mortal. Ele parte do sujeito real, da sua vida ativa e, a partir dessa realidade, é possível alcançar os resultados e os “ecos ideológicos desse processo de vida” (WILLIAMS, 1979, p. 64).

A consciência, de acordo com ele, permeia todo o espaço social sem distinção. É o construto das relações humanas e de tudo que venha a existir com suas práticas (WILLIAMS, 1979, p. 64). Essa questão é fundamental quando entendemos que aqueles retirantes estavam cientes dos desafios que iriam enfrentar ao chegar para trabalhar na construção da cidade quando perceberam que suas demandas passavam a passos largos das prioridades políticas.

Essa fase é o nascedouro do preconceito da elite de Brasília, com as pessoas de vestes peculiares, fala arrastada e dialeto próprio, de semblante cansado, surrado pela vida dura, com a maneira peculiar e experiencial de viver, interagir e lutar em busca de qualidade de vida, que foram tratados e rejeitados como uma ameaça para a consolidação de uma capital com seus requintes de modernidade.

Ouvi aqueles trabalhadores e trabalhadoras falarem de suas vivências enquanto eu engraxava seus sapatos no início da década de 80, nas avenidas comerciais da Asa Sul, com minhas incansáveis idas e vindas em busca de fregueses. Foi um período em que passei a conhecer outras histórias, contadas por gente como eu, apesar de outro olhar, manifesto por suas subjetividades, distintas em cada um nós.

As conversas geralmente eram sobre suas regiões de origens. Um mundo que variava entre muita privação, com a aridez do sertão, à opulência, quando o gráfico pluviométrico

favorecia o plantio e a possibilidade de se partir para o Planalto Central. Isso despertava neles um misto de entusiasmo com um olhar vago para o horizonte em relação ao porvir.

Porém, o sonho possível de uma vida melhor exigiu muita determinação quando o governo não tinha sequer uma política habitacional para os trabalhadores e trabalhadoras da construção de Brasília (DERNTL, 2016). Essa autora mostra Taguatinga como a primeira cidade satélite que surgiu em 1958, em meio às calorosas reivindicações populares, no descompasso do plano governamental.

Minha proposta vai ao desencontro dos argumentos da elite sobre a construção de Brasília. No cotidiano da gente simples, a inauguração da capital não teve o efeito dantesco divulgado pela alta sociedade, mas o que percebi, por meio da pesquisa, é que houve uma luta permanente daquelas pessoas em busca da sobrevivência.

Defender essa ideia demandou muita determinação quando as pesquisas que acessei estavam voltadas para a construção da cidade e a exaltação a autoridade, o que não representava a questão social. Trabalhar com a memória de pessoas simples foi muito difícil pela dificuldade de se encontrar um programa de pós-graduação que aceitasse essa proposta.

Meu primeiro contato com o Arquivo Público do Distrito Federal foi quando comecei a pesquisar sobre a Administração Pública na cidade de Brasília. Alguns professores céticos com meu tema falaram para eu procurar outro objeto de pesquisa, pois, nos processos seletivos dos quais participei, ele não despertou interesse por parte dos acadêmicos.

Conheci um docente, portador de uma paciência invejável com as minhas dificuldades e um humanismo que me despertava admiração, sugeriu que eu pesquisasse os operários da construção que participaram da construção da nova capital. Este me informou que havia um acervo de entrevistas dos trabalhadores da construção naquele mesmo arquivo público.

Ao acessar as fontes, estas me fizeram viajar no tempo. Aquela inquietação sobre a discrepância da minha realidade social e sobre a cidade com sua beleza e opulência fora conduzida a partir daí, por mim e por meu orientador, para o tribunal da história. Então, começamos a confrontar a fala oficial sobre a construção de Brasília, com as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras braçais.

Esses documentos, por serem produzidos por funcionários daquele órgão, exigiram um olhar mais cauteloso. Isso porque o Arquivo Público representa uma narrativa que não valoriza a importância dos operários para que Brasília se tornasse uma realidade. No entanto, reforça a tradição de uma história contada pela elite o que alija a participação popular do evento.

Como o arquivo é um capítulo desta dissertação, tivemos a necessidade de fazer contato com os funcionários do órgão e acabamos por realizar duas entrevistas com eles, responsáveis pela produção dos registros ou por sua guarda, por nós pesquisados. O intuito era entendermos melhor a posição da instituição em relação à problemática em questão, que é o objeto da nossa reflexão.

Um fato que me inquietou bastante foi não ter acesso aos endereços dos depoentes quando nosso alvo era fazer algumas entrevistas. Para entendermos como eles elaboraram suas narrativas, e se estas foram reelaboradas a partir de novas experiências no presente sobre o passado vivenciado.

Partindo desse princípio, buscamos referências nas contribuições do autor Alessandro Portelli (1996), que:

Traz uma grande contribuição ao tratar a subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade, segundo o autor, como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados. (PORTELLI, 1996, p. 2).

Esse autor aponta a resistência do sujeito em transformar a sua narrativa em mero instrumento para interpretação de outrem, pois contar está diretamente envolvido no narrar. É o que ele entende por subjetividade, que nada mais é do que a capacidade de o indivíduo significar sua experiência, além da sua disposição em atribuir características comuns que reforçam a conexão com o grupo social em que está inserido.

Outra questão que leva Portelli (1996) a ser um defensor intransigente em defesa da subjetividade é por entender que esta representa uma força que vai muito além do seu envolvimento na “objetividade factual do testemunho”. Para ele, o sujeito é capaz de argumentar, confrontando os argumentos estabelecidos com coerência e precisão (PORTELLI, 1996, p. 3).

Ignorar essa força é também não permitir sua capacidade de apresentar os fatos sem as interferências que subvertem o sentido da narrativa, o que levaria à negação da capacidade de o sujeito observar, significar e intervir na história. Desta forma, se silenciariam as vozes daqueles vistos como incautos diante do contexto político (PORTELLI, 1996).

Tentando romper com as críticas em relação à capacidade da oralidade como método de construção do conhecimento, Portelli (1996) faz uma análise comparativa entre os fatos daquilo que aconteceu e o texto que é a construção experiencial da subjetividade. Com isso, a

autoridade do documento não será hegemônica como construto das verdades em relação ao homem e a seu mundo (PORTELLI, 1996).

Para o autor, o texto interage, de forma harmoniosa, enquanto “dados de algum modo objetivos”, cuja comprovação é possível através de uma intervenção interpretativa de forma responsável, em campos teóricos como a linguística, a narrativa ou a literatura. De acordo com Portelli (1996), o ocorrido e o documento não se repelem, mas, juntos, contribuem para a elucidação do ocorrido (PORTELLI, 1996, p. 6).

Além disso, a realidade narrada pelos sujeitos só despertaria atenção quando a história social com Thompson (1997) trouxesse os conceitos de cultura e experiência como fundamentos nas análises das relações humanas. Deste modo, se focaria na compreensão das pessoas comuns em relação ao seu vivido e às suas intervenções, conforme essas experiências (THOMPSON, 1997).

Assim é imprescindível fazer uma reflexão minuciosa sobre essas fontes do Arquivo Público, por termos tido contato com alguns responsáveis na produção desse material e percebermos uma interpretação distorcida sobre Brasília do mundo dos interrogados. Destarte, faremos uma análise desses documentos, problematizando como foi a realidade popular no período em análise.

A história da cidade ao consagrar os personagens que se tornaram célebres nos meios midiáticos e intelectuais, é influenciada pelos resquícios de uma tradição baseada no modelo estruturalista já em fase terminal nos anos 70. As ações e a realidade dos indivíduos eram submetidas a modelos preestabelecidos, que “tirava [m] a face humana” de seus atos (CASTRO, 1997, p. 50).

Todavia, a trajetória daqueles operários e das operárias revela memórias com conteúdo de resistência, através de suas manifestações, que foram fundamentais nas conquistas dos objetivos almejados, possibilitando a visibilidade de pessoas anônimas em uma cidade que não seria projetada para eles, mas edificada pela habilidade de suas mãos.

Nossa proposta é problematizar suas narrativas, superando, desta maneira, o processo de desfiguração do passado, oriundo de preconceito e que nega a capacidade daquela gente de influir no cotidiano com o intuito de transformá-lo. Quando seus atos, como forma de luta, são ainda perceptíveis a todo instante naquele lugar.

O contraste entre o mundo moderno nas áreas nobres e o modo de vida do povo que vive nas cidades satélites, marca profundamente a conflituosa história da cidade. Mas nem por isso deixamos de perceber que Brasília foi além do seu projeto original, com a cultura popular envolvendo fortemente a sociedade e seus costumes.

No primeiro capítulo, como afirmamos, será com o Arquivo Público enquanto espaço produtor de memória. Sua inauguração foi em 14 de março de 1985, mas o programa de história oral agregou, no acervo, as experiências daquele povo, anos depois, no momento em que a constituição cidadã, de 1988, legitimou os direitos das minorias.

A nossa percepção da realidade social, sobre o período em análise, e de outras categorias como engenheiros, arquitetos, políticos e empresários tem um diferencial irrefutável. Ao ouvirmos e organizarmos a fala desses sujeitos, percebemos a contradição da hegemonia de um discurso oficial que permeia toda a sociedade brasileira.

O tema do segundo capítulo é o movimento popular por moradia. Formado por pessoas que, a princípio, eram concebidas como força de trabalho temporário, não permanecendo na cidade após o fim da construção. Contudo, se seus objetivos destoavam da política clientelista do governo federal, a luta foi a única forma de resistência para permanecer na cidade.

Enquanto as atenções eram centradas no plano piloto em relação ao andamento das obras e à sua finalização no prazo determinado, aos seus redores moradias improvisadas, ausentes de qualquer infraestrutura, se expandiam de maneira vertiginosa. Sinalizava-se, desta maneira, o prenúncio que acabou redesenhando o mapa da capital federal.

Esse cenário representou uma realidade contraditória, pois a obra faraônica foi se concretizando em meio ao caos, àquilo que era indispensável para o seu advento. Isso foi apontado como inaceitável diante dos expectadores que apreciavam, a cada instante, a cidade que nascia através da magia daquelas mãos, que também lapidavam, com maestria, os desafios da vida.

No entanto, não se pode deixar de enfatizar a inoperância por parte das autoridades responsáveis por aquelas ocupações. Isso comprova sobremaneira a falta de compromisso do Estado com aquelas pessoas que chegavam sem saber para onde ir, pois nem sempre havia vagas nos alojamentos das construtoras, e a solução era o improvisado, formando uma paisagem deprimente.

Assim, o advento das cidades satélites, que não estavam no plano das autoridades, foi considerado como uma emergência excepcional do governo federal, apontando a seca do Nordeste como resultado de uma migração em massa, e não o resultado da mobilização popular por moradia (DERNTL, 2016).

Esse fato, forçosamente, influenciou uma nova concepção do poder público em relação a política habitacional. Desta maneira, com o passar do tempo, a intervenção

impetuosa do Estado para com os formadores dos subúrbios ao redor do centro da capital perdeu eficácia com a legalização dos espaços ocupados.

As reivindicações desses trabalhadores e trabalhadoras ocorriam devido à complexidade dos desafios enfrentados por eles e por suas famílias, como não ter para onde ir e diante da discriminação da sociedade. Esta via o povo como um mal que precisa ser tolerado por causa da força de trabalho, até quando ela não fosse mais necessária.

O terceiro capítulo visa o cotidiano dos operários e operárias da construção de Brasília, num período em que a realidade daquelas pessoas não melhorou como eles esperavam, com sua permanência em Brasília, que surgia bela e perfeita, como o espelho de Narciso. Mas o mundo daquela gente carecia das condições básicas para viver dignamente.

O cenário era um mundo pontuado por barracos velhos, com sua limitação imaginária pela ausência de muros ou cercas. O conhecimento de cada morador sobre a metragem do seu lote era que dava a certeza de que estava no seu devido lugar. Porém, da porta para fora, todos transitavam, e a privacidade das famílias ficava entre quatro paredes, com suas fendas.

A ventania, então, ganhava força num terreno descampado, sem as construções que geralmente obstaríam sua ousadia, e ia arrastando as roupas dos varais, invadindo o interior das residências e criando redemoinhos para a euforia das crianças. Elas acreditavam que aquele que conseguisse entrar no cone de terra em movimento, com um dente de alho, poderia ver o diabo.

Esse vazio era o troféu conquistado, que não cessava a luta do povo. Que continuava reivindicando seus direitos sociais nas calorosas passeatas, além de enfrentar os empecilhos instituídos por uma burocracia de Estado, que procurava dificultar a vida daqueles que não pretendiam retornar para sua terra natal.

Brasília nunca fora lugar para a plebe, ao permanecer na cidade, o inconformismo da elite se tornou uma enfermidade crônica. Contudo, as gerações vindouras aprenderão com esses camaradas, que encontraram, por meio do enfrentamento às forças conservadoras, a possibilidade de realizarem o que realmente queriam ser.

1. O ARQUIVO PÚBLICO NO BRASIL – QUAIS MEMÓRIAS PRESERVAR E QUAIS HISTÓRIAS CONTAR?

A narrativa oficial, que se apropriou de um discurso excludente sobre o advento de Brasília criou, no imaginário social, a compreensão de que o progresso mais uma vez é fruto da destreza de uma classe social distinta e portadora do verdadeiro saber, considerado acima das experiências milenares e de sua importância para a sobrevivência da humanidade.

Além disso, sabe-se que os representantes das posições privilegiadas no âmbito social, são também os responsáveis pela cultura, no seu modo de fazer, interpretar e dar legitimidade àquilo que é compreendido como verdade absoluta. Assim, o que é visto como dissonância do meio cultural estabelecido passa a ser concebido como um estorvo à civilização.

Por isso, o Arquivo Público no Brasil é mais um instrumento para preservar um modelo de sociedade que defende os valores elitistas, marginalizando a classe trabalhadora quando esta é tratada como problemática para o utópico equilíbrio social. Sendo assim, Brasília é, para essa instituição, uma obra-prima que só foi possível devido às ideias e habilidades de um grupo seletivo.

O livro **História da Arquivologia no Brasil** (2012), de Bizello e Crivelli, faz uma análise do tema que vai do período Imperial ao regime republicano. Todo esse processo histórico é marcado pela necessidade de se documentar as questões de Estado e da sociedade no âmbito burocrático, para que a engrenagem do sistema não emperrasse (BIZELLO; CRIVELLI, 2012).

Segundo essa obra, o arquivo do império passou a ser o Arquivo Nacional, em 1838, no momento em que o país não era mais colônia de Portugal e enfrentava uma crise social, administrativa e cultural. Quando todo o acervo da administração pública ou de interesse das autoridades estava sob o domínio da coroa (BIZELLO; CRIVELLI, 2012).

No momento em que o rei e sua corte se instalaram no Rio de Janeiro, formou-se o reino unido, e a cidade fluminense passou a ser o centro das decisões políticas do Brasil. A burocracia brasileira reivindicava a necessidade de um arquivo para reunir as documentações dispersas nas províncias e colocá-las sob a tutela da autoridade (BIZELLO; CRIVELLI, 2012).

Pedro I, em 1822, ao proclamar a Independência, desencadeou a ruptura da administração brasileira com a política do Império português. A partir daí, houve a reunião do

parlamento para declarar a primeira Constituição de 1824, que mantinha os privilégios de uma monarquia representativa e hereditária.

Esse documento constitucional já mencionava a importância de um arquivo público para reunir e cuidar, com o devido refinamento, as documentações da administração pública e de obrigação do Estado (BIZELLO; CRIVELLI, 2012). As palavras de Castro (2008), em seu trabalho **Arquivologia**: sua trajetória no Brasil mostram quais os desafios do Arquivo Público na época de sua fundação:

Criado como um dos instrumentos viabilizadores do projeto político nacional, o Arquivo Brasileiro visava, ao mesmo tempo, fortalecer as estruturas do Estado recém-fundado e consolidar a própria ideia do regime monárquico em um continente republicano. Para atingir tais objetivos seria necessário recolher não só a documentação produzida pela administração pública, a fim de realizar sua função instrumental em relação ao novo Estado, como também os documentos referentes ao passado colonial, que se encontravam dispersos nas províncias e deveriam subsidiar a escrita da história da nação, a exemplo dos arquivos europeus, (CASTRO, 2008, p. 3).

Portanto, o arquivo, no período do Império brasileiro, seguiu a concepção de arquivo estabelecida na Europa, que procurava estruturar o Estado e “manter as diretrizes necessárias para sua legitimidade” (BIZELLO; CRIVELLI, 2012, p. 53). O intuito era não deixar de influenciar seu processo administrativo, além de sua participação na construção de uma história nacional.

Essa forte influência da cultura estrangeira foi robustecida pelo fato de os arquivistas responsáveis pela consecução dos primeiros arquivos públicos no país serem estudantes das universidades de Lisboa ou Coimbra, cidades cosmopolitas. Assim, importou-se, para o Brasil, uma concepção de sociedade distante da realidade nacional.

Por isso, não se pode deixar de perceber que a mentalidade da realidade social brasileira, por parte dos seus gestores, estava na contramão das questões de um país em formação. O Estado era um instrumento de manobra para determinados fins, sem um equilíbrio que atendesse os interesses da sociedade como um todo.

Para Castro (2008), a “cultura política” brasileira tem como alicerce a falta de distinção entre os interesses públicos e privados. Trata-se de uma marca do Estado patrimonialista português que herdou, como exemplo, o Arquivo da Torre do Tombo, que tinha sob sua guarda documentos cujo acesso era exclusivo do monarca (CASTRO, 2008, p. 3).

Nessa perspectiva, a sociedade desconhecia as informações dos acontecimentos relacionados à sua própria realidade social e vivia sob a imposição ideológica da realeza. Essa

restrição era uma política praticada em todo o mundo e seria superada com a Revolução Francesa, que inaugurou uma gestão mais democratizada de arquivo público.

A mudança, no entanto, não influenciou o Estado monárquico brasileiro. O império resistiu e manteve o seu poder centralizador. O arquivo continuou sendo um espaço exclusivo do primeiro escalão do poder, que restringia o acesso da sociedade às informações de natureza pública, em prol do construto de uma memória a partir do ponto de vista da autoridade.

A democratização, compreendida como uma causa republicana entrava em conflito com os dirigentes do Estado monárquico, avesso às mudanças manifestas pelos progressistas. Mas os democratas defendiam uma ruptura com o sistema autoritário e inoperante para o desenvolvimento nacional, regime que impedia mudanças fundamentais, como o projeto político que visava tirar o país do atraso de natureza socioeconômica.

As documentações que foram recolhidas das secretarias e dos órgãos provinciais para o Arquivo Público eram conduzidas por pessoas sem uma formação arquivista. Neste ínterim, documentos como os atos governamentais, com seus dubitáveis motivos e consequências, precisavam de uma metodologia para sua organização e conservação.

Essa instituição não perdeu sua representatividade, enquanto a:

Necessidade premente de construção da história de um novo Estado-Nação por ser essencial para seu sustento e sua permanência desse modo. Será através destes elementos históricos, entre outros, que surgirão os sentimentos de identidade, memória, coesão social e histórica (BIZELLO; CRIVELLI, 2012, p. 20).

A crítica à restrição da sociedade ao arquivo tornou-se consenso no partido republicano, que levantou a questão do direito de acesso à informação do cidadão. Essa proposta passou a motivar discursos acalorados no parlamento e ganhou cada vez mais adesão do povo para que os acontecimentos estivessem à disposição de uma livre interpretação.

Nesse contexto, a história ganhou proeminência ao ser considerada como uma ferramenta imprescindível na construção e consolidação do Estado, bem como a força impulsionadora no despertar da consciência coletiva da cidadania que fora, por séculos, vítima de uma tentativa de domesticação por parte das autoridades.

Com a proclamação da República, em 1889, e a queda do rei, o Arquivo do Império passou a ser nacional. No momento de mudanças significativas, como governo elegível, ideia de ufanismo e pátria e questões consideradas essenciais para a consolidação de uma sociedade democrática, desencadeou-se um grande entusiasmo nacional.

Entre 1950-1960, o historiador José Honório Rodrigues assumiu a direção do órgão e buscou novos conhecimentos inovadores no exterior, além de instituir a arquivologia, concebendo-a como lugar do conhecimento. Isso possibilitou oportunidades de cursos de qualificação no setor e, a partir daí, o arquivo, pela primeira vez, passou pelo processo de inovação (BIZELLO; CRIVELLI, 2012).

Nos anos iniciais do período republicano até 1960, inauguraram-se 11 arquivos nos estados da federação. Nesse momento, houve um movimento de viés político que buscou a disseminação do arquivo no seio da sociedade, conforme as pretensões do “governo federal e de seu sistema burocratizado” (BIZELLO; CRIVELLI, 2012, p. 51).

Contudo, a arquivologia não alcançou o nível almejado por não ter um estatuto similar ao da gestão das instituições públicas. Sendo assim, a atuação e a representatividade desse órgão não foram tratadas com o devido mérito, causando, desta maneira, seu isolamento perante outras prioridades no âmbito das decisões políticas.

As boas intenções não superaram a falta de uma intervenção, que almejava cuidados necessários para a preservação do arquivo e possibilitaria à arquivologia ser compreendida “como área do conhecimento”. Houve, porém, uma reviravolta quando “Essa demanda se torna possível, com a atuação do Arquivo Público Nacional” (BIZELLO; CRIVELLI, 2012, p. 53).

Na década de 70, essa instituição teve o apoio de pessoas influentes e da constituição da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), fundada em 1971, sediada no Rio de Janeiro. A meta principal era um debate nacional sobre a degradante situação dos arquivos no período e sobre quais medidas seriam tomadas para a resolução do velho problema (BIZELLO; CRIVELLI, 2012, p. 51).

Num momento em que o movimento popular passava a agir como força atuante no país através do processo de conscientização política, despertava-se o interesse do povo para aquilo que lhe dizia respeito. A partir desse cenário, o Arquivo Público contou com o desempenho de profissionais capacitados de diversos setores do meio arquivístico.

Assim, os arquivos deixaram o ostracismo e passaram a ser uma instituição verdadeiramente brasileira quando os clamores dos movimentos sociais pressionaram esse órgão a valorizar as práticas e memórias da classe popular, disponibilizando-as para pesquisa. Logo, descrevem os autores:

A partir de 1975, uma proliferação de centros de documentação, centros de memória e centros de referência, em seguimento ao intento de preservação da memória

nacional. Trata-se de um momento onde os arquivos históricos voltam a ter a valorização que lhes é pertinente, enquanto potenciais detentores de memória e fonte informacional para o desenvolvimento de pesquisas históricas, e demais trabalhos de investigação, para segmentos coletivos (BIZELLO; CRIVELLI, 2012, p. 53).

Através desses apontamentos, procurou-se demonstrar as relevâncias que marcaram a arquivologia no Brasil. Observou-se que esta sempre foi influenciada pelas questões políticas, administrativas e sociais do país durante o período Imperial, com seu acesso restrito somente à autoridade. Deste modo, com o regime republicano, o arquivo tornou-se público.

No entanto, o contato com a fala registrada da autoridade, por meio dos documentos, a princípio, parecia a solução ao descortinar o que foi guardado como segredo do Estado Imperial. Porém, com os republicanos, é necessário problematizar-sua verdadeira finalidade, a quem ele representa, para termos a consciência de suas reais intenções.

Pois o Arquivo Público no Brasil, portanto, em todo seu processo histórico, foi uma instituição indiferente à questão social. Com o seu acesso democratizado, foi possível uma reflexão sobre sua narrativa. O poder ao ceder perante as manifestações da sociedade, não deixou de incluir, com a dissimulação discursiva, aquilo que era privativo e se tornou público. Ou seja, a defesa dos interesses da elite que representa as variadas formas de exploração da classe trabalhadora.

1.1 O ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Segundo o Guia de Fundo do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), foi aprovado o Decreto nº 38.725, de 20 de dezembro do ano de 2017, com a afirmativa de ser um órgão com certa autonomia, voltado para o âmbito cultural, técnico e científico. Esse órgão estava vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal e garantia pleno acesso aos documentos sob sua guarda, defendendo o direito à cidadania e estimulando a produção de conhecimento tanto científico como cultural.

Ele surgiu em 14 de março de 1985, mas sua história começou nos anos de 1970, no momento em que o governo do Distrito Federal (GDF) celebrou o “Compromisso de Brasília” (COSTA. 2019 p. 9), no encontro dos governadores estaduais, para uma reflexão sobre o patrimônio histórico e artístico nacional.

Entre suas reivindicações, constava a solicitação de apoio do Arquivo Nacional aos arquivos estaduais e municipais para a preservação de acervos documentais, pois a alusão ao passado, segundo esse documento, era a essência do sentimento de pertencimento à nação.

Logo em seguida, houve o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972. Este comentou ou sugeriu que GDF providenciasse um Arquivo Público para o Distrito Federal, demanda que se realizou 13 anos depois e teve como pano de fundo a história oficial sobre a construção de Brasília.

Houve dois decretos que foram assinados em 27 de abril de 1983, se tornando fundamentais para a conservação da memória. O primeiro foi o de nº 7.492, que responsabilizava o GDF pela manutenção do acervo documental de Brasília e, assim, o órgão se tornaria referência para pesquisas sobre a cidade.

O outro, de nº 7.493, criou o grupo de trabalho e tinha como objetivo estudar, sugerir, propor e adotar medidas para a implantação do Arquivo Público do Distrito Federal, a partir da documentação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP).

No dia 2 do mês de abril de 1987, o Arquivo Público realizou o primeiro recolhimento do conjunto de documentos produzidos e acumulados por essa instituição no período de 1957 a 1960. O termo recolhimento foi assinado por várias autoridades, dando início à função para a qual foi incumbido.

Entre as autoridades, estavam: o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira; a diretora geral do Arquivo Nacional, Celina do Amaral Peixoto, e o primeiro superintendente do ArPDF, Sr. Walter Albuquerque Melo. Esse movimento sedimentou a posição política do arquivo em relação ao construto da narrativa sobre a cidade.

Os profissionais arquivistas e historiadores resolveram rever a situação desse material patrocinado pelo Arquivo Público do Distrito Federal e chegaram à conclusão de que parte considerável desses documentos não era do conhecimento dos técnicos e do público.

Logo, começou-se uma investigação sobre a origem desses materiais por meio dos registros de entrada do arquivo. Depois disso, criaram-se dispositivos simples de pesquisa com a finalidade de disponibilizá-los aos usuários na sala de recepção ao público.

Seu acervo é proveniente de entidades governamentais do Distrito Federal, bem como de pessoas e instituições privadas que tiveram participação imprescindível para a formação da memória histórica da capital. Foi um momento de grande entusiasmo por aqueles que visavam a uma posição de destaque.

Atualmente, o Arquivo Público do Distrito Federal é composto por 44 fundos arquivísticos de 21 órgãos públicos e 23 pessoas físicas ou entidades privadas, representadas

por personalidades da época, como: engenheiros, jornalistas, intelectuais, professores, médicos, funcionários públicos, advogados, dentre outros.

Para esta pesquisa, usou-se parte das entrevistas que estão no arquivo. O *corpus* documental traz os depoimentos dispostos no Acervo do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Esta documentação apresenta-se dividida em dois instrumentos de consulta produzidos pelo ArPDF, denominados: Catálogo – Depoimentos Oraís I – e Catálogo – Depoimentos Oraís II.

De acordo com informações do Catálogo – Depoimentos Oraís II, a história oral no ArPDF surgiu para incluir certos personagens ausentes na documentação oficial sobre a construção de Brasília. Trata-se de pessoas que vivenciaram uma época marcante da história do Brasil, com a consolidação e a migração administrativa da nova capital brasileira para o Planalto Central (CASTRO, 2008, p. 9).

O Programa Permanente de História Oral se originou com a ampliação dos conteúdos. Os critérios para as entrevistas cresceram ao se priorizar o resguardo das experiências e das memórias dos sujeitos que vivenciaram e participaram a sua maneira do período da construção de Brasília.

Porém, as narrativas dos entrevistados vão além dos temas que lhe foram apresentados e relatam as experiências e trajetórias de pessoas de classes sociais e visões de mundos distintos, no período da construção da capital federal. Essa documentação está dividida nas linhas de pesquisa: “1- Memória da Construção; 2- Memória Filmográfica; 3- Memória Fotográfica; 4- Yvonne Jean; 5- Brasília Palace Hotel; 6- Política e Sociedade; 7- Comunicação e Arte” (CASTRO, 2008, p. 7).

A primeira linha, que é a base do *corpus* documental da pesquisa, coletou “depoimentos de pessoas que desempenharam diferentes papéis profissionais durante a construção de Brasília, entre 1956 e 1960” (CASTRO, 2008, p. 8).

Sobre a composição do acervo, percebe-se que se trata de entrevistas realizadas em fitas cassetes, com duração de uma hora, em aparelhos de gravação portáteis. As entrevistas estão distribuídas de acordo com as linhas de pesquisa propostas pelo órgão e possuem o tempo médio de duas horas.

Ademais, o acervo original tem 285 fitas e seis CDs. As transcrições dos discursos dos entrevistados zelam pela autenticidade, com tratamento focado na pontuação, ortografia etc. As pesquisas estão disponíveis em disquetes, CDs e suportes de papel (CASTRO, 2008, p. 9).

Esses autores entrevistados deixaram documentados fatos sobre suas vidas e temas diversos de natureza social. Isso resultou em uma vasta documentação acessada por

pesquisadores que a utilizam em seus trabalhos acadêmicos, além de estudantes e leitores (CASTRO, 2008, p. 9).

Em relação à linha de pesquisa “Memória da Construção”, “o Catálogo informa que: Foi um trabalho realizado por pesquisadores resultando em um rico acervo de entrevistas sobre as experiências de pessoas que colaboraram de algum modo na construção de Brasília” (CASTRO, 2008, p. 9).

Foram ouvidos 101 trabalhadores e trabalhadoras que atuaram em várias áreas durante a construção, como: arquitetos, técnicos, trabalhadores manuais, engenheiros, políticos, funcionários graduados, empresários, jornalistas, artistas plásticos, médicos, dentre outros (CASTRO, 2008, p. 9).

O “Catálogo – Depoimentos Orais I” apresenta os dados de 19 trabalhadores e trabalhadoras braçais, sendo 16 homens e três mulheres, com entrevistas realizadas nos anos de 1988 a 2005, sendo que 12 foram ouvidas entre os meses de agosto a novembro de 1990. As várias profissões atendiam uma grande demanda dos operários para a construção da capital.

Como exemplos, têm-se: servente de pedreiro; operador cinematográfico; eletricista; motorista; carpinteiro; garçom; comerciante; guarda da pista de pouso; doméstica; camareira etc. A profissão mais procurada era a de servente de pedreiro, e o número considerado de entrevistados tem mais de uma habilidade.

A ficha desses profissionais, de acordo com o Catálogo, trazia os dados pessoais do/a depoente (nome, naturalidade, data de nascimento), bem como os dados de registro do depoimento (local, data, duração, entrevistadores), mas os endereços dessas pessoas não foram mencionados.

O depoimento mostra, por exemplo, a realidade vivenciada pelo/a depoente antes de vir para Brasília, além de: as atividades laborais na nova capital; a qualidade de vida em Brasília; os acidentes no âmbito do trabalho; o serviço médico durante a edificação e “a ocupação/profissão e a empresa com a qual possuiu vínculo” (CASTRO, 2008, p. 9).

A edição nº II enfatiza a gênese dos núcleos urbanos, com a história de vida dos candangos construtores da capital do Brasil. O testemunho, em sua plenitude, permanece na Biblioteca do Arquivo, disponível para acesso dos pesquisadores e do público em geral.

Essas linhas de pesquisa englobam temas inerentes, direcionados às cidades satélites, determinados pela diretoria de pesquisa dentro do Programa de História Oral. Trata-se de um projeto iniciado em 1987, que tinha a função de coletar entrevistas, gravadas pelos pesquisadores do ArPDF (CASTRO, 2008, p. 7).

O Catálogo nº II, o Núcleo Bandeirante, conhecido na época como Cidade Livre, era o ponto estratégico para a manutenção das edificações de Brasília. Taguatinga surgiu em 1958, Ceilândia foi formada pelos trabalhadores da Cidade Livre, e Planaltina já era uma realidade no século XVIII. As feiras livres foram igualmente arroladas nessa documentação (CASTRO, 2008, p. 7).

Dessa forma, o Catálogo – Depoimentos Orais II busca, principalmente, auxiliar os pesquisadores interessados na historiografia do Distrito Federal, retratando como se deu o advento das administrações regionais, conhecidas como Cidades Satélites, oriundas do processo de formação de ocupações irregulares.

O Programa de História Oral ficou sob responsabilidade da diretoria de pesquisa do Arquivo Público do Distrito Federal, que teve a competência de apresentar a historiografia candanga, informando como os sujeitos participaram, direta ou indiretamente, dos momentos que marcaram o Brasil moderno.

Essa publicação teve um conjunto de entrevistas variadas, distribuídas nas seguintes linhas de pesquisa: “Formação de Planaltina, Formação do Núcleo Bandeirante, Formação de Ceilândia, Formação das Feiras Livres, Formação de Taguatinga” (CASTRO, 2008, p. 9).

Contou-se com a formação de um acervo que se organizava disposto em 128 entrevistas, realizadas nos anos de 1999 a 2005, de autoria dos profissionais técnicos e pesquisadores do Arquivo Público do Distrito Federal (CASTRO, 2008, p. 9). Apresentava-se apenas a narrativa dos trabalhadores e sua visão de mundo ao elaborar argumentos sobre temas diversos.

Constata-se que todas as entrevistas que compõem esses acervos estão à disposição dos usuários no Arquivo Público do Distrito Federal. Esses pontos levam a conhecer mais sobre a origem do órgão e de sua trajetória, pois procura-se apresentar de maneira objetiva como se deu a sua formação enquanto instituição a serviço da sociedade.

Contudo, nesse entremeio, percebemos que a posição política do Arquivo Público do Distrito Federal, desde a sua fundação, esteve diretamente relacionado com documentos doados por pessoas, entidades e privadas, como foi citado acima, que eram relevantes para memória histórica de Brasília.

Assim, para se compreender o arquivo enquanto espaço produtor de memória, buscamos as análises do sociólogo Maurice Halbwachs (2013), em sua obra **A memória Coletiva**. O motivo é que essa obra fundamenta nosso entendimento ao apontar a força da reminiscência em meio às tensões sociais na sociedade, quando a recordação do passado revela um campo de luta social e política.

Esse autor parte da percepção que essa categoria deixa de ter um entendimento puramente individual ao levar em consideração que a memória do sujeito é também moldada por outras narrativas, pois nenhuma lembrança pautada na leitura e interpretação da realidade vivida pode existir isolada das relações humanas (HALBWACHS, 2013).

Ele concebe a memória como “um processo em construção”, por saber que a lacuna de um determinado evento pode ser compreendida como motivos, que não lhe dizem respeito, por exemplo, a algo inexplicável, ou que se perdeu ao longo do tempo, desconsiderando-se possíveis intenções e interesses ocultos.

Halbwachs (2013), ainda, chama de base comum aquilo que reforça a compreensão do grupo em relação ao seu posicionamento no mundo. A experiência aqui, para nós, é o ponto crucial para a resistência por quem lê e interpreta a realidade vivida, reforçando a coesão da comunidade em busca de visibilidade na cidade de Brasília, marcada pela discriminação aos trabalhadores e trabalhadoras braçais.

O baiano Walter Albuquerque Mello¹, residente na área central no setor da L2 Sul, foi entrevistado. Ele era amante das artes, veio do Rio de Janeiro para a cidade na década de 60, aceitou uma proposta para a montagem de uma discoteca, que foi concretizada, e de livraria, que ficou no campo teórico a posteriori, dando prioridade a outros interesses.

Antes de tudo é preciso entender que o Sr. Mello era mais um personagem em busca de novas oportunidades, num lugar que surgia no vazio do Planalto Central. Este local se tornou um campo de atração não apenas para o investimento do capital empresarial, como também para homens e mulheres que foram conduzidos por uma esperança já carcomida e que, naquele momento, parecia se fortalecer.

O entrevistado iniciou sua fala relatando suas primeiras experiências em Brasília com “a falta do que fazer”, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, que causou um clima de muita tensão, inclusive prejudicando o setor do comércio.

Logo, se posicionou como um homem público, vaidoso pela convicção de sua importância, e contou que recebeu um convite para trabalhar na Fundação Cultural, onde realizou um bom trabalho.

Nesse ínterim, obteve uma proposta para o cargo de diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Educação e Cultura e, deste modo, foi galgando na

¹ Entrevista concedida ao pesquisador pelo Sr. Walter Albuquerque Mello, em sua residência, na cidade de Brasília. No dia 06-08-2019, às 10h.

hierarquia do poder, conhecendo pessoas influentes que serão importantes para seu sucessor profissional enquanto gestor público.

Ele se apresenta como o autor de um projeto que sugeria a criação do Arquivo Público. Todavia, de acordo com as fontes, essa ideia já era debatida nos anos de 70, com o encontro de governadores que defendiam com urgência a preservação dos acervos estaduais. Walter começou a enxergar o mundo através de uma nova lente, a construção da memória de uma cidade baseada do ponto vista oficial.

O acervo do Arquivo Público do Distrito Federal é oriundo do recolhimento da documentação sobre a construção da cidade na Empresa Novacap, que não levou em consideração a conflitante diversidade social e cultural que compõe historicamente Brasília. Com isso as injustiças com a população foram ignoradas, para consolidação de uma política de Estado.

De acordo com o entrevistado, a importância de proteger esses registros estava relacionada à grandeza de sua história, quando a capital viria a ser o patrimônio da humanidade. Mas essa grandeza tinha um espaço limitado para quem não queria ver a Brasília onde a miséria contradizia, de forma fria e cruel, essa inverdade.

A documentação sobre a construção da cidade veio, como já foi dito, da empresa Novacap. Conforme as palavras do Sr. Melo, esta não tinha o devido tratamento, o que exigiu um trabalho penoso que começou em 1978 e terminou em 1985, ano da inauguração do Arquivo Público do Distrito Federal.

Assim, para que esse desígnio fosse alcançado, esse longo tempo de labuta não seria suficiente sem os vários contatos feitos pelo depoente. Estes contatos foram com os responsáveis pelos arquivos dos órgãos públicos nos estados e professores ligados à área de História e Arquivologia, além da dedicação de Melo aos estudos.

Nesse período, o gestor, ao acessar o espaço da intelectualidade, conheceu uma personagem, Dona Celina, diretora do Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro e neta de Getúlio Vargas, estadista de destaque na História contemporânea. O gestor se referiu a ela, ainda, como “a grande poderosa” (MELLO, 2019).

Essa diretora corroborou que técnicos fossem enviados para auxiliar na preparação do projeto, bem como um estágio para o depoente na área de Arquivologia, na cidade fluminense. A contribuição serviu para aprimorar a capacitação do administrador num setor que exige uma formação direcionada para organização e manutenção dos acervos.

O entrevistado afirma que a desvalorização do Arquivo Público, que foi tratado com esmero na sua administração, foi fragrantemente revelada na ocasião em que houve mudança

de governo e os funcionários indicados assumiram suas funções sem a formação necessária para um arquivista.

Então, um espaço voltado para a preservação dos documentos sobre a construção de Brasília passou a ter livros de diversos temas, indicados para uma biblioteca escolar. Nesse momento, Walter manifestou decepção ao dizer que o órgão perdia sua primazia num contexto político que ele não estava envolvido.

Nota-se que a sua insatisfação é resultado da perda de destaque do Arquivo apontado por Mello como de sua autoria, dentro de uma conjuntura na qual as forças políticas convergiram na época, para aquele propósito. Essa nova fase política em Brasília naturalmente trouxe novos autores e seus interesses para a arena do poder.

O primeiro superintendente continua apresentando seus desapontamentos em relação à mudança da forma de se selecionar a equipe de trabalho. Depois de sua gestão, para serem indicados, os futuros funcionários do Arquivo Público apenas precisavam da indicação de pessoas influentes.

Walter acreditava que o órgão deveria ser concebido como um espaço ausente da velha maneira de ser fazer política. Mas, somente essa afirmação não explica como é possível uma instituição de Estado ser blindada dessas relações e, assim, sua fala tenta ocultar o seu lado político.

A questão partidária nesse período foi determinante para indicar quem assumiria determinada função pública. O escolhido não seria simplesmente o hábil, e sim aquele que estava não só alinhado com as convicções ideológicas dos seus eleitos, mas disponível quando solicitado para agir de forma fidedigna.

Pois antes da intervenção eficaz a determinada demanda, podem prevalecer intenções implícitas e contraproducentes aos anseios sociais. Esses interesses eram manobrados pela artimanha dos ágeis experientes, atores que transformavam a finalidade da gestão republicana em negociatas para o usufruto de poucos.

O Sr. Mello narrou sua visita em vários arquivos dos estados brasileiros. Sempre enfatizou sua grande administração, trazendo como argumento a decadência dos arquivos estaduais. Não reconhecia, no entanto, que seu contato com instituições centenárias pudesse ter colaborado para o desempenho de sua administração.

Cheio de orgulho mencionou um folheto que ele ajudou a confeccionar sobre a linha do tempo, um registro do processo da idealização à construção da cidade de Brasília. Neste momento, ele comentou de forma vaga os inconfidentes, ideólogos que defendiam a mudança da capital federal para o Centro-Oeste.

Demonstrando seu lado intelectual, visando a legitimar a explanação de uma autoridade que apresentasse argumentos como se não fosse possível os refutar, expressou de maneira incontestada sobre a “grandeza do arquivo”, um modelo que, segundo ele, ficara como exemplo para os centros de pesquisa em todo o país.

Porém, o gestor afirma que aquele Arquivo Público do Distrito Federal, idealizado, se perdeu no tempo. O presente é uma decepção em relação aos seus dias de “excelência”, marcados por sua incapacidade de conduzir com maestria a função para a qual ele foi idealizado (MELLO, 2019).

Em meio às suas palavras, o resultado do seu empenho, naquele período, era uma coisa inatingível. A qualificação dos funcionários continuava como principal justificativa, sem levar em consideração a tendência política do órgão que, desta forma, não cumpriria sua função de natureza pública, que seria um compromisso com a questão social.

A postura desse interlocutor chamou a atenção por criticar seus sucessores, afirmando que o tempo de sua gestão seria um exemplo eterno. Exaltam-se suas práticas em detrimento do que seria a finalidade do Arquivo Público, enquanto espaço restrito para a produção do conhecimento, sem a interferência dos interesses individuais.

A disposição desse órgão em fazer entrevista com os operários da construção da cidade não foi a causa de uma suposta imparcialidade, como diz o Sr. Mello. Os movimentos populares na década de 70 insurgiram contra a postura elitista do Arquivo Público, obrigando-o a dar espaço para que os trabalhadores e trabalhadoras falassem de suas experiências.

Na ocasião em que as autoridades referenciavam a instituição, premeditadamente recebiam um tratamento recíproco, fundamental para aqueles que almejavam uma projeção nacional. A História construção da cidade, então, era elaborada da improvável autoria de sujeitos que não tinham calosidade nas mãos e nem roupas sujas de cimento.

O gestor falou dos trabalhadores e trabalhadoras que iam se aposentar e não tinham como provar o tempo de serviço prestado. Ele afirma que: “uma das coisas boas que fizemos, a Novacap, tinha as fichas das pessoas que trabalharam lá e nós guardávamos esse material e chegou hora dessas pessoas se aposentarem, choravam por sido aposentada graça essa documentação” (MELLO, 2019).

O Sr. Walter continuou com suas incansáveis reafirmações, apresentando-se como único autor de um “trabalho de excelência” (MELLO, 2019). Mas, pode-se perceber que ele foi mais um político de conjuntura, que se distinguiu sobremaneira pelo alto grau de exaltação nem sempre compatível com a importância da participação do sujeito ao ato consumado.

Em uma determinada parte da entrevista, o administrador quis saber se o pesquisador havia visto a placa de inauguração do Arquivo Público. Neste momento, ele enfatizou, com orgulho: “o meu nome está lá” (MELLO, 2019). A indagação sobre essa condecoração que estampava seu orgulho na face estava de acordo com as vaidades da elite, que não correspondiam à realidade dos operários e operárias da construção.

Conforme o Sr. Walter, a partir da fundação do arquivo, veio a ideia da criação de um fórum dos arquivos estaduais para informar aos chefes de Estado sobre sua importância na formação da identidade nacional. Ele afirma que, naquele momento, ocorreu uma mudança significativa através desse “processo de conscientização”, dizendo que:

Além do arquivo nacional, conheci o arquivo do Rio de Janeiro, procurei conhecer os arquivos estaduais que fiquei triste de ver, o estado de abandono dos arquivos brasileiro. A partir desse trabalho de conscientizar os governos de um maior apoio aos arquivos, houve um desenvolvimento. Era o seguinte, Os diretores se reuniam periodicamente, discutíamos os problemas e apresentamos uma carta falando da importância de se preservar os arquivos (MELLO, 2019).

No entanto, o superintendente não comentou que mudanças significativas eram essas, mas não se podia ignorar a força da cultura política dessa instituição no manuseio e conservação seletiva dos acervos para o construto de um ideal de nação, que não significa a inclusão de todos os segmentos sociais do país.

Resulta-se, com isso, uma política arquivista que tentava silenciar outros sujeitos, que têm muito a ser dito como se percebe no manifesto de suas falas durante as entrevistas analisadas. Suas experiências apresentam um período marcado por uma determinação popular contrária aos instrumentos de contenção dos projetos de vida daquelas pessoas.

Desse modo, se o Arquivo Público favoreceu, dissimuladamente, os interesses de grupos políticos e empresariais que apresentaram Brasília somente como centro do poder e marco da modernidade. Por outro lado, sua importância para o povo brasiliense seria uma força indispensável na militância por uma sociedade mais justa. Mas sua base não foi construída em solo fértil para proliferação dos ideais humanistas.

Quando perguntei ao diretor por que a história da classe trabalhadora só apareceu no arquivo anos depois de sua inauguração, ele negou que “não havia isso” e procurou justificar, dizendo que lá estava a ficha do engenheiro Oscar Niemeyer, junto com o trabalhador pobre. Enfim, passava-se uma ideia de total harmonia entre o povo e a elite na cidade (MELLO, 2019).

Contudo, ao se acessar as entrevistas concedidas pelos trabalhadores braçais, percebe-se que suas experiências são de 1988 a 2005, depois da sua inauguração, em 1985. Esse intervalo tenderia a se alargar para que o esquecimento consolidasse a intenção premeditada, que seria a hegemonia de um discurso florido, sem conflitos sociais, da autoridade sobre a história da capital federal.

Por causa da familiaridade que o Sr. Walter tinha com os políticos da época, isso é perceptível quando ele fala dos personagens famosos como JK, Oscar Niemeyer. Consolidou-se, portanto, uma relação amistosa que fomentou compreensões consensuais, necessárias naquele momento para apresentar o Arquivo Público como um espaço representativo de toda sociedade.

De outro modo, o interlocutor mostra a necessidade de se portar como conhecedor da realidade, enquanto representante naquele órgão, reservado aos notáveis. Esse personagem não admite o preconceito como todo intolerante, incapaz de carregar seu próprio fardo, no momento em que ele procura me convencer que não havia discriminação social.

O pobre, ao lado do engenheiro, como ele afirma, não foi a realidade das pessoas que chegaram onde muitas não tinham nem teto para se abrigar. Isso levou o povo a fazer do seu cotidiano um campo de luta e sobrevivência, para que fossem amenizadas as injustiças cometidas, de conhecimento de todos, mas ignoradas por aqueles que só tinham olhos para a cidade maravilhosa que surgia.

Outra afirmação sua era de que não houve uma indiferença em relação a participação dos trabalhadores e trabalhadoras na construção da cidade, durante sua administração no Arquivo Público do Distrito Federal. A demora em incluir a fala daquela gente no acervo se deu pelo fato do desconhecimento desses documentos na empresa Novacap (MELLO, 2019).

Mas, conforme esta pesquisa, as fontes sobre os operários da construção não estavam naquela empresa, mas foram produzidas no arquivo depois da sua inauguração, em 1985. Isso ocorreu num momento em que as vozes manifestas em símbolos, textos e fotografias dentro daquele órgão deixavam uma lacuna que resultou em questionamentos contudes e respostas imprecisas.

Na continuidade do seu discurso, o depoente falou do período que englobou a inauguração do Arquivo Público na cidade às entrevistas com os trabalhadores da construção como um “tempo de liberdade” (MELLO, 2019). Era como se as variadas formas de violências sofridas e narradas pelos operários da construção não significassem privação de direitos.

Walter não reconheceu a luta do povo, mas, ao fazer alusão à gestão de Juscelino Kubitschek, solidarizou-se com suas dificuldades que lhe impuseram, afirmando que “ele construiu uma coisa em praticamente três anos” (MELLO, 2019). Para o entrevistado esse estadista jamais será esquecido devido sua grande capacidade de um homem público que conseguiu realizar o inimaginável.

O ex-diretor do arquivo ao representar o célebre discurso oficial de que Juscelino construiu Brasília, reforçou uma convicção generalizada em todo o mundo, em detrimento de um diálogo com as categorias cultura e memória, que apontam a importância de outros sujeitos sociais no período em estudo.

Além do mais, a afirmação de que a nova capital seria uma realidade em três anos tornou dificultosa tal assertiva. Considerou-se o fato de sua construção, segundo a meta síntese, se efetivado em um quinquênio, o que também não podia ser acordado por quem vivenciou a fase da cidade esquelética anos depois de sua inauguração.

A história da nova capital tem uma ordem de acontecimento bastante interessante. A fase nos canteiros de obras ao período majestoso de sua conclusão se destoa profundamente das experiências manifestas nas vozes do povo, como a luta por moradia em meio a outros desafios, agora vivenciados pelos seus filhos, como o acesso ao ensino de qualidade.

Mas, questionar se Brasília foi construída dentro do tempo programado era o papel de uma oposição que se perdia perante uma euforia desenfreada na sociedade, o que fragilizava qualquer argumento contraditório por mais pertinente que fosse. Contudo, na década de 70, ela ainda se debatia entre as pancadas de ferramentas e a vozaria daquela gente aguerrida.

Quando o Sr. Walter Mello assegurou que nem todos teriam a devida importância reconhecida, nos surpreendeu, pois ele procurou, durante toda a entrevista, se posicionar como um guardião, na defesa de uma instituição comprometida em valorizar a pluralidade social e cultural daquela cidade.

Assim, ao ser indagado sobre sua opinião a respeito da construção da cidade destinada à elite, direcionou essa questão para o presidente Juscelino, que dizia: “o país era como um caranguejo só andava para trás” (MELLO, 2019).

A presença do homem do campo que coloca comida na mesa de quem sempre o tratou como escória era parte desse retrocesso. A intenção desse gestor visava a alcançar objetivos sem relações tensas ou luta declarada. A citação das palavras de JK foi a maneira de manifestar sua opinião, um tanto burguesa, de acordo com o posicionamento das autoridades da época.

Nesse momento, o Sr. Walter determinou a exclusão social como um câncer no Brasil. Ele não percebeu que essa injustiça permeia todo o cotidiano, inclusive por aquele órgão oficial de natureza pública, que desviou sua finalidade em servir o bem comum, favorecendo grupos munidos de poder econômico e influência política.

No final da entrevista, o Sr. Mello falou da importância de o pesquisador visitar o órgão para presenciar “o trabalho que eles herdaram” (MELLO, 2019). Seu entusiasmo, diretamente relacionado à sua biografia, se justificou, de maneira leviana, pela grandeza da cidade o que não significa uma política de bem estar social.

Há um trecho da entrevista concedida por Tereza Eleotério de Souza², historiadora formada pela Universidade de Brasília, que nasceu e viveu em uma área privilegiada da capital federal e se identificou como membro da primeira geração dos brasilienses. Ela afirma que esteve em três ocasiões no Arquivo Público.

Em 1989, tinha uma bolsa de iniciação científica pelo CNPQ, trabalhou com documentação textual da Novacap e separou processos que deveriam ser descartados. Em 1994, já como professora de história do GDF, retornou ao órgão quando começou a participar do programa de história oral, onde permaneceu por cinco anos.

Durante esse período, dentre outras atividades, tinha como função a elaboração de novas entrevistas e sua transcrição. Sua reconvocação, segundo Tereza, foi devido à experiência adquirida ao longo do tempo, no momento em que surgiu uma proposta da equipe para uma nova linha pesquisa, que era a formação de Taguatinga para “entender um pouco mais além da construção da cidade monumento” (SOUZA, 2019).

Em 2015, quando a professora deixou o arquivo nacional, foi convidada novamente pelo ArPDF, e lá permaneceu por mais quatro anos, saindo no ano anterior para realização dessa entrevista. Naquela ocasião, ela trabalhou na área de arquivo permanente e depois passou a exercer a função de gerente de difusão, responsável pela divulgação do acervo do ArPDF.

Tereza Eleotério afirma que o órgão foi fundado em 1985, num momento em que urgia sua disseminação em todo o país. Ela apontou o nome do Sr. Walter de Albuquerque Melo como “a pessoa que vai maturando essa ideia” (SOUZA, 2019). Ele, como funcionário da secretaria de educação, era responsável pelo patrimônio, por pegar a documentação da

² Entrevista concedida por Tereza Eleotério de Souza, no Cine Brasília, a esse pesquisador, em 21/07/2019, às 15h00min, Brasília-DF.

Novacap e “usa esse material como semente para germinar a ideia da criação do arquivo público do distrito federal” (SOUZA, 2019).

A pesquisadora falou da proposta de um arquivo na década de 70 e de sua concretização em 1985, no período da redemocratização no Brasil, com os fardados retornando para a caserna. Foi quando o governador José Aparecido de Oliveira, que era “um cara ligado à cultura em geral” (SOUZA, 2019), abraçou esse desafio que, naquele momento, era um tema debatido em todo país, influenciado pelo Arquivo Nacional do Estado do Rio de Janeiro.

Ao ser indagada pelo entrevistador sobre qual era a intenção para a formação do acervo da história oral, Tereza afirmou que:

Você tem na documentação administrativa uma história contada pelos documentos, como é que você compra areia para construção desse edifício, como é que você contrata as empresas para edificação, isso tudo você vai achar nos documentos administrativos. Você conseguiu recontar a construção desse edifício, mas os meandros disso, como que Niemeyer discutia com sua equipe, como é que iria ser esse projeto, isso tudo você consegue, só vai encontrar, se você consegue falar com esse arquiteto que trabalhou com Niemeyer. Então acho que vem daí a ideia do programa de história oral, pra você vamos dizer assim, recheiar um pouco essa história de vida (SOUZA, 2019).

Ela disse que, na época, a história oral passou a ser considerada como uma fonte de pesquisa, e o arquivo usaria como modelo a fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Foi neste lugar que ela esteve por três ou quatro vezes para participar de fóruns, enfatizando “que tem um acervo de depoimentos orais sensacional” (SOUZA, 2019). Em seguida quero saber como eram feitas as entrevistas, a forma de abordagem do pesquisador.

Então, a professora explica que:

Porque muitas vezes na casa dos entrevistados, os depoimentos, o áudio têm muita interferência quando acontece em casa, mas normal também. Mais isso era uma coisa acordada com os entrevistados. Principalmente quando é uma pessoa de idade, você tem que deixar mais a vontade possível para que ele fale né? Pouca interrupção a gente fazia, a gente evitava muito interromper, deixar falar. Só se estivesse fugindo muito a gente tentava trazer de volta (SOUZA, 2019).

O “trazer de volta” esclarece a necessidade de se ouvir o consensual, repreendendo, desta maneira, na inconsciência do sujeito, outras lembranças não pertinentes às perspectivas da historiografia tradicional. A capital, por “ser um monumento”, segundo a professora, despertava o interesse de as pessoas falarem, mas sobre esse mundo de concreto sem vidas e emoções. Logo, ela conta que:

Encontrou uma pessoa com aquele perfil que a gente queria, por exemplo, a gente queria entrevistar nesse aqui em Taguatinga. Quem eram as pessoas que tinham ajudado distribuir os lotes em Taguatinga [...]. A primeira coisa que a gente tem que ver é se o entrevistado tem as condições de depor. Em seguida diz que em geral sobre a história de Brasília as pessoas querem falar. É porque Brasília nos últimos anos é uma das coisas que as pessoas se orgulham em termo de arquitetura, né? (SOUZA, 2019).

Porém, a necessidade de os trabalhadores exporem suas vivências muitas vezes traumáticas pode ir além de possíveis vaidades. Essas vivências se manifestam como forma de resistência, mesmo perante as forças imperiosas que elaboraram uma história sobre Brasília e que não era, por isso, coerente, mas contraditória.

Como participante do Programa de História da fundação Getúlio Vargas, que na época fazia um trabalho de entrevista com generais, se apresentou como defensora da necessidade de “valorizar todos” que participaram da construção (SOUZA, 2019). Contudo, sua fala mostra simpatia pelas autoridades, responsáveis pelo modelo de sociedade excludente e opressora.

Tereza diz que os primeiros entrevistados foram os engenheiros, mas os trabalhadores da construção também foram ouvidos, fazendo uma crítica àqueles que reclamaram da falta destes na história da cidade. Ela citou, vagamente, o “cara da cultura” que precisava ser valorizado (SOUZA, 2019), mas não falou da cultura popular, que sempre foi tratada com intolerância.

Durante a afirmação de que era necessário ouvir as pessoas para dar mais vida à história, a professora lembrou a entrevista feita em Taguatinga com Raimundo Matias. Este era um líder comunitário que passou a viver uma relação muito estreita com os gestores públicos e, naquele momento, exercia mais um papel de articulador entre o interesse do povo e dos políticos do que um operário narrando suas próprias experiências.

Outra questão interessante é quando o pesquisador perguntou quais eram os objetivos das entrevistas. Ela citou outro personagem que mais estava para classe média do que para a realidade dos construtores da capital. Sua constante reafirmação de que as entrevistas trariam mais humanidade para a história de Brasília não significa que a prioridade era mostrar seu lado obscuro. Assim, a professora afirmava que:

Saber, por exemplo, você é do Rio de Janeiro e veio morar em Brasília lá no acampamento da Novacap para funcionário público aqui, como você resolvia essa questão? Lá no Rio de Janeiro você tinha lavanderia que você lava sua roupa. Como você resolvia isso aqui? Inclusive tem lavadeira que foi entrevista no programa de

história oral que muito interessante isso né? Como ela sabia que roupa era do operário, não misturar as roupas né? (SOUZA, 2019).

Seu posicionamento não deixou de demonstrar indiferença ao povo quando Tereza Eleotério contou sobre uma entrevista feita com um trabalhador. O sujeito foi procurado, contudo, a questão não era ouvir as vivências daquele homem, como foi sua chegada à capital, as dificuldades enfrentadas, seus sonhos e decepções.

Em 2015 procurei um operário que ajudou a construir a granja onde mora o governador, é em Águas Claras, porque eles queriam fazer uma pesquisa sobre a construção da casa, alguma reforma. Eu consegui achar um, lá em Val Paraíso com muito esforço e com ajuda na época da casa civil do governador, porque tinha acesso pelo nome a um CPF para gente localizar um telefone (SOUZA, 2019).

Trata-se da força do discurso empurrando para as margens indivíduos vistos como seres a-históricos, o que gera uma tensão entre as práticas do cotidiano dos trabalhadores e a compreensão um tanto partidária da sociedade. Desta forma, procurou-se reforçar os instrumentos de domínios, porém, isso não os inibiu, nem continha a luta do povo, que é a filosofia do seu modo de vida.

Acessou-se a entrevista da D. Amélia da Silva Araújo, concedida ao Arquivo Público do Distrito Federal, no mês de maio do ano 2000, para o programa de história oral, em sua residência. A entrevistada nasceu em 06/12/1928, no Município de Bom Jesus, estado do Piauí, e chegou como comerciante na capital no início da década de 60.

A operária começou falando sobre sua decisão de vir para o Centro-Oeste e o movimento por moradia que germinava naquela futura cidade. Ela afirmou sua indiferença à política, mas reconheceu a postura militante dos moradores do Núcleo Bandeirante, que formaram associação para reivindicar melhorias no lugar.

D. Amélia lembrou os tempos difíceis durante o movimento de fixação do bairro e a resistência contra a remoção, ao dizer que:

A gente queria crescer, melhorar. Nós viemos de Anápolis para aqui. Meu marido era comerciante em Anápolis, depois ele mudou para aqui era a primeira cidade, Cidade Livre naquele tempo, nós viemos para aqui. A senhora participou do movimento pró-fixação do Núcleo Bandeirante? Aquele movimento que eles fizeram, porque estavam querendo acabar com o Núcleo Bandeirante, a senhora participou? Não, meu marido participou naquele tempo, eu não. A senhora lembra assim de alguma coisa, do movimento? Eu lembro mais ou menos, não sei falar bem assim como é que foi, mas eu me lembro, mas não participei. E sobre as transferências das invasões que haviam aqui, elas foram transferidas? Algumas. É. A senhora se lembra qual foi transferida e para onde elas foram? Muitos foram para a Asa Norte, agora outros ficaram aqui mesmo, por exemplo nós ficamos aqui, tem o seu Manuel Machado também ele não foi; ele até se revoltou demais no dia para

sair, aqui foi uma coisa horrível, então ele não quis, não saiu, disse que não saia mesmo e não saiu, ficou, permaneceu aqui. E a senhora presenciou o pessoal demolindo os barracos para levar para os outros lugares? Só esse do seu Manuel Machado, ele era assim muito amigo nosso. E a polícia esteve lá, foi uma coisa terrível naquele tempo, mas os outros eu nunca gostei de participar, de ficar no meio assim sabe? Porque a gente não sabe o que pode acontecer, um tiro, uma coisa assim, uma briga (ArPDF, 2000, p. 1).

Por outro lado, a operária afirmou que havia uma tranquilidade se comparada com a violência dos dias atuais. A sua fala não deixou de apresentar o conflito social existente na época, mas possibilitou, em outra perspectiva, o resgate do ocorrido como justificativa para o manifesto, na atualidade, da inoperância do Estado aos desajustes sociais. Então, ela explica que:

A segurança nessa época era boa, aqui no Núcleo Bandeirante? Bem, era. Naquele tempo acho que era bem diferente não tinha assim tanta coisa. Tanta violência. Tanta violência como tem agora, Deus me livre. Mas naquele tempo era muito tranquilo, eu não me lembro de alguma coisa (ArPDF, 2000, p. 3).

A trabalhadora comentou sobre o início da prostituição, o seu lugar reservado, num baixo e misterioso tom de voz, marcado pelo moralismo da sua fé católica. Falou, também, do padre Roque como pessoa solidária na superação das dificuldades diárias e, por isso, ainda é lembrado pelos velhos residentes. Assim, ela expôs as formas de sobrevivência junto a uma sociabilidade que o povo ia construindo.

Bem, tinha um lugar reservado para esse povo. Até que em uma ocasião tiveram que tirar essas mulheres daqui, ouvi alguma coisa sobre isso. Que era logo aqui embaixo, nesse trecho aqui, tiraram, deram outro lugar para elas não sei onde também, sei que foram para diversos lugares. Eles queriam melhorar isso aqui. Eu sempre fui católica, sempre via catolicismo, mas tem a igreja batista também. E o padre Roque, o que a senhora acha que ele significou para o Núcleo Bandeirante? Eu acho que muita coisa, o pessoal queria aqui conseguia com ele, que estava sempre ajudando, foi uma pessoa assim maravilhosa sabe, muito. A gente não esquece dele um momento (ArPDF, 2000, p. 4).

Com criticidade, ela reclamou da falta de lazer durante a edificação da cidade, visto que as obras tinham um movimento incessante em prol de um projeto audacioso da alta sociedade. No entanto, o cotidiano das comunidades se resumia num campo de resistência e trabalho, faltando lazer que era preenchido pela criatividade daquele povo.

Exemplo disso foi ouvir de alguns operários dessa época que com quatro pedras, num espaço esburaco e enfiado de tocos, se fazia um campo de futebol: “Aqui nunca teve muito lazer. É como você vê, aqui é meio parado. Não havia clubes [...]. Tinha cinema, mas clube

mesmo... tinha o Grêmio uns tempos, mas não tinha muito lazer. Mas cinema tinha, que esse agora não tem. Acabaram” (APDF, 2000, p. 4).

Essa foi a flâmula do Arquivo Público do Distrito Federal, dentro do seu mundo institucional, defensor dos valores e do ideal burguês em detrimento da realidade vivida pelo povo. Conforme nossa pesquisa, sua posição está diretamente conectada com a história do Arquivo Público no Brasil, que favorece a preservação de um discurso que sobrepõe as histórias e memórias dos operários e operárias da construção.

Na década de 70, o país estava passando por mudanças significativas, como os movimentos populares e o fim do regime militar. Nessa conjuntura houve a necessidade de um olhar menos intolerante às minorias, momento em que o Arquivo Público do Distrito Federal cedeu à exigência de valorizar as experiências populares.

Como as de Dona Amélia, ao problematizar a narrativa engendrada durante décadas sobre a construção de Brasília, que omitiu a destruição de vidas e sonhos daquele povo, com a cumplicidade de um Estado que praticou em benefício desse projeto destinado a classe privilegiada, como será visto em seguida, atos criminosos.

2. BRASÍLIA: CAPITAL PARA QUEM? MANIFESTAÇÃO POPULAR POR MORADIA

No primeiro capítulo, procurou-se apresentar a posição do Arquivo Público do Distrito Federal ao apoiar aqueles que se autodeclaravam como os únicos responsáveis pela construção de Brasília, em detrimento dos operários e operárias da construção que não estavam entre as grandes figuras exaltadas pela euforia nacionalista que permeava todo o país. Essa era a convicção praticamente unânime e reforçada pelo Arquivo Público, que faz parte da construção de uma memória oficial e tenta silenciar os trabalhadores e trabalhadoras que construíram a cidade e viveram experiências de uma realidade que não foi tratada com o devido valor pela historiografia brasiliense.

Diante disso, esse capítulo vai mostrar como a vida da população de baixa renda diverge profundamente do glamour da cidade. Esta, para ela, representa a continuidade da busca pela sobrevivência quando deixaram sua terra natal, chegando em lugar um vazio e distante de tudo. Tendo como solução a resiliência e, com o término das obras, o desafio foi conseguir um espaço para morar.

Aqui presenciou-se o lado cruel da humanidade. A prioridade era fazer de Brasília um lugar para o deleite da classe abastada. Pra isso, não faltou determinação na contenção do movimento popular por moradia, uma ameaça para um projeto aprovado pela autoridade, mas ignorado por aqueles acostumados com a histórica relação tensa entre seus interesses e as prioridades dos governantes.

A partir da minha memória, o Capítulo 2 será iniciado e retratará as primeiras experiências que tive com minha família quando saímos da cidade satélite, do Gama. Nossa mudança para Ceilândia se deu quando os conflitos no âmbito familiar se tornaram insustentáveis, e o meu destino foi parar nas mãos de um magistrado que me indagou com quem gostaria de ficar.

Eu era uma criança, em 1978, muito apegada ao meu pai. Mas minha resposta, num tom baixo, saiu truncada, meio que inaudível: “minha mãe”. Ele não entendeu, e a situação ficou como estava. Até que um dia o velho passou na nossa casa e me levou para morar com ele e a Isabel, sua nova mulher, e dois irmãos por parte de pai. Lembro-me de partir com ele de mãos dadas em direção a um futuro que não foi promissor.

Meus genitores vieram do estado da Bahia, em 1964. Meu pai, Arlindo José Ferreira, era de Angical, e minha mãe, Evangelina Rosa de Oliveira, de Barreiras, municípios próximos naquele sertão baiano. Eles afirmaram que vieram para Brasília devido às dificuldades para viver em uma região, dependendo da misericórdia da natureza, para que a agricultura pudesse vingar e ter um estoque de alimento suficiente para o ano.

Dessa maneira, nem sempre o porvir trazia entusiasmo quando o presente se resumia na extrema carência das necessidades básicas. Então, o casal foi em busca de trabalho nos canteiros de obras da capital, já com o primeiro filho no colo. Ele era carpinteiro e ela cozinheira, e ambos chegaram pouco tempo depois da inauguração oficial da cidade, ainda no calor das comemorações pomposas.

Mas, ainda em 1976, a capital trôpega se movia lentamente, e havia muito por fazer. Recordo-me daquele cenário amarelado pela terra fina, com dezenas de obras inconclusas. A capital era um esqueleto. Essa foi a percepção do Jorge, um caipira das Minas Gerais, do município de Patos de Minas, que conheci, ao falar de suas memórias, quando lá chegou em busca de uma vida melhor.

Em 1978, como foi dito acima, fui morar com meu pai e sua companheira. Em lugar isolado de tudo, cercado por um cerrado infinito, deixei para trás minha mãe e meus quatro irmãos. Tenho comigo que era a Asa Norte, setor da alta sociedade. Nosso barraco se perdia naquela imensidão, e a escola que eu frequentava era distante. Lá eu chegava depois de um bom tempo, sentado na garupa da bicicleta daquele habilidoso carpinteiro.

Não havia nada naquele local, nem comércio, pessoas, barulho do mundo urbano. Era um isolamento. Parecia que a intenção era realmente nos escondermos dos olhares vigilantes da administração pública, afinal, éramos invasores. Não tínhamos vida social, mas isso perdia serventia diante da necessidade de termos uma casa para nos abrigar, independentemente do lugar e de quais meios seriam usados para consegui-la.

O acesso à água vinha de um cano, tipo chafariz, de alguma obra. Constantemente eu me deslocava para abastecer nossos tambores. Não havia luz elétrica, somente a de vela. A noite se resumia num vazio silencioso, que me amedrontava só de pensar e sair em meio àquela escuridão imensa, cuja vizinhança eram as cantorias noturnas dos grilos do cerrado.

Eu era um garoto amedrontado com as histórias que eu ouvia dos mais velhos sobre pessoas que morriam e reapareciam vestidas de branco para um desafeto, seu devedor ou até mesmo a uma pessoa querida. Meu pai nem sempre estava em casa, e eu ficava inseguro e suscetível a qualquer perigo.

Foi uma época de muita dificuldade, e a opção por aquele lugar representava o nível das condições precárias da vida que vivíamos. A solução foi buscar qualquer canto onde fosse possível erguer uma morada, e a nossa única certeza eram as investidas dos proprietários privados ou das autoridades públicas que exigiriam a devolução do terreno.

Com o passar do tempo, saímos de lá; não me recordo como foi nossa retirada, só sei que não houve violência. Na memória de um garoto, as sequelas não se apagam facilmente. Assim, vivíamos as incertezas do tão sonhado futuro promissor propagandeado em Brasília, que não foi endereçado a todos. Porém, isso não inibia a luta dos operários e operárias da construção com as constantes intervenções nos espaços vazios.

O período de nossa retirada foi marcado pelo esquecimento, um processo de vida que se apagou, dando espaço a outras experiências, mas diante da mesma conjuntura. Nessa labuta, a mendicância era uma ameaça que rondava meu imaginário cujo telhado seria o belo azul celestial. Era uma realidade dolorosa que me atingia de forma profunda.

Aquele mundo nos marginalizava; éramos invisíveis, ignorados. Nossa situação não era uma questão de interesse político. O sem teto era visto como um problema perante a intenção dos projetistas que defendiam um espaço harmônico entre suas partes, sem as indesejáveis arestas em suas margens, que rompiam com o ideal de perfeição e opulência de Brasília.

Mas as pessoas de diferentes lugares e culturas iam chegando, se conhecendo e compartilhando os desafios em meio à busca do objetivo comum. Essa foi uma causa que nos uniu, formando uma consciência coletiva que contrabalanceou as relações de poder em Brasília, com a maneira anárquica e rebelde daqueles que não se curvaram perante a oposição das autoridades.

Lembro-me da mudança com seu Arlindo e a minha madrasta para Ceilândia, em 1979, quando deixamos aquele mundo inóspito. Num caminhão abarrotado de móveis velhos, nos deslocamos em um caminho sem fim e de difícil acesso. Em seguida, os barracos de madeira eram erguidos numa rapidez surpreendente, cena corriqueira nesse período.

O comércio deficitário era distante, e não havia saneamento básico, iluminação pública, nem pavimentação asfáltica. O transporte coletivo era precário, e quadra de esporte foi uma realidade depois de décadas para a geração posterior. Havia, porém, muitas áreas vazias sem utilidade que, segundo as pessoas, seriam para instalação de serviços públicos.

As crianças, sem opção para brincar, forçavam a imaginação em busca de um entretenimento. Tratava-se de um mundo que não oferecia condições para que as fantasias

infantis fossem construídas, possibilitando, desta maneira, uma personalidade saudável, sem traumas, o que viabilizaria a formação de pessoas felizes e melhores.

Meu pai havia encontrado um lote habitado por cães que fuçavam os lixos jogados pelos vizinhos da redondeza. Eu, ingenuamente, via aquilo como nosso por não haver morador e começava a me alegrar ao ver os meninos, imaginando-os como meus companheiros de aventura naquele barro solto e avermelhado, com redemoinhos arrastando tudo, exceto a esperança daquele povo.

O velho tinha uma habilidade impressionante: removeu toda a sujeira para acabar com o banquete daqueles vira-latas “vagabundos”. As madeiras apodrecidas que pareciam inúteis da antiga morada aos poucos eram erguidas com maestria, e um novo lar surgia. Isso desencadeava em mim um sentimento vaidoso naquela mundo vazia de oportunidades e preche de infortúnios.

Tudo de repente parecia mudar para melhor, e a conquista de uma moradia na minha cabeça havia se realizado. A relação mais amistosa do meu pai com sua companheira trazia uma sensação de tranquilidade, mas nossa situação era mais complicada. Não fazíamos parte dos que foram contemplados pela administração pública para receber o terreno.

Então, não demorou a aparecer um sujeito de estatura mediana, da pele cor da noite, com olhar astuto declarando a propriedade como sua. Esse conflito de interesse foi para a justiça, e a lembrança daquele homem passando em frente à nossa casa, com uma maleta de portar documentos, nunca apagou o temor do despejo, que era um sentimento iminente.

Porém, outros permaneciam no enfretamento e continuavam ignorando a questão jurídica. Invadir uma área alheia não trazia constrangimento, afinal, ela estava inabitada. Esse entendimento vinha desde a época dos acampamentos na capital, quando os operários compreendiam que a ocupação era um direito para quem não tinha outra opção.

Mas o próprio Estado rompeu com sua velha geopolítica, que sinalizou, desde o princípio, as áreas que seriam ocupadas, deixando uma imensidão de descampados sem utilidade pública. Porém, o que veio depois foi a apropriação dessas terras pelo mercado imobiliário, consubstanciado com os políticos, em meio às constantes reivindicações populares por moradia.

Por isso que,

A demarcação para reservas estratégicas ou para povoamento é efetivada pelos cidadãos, pelos atores públicos e econômicos. Os territórios demarcados para o futuro são vistos como “vazios” urbanos (terras desocupadas ou vagas) e são objetos da ação dos incorporadores imobiliários, que lucram com terras valorizadas, em prejuízo das populações urbanas excluídas (PAVIANI, 2009, p. 2).

Uma realidade resistia de maneira dura e cruel. Muitos dos velhos companheiros e companheiras, cansados pelo peso da idade e de uma vida marcada pelo trabalho pesado nos canteiros de obras, continuavam sem uma casa que pudessem chamar de sua. E, para muitos, essa batalha não foi vencida. Quando a morte, soberana absoluta, interrompia a luta e os sonhos daquela gente.

Em 1979, o tempo se foi, e o velho foi junto. Era véspera de Natal, e eu tinha 10 anos. Enquanto lavava as peças do fogão sobre uma madeira e removia a água do balde com uma caneca para retirar o sabão, ele, com roupa de sair, passou por mim. Como de costume, nada falou e, logo em seguida, olhou para trás como se quisesse dizer algo. Seguiu a rua esburacada pelo lamaçal e nunca mais voltou.

Fugi de casa e dos maus-tratos da minha madrastra, em direção à outra Brasília, que é bonita e não construída para gente como eu. Fiquei sabendo, depois de décadas, através da minha meia irmã, que o proprietário do terreno havia ganhado a causa e não demorou para ele aparecer com outra pessoa e os obrigar a se retirarem do local.

Essa não foi uma situação incomum de pessoas que vagaram no Planalto Central e viveram cada dia com a incerteza do amanhã. A ideia de permanecer na cidade era um movimento contrário às normas estabelecidas e, por isso, ousado e perigoso. Para um povo solitário, distante de suas origens e tratados como intruso.

Estudos como os de Heloisa (CARDOSO, 2004), que exaltaram os candangos, não deram a devida importância ao próprio sentido do termo, que semanticamente é depreciativo, como mostra o livro **O mito na trajetória da nação** (OLIVEIRA, 2005). Essa referência, dada à gente pobre como distinção de classe, não incluía os pioneiros, aqueles que chegaram primeiro, representados pelos mais afortunados da sociedade.

Compreensão fundamenta a narrativa oficial do processo histórico sobre a construção de Brasília. Ou seja, não se deu o devido mérito as pessoas de carne e osso movidas por emoções e necessidades, numa subjetividade que vai muito além do monumento em sua homenagem. Ocultaram-se, deste modo, suas memórias e histórias, sendo retratados como objetos sem nenhuma relação temporal com a vida.

Enfatizar a capacidade do sujeito como agente consciente e transformador das relações sociais com as quais está envolvido reforça o enfretamento à postura das forças reacionárias, contrárias ao projeto de vida da classe trabalhadora. Trata-se de uma questão de grande relevância por mostrar a política de Estado que foi empreendida.

Os primeiros retirantes em Brasília, aqueles que desbravaram e colonizaram a região, não foram chamados de pioneiros. Essa denominação foi dada aos funcionários da Novacap, como arquitetos, engenheiros, professores e profissionais liberais. O que poderia ser uma mera distinção conceitual refletiu nas relações sociais permeadas por conflitos de interesses.

A caneta do intelectual e o carimbo da autoridade consagraram como os grandes autores daquele processo histórico, aqueles que rascunharam o papel e apresentaram uma teoria grandiloquente. Mas esta por si só ficaria sem serventia em algum lugar, talvez como objeto de estudo, sem efeitos práticos, para utilidade pública.

O tratamento da elite com formação intelectual em relação aos trabalhadores e trabalhadoras braçais era preconceituoso, estes eram vistos como rudes e desprovidos dos valores da ciência. Isso se agravou ainda mais com a política de governo que priorizava, acima de tudo, o andamento permanente da construção e tinha, à sua disposição, um contingente ascendente de mão de obra, o que desvalorizava a força de trabalho.

Partindo dessas observações, acredita-se:

que interessam ao investigador as lutas reais; não só aquelas que se expressam sob formas organizadas como também as “formas surdas” de resistência, estratégias ocultas de subordinação e controle; com isso incorpora grandes áreas da resistência humana essenciais para compreensão do social (PEIXOTO; KHOURY; VIEIRA, 2007, p. 18).

Era um momento envolto de tensões sociais, conhecido como Era de Ouro, entre as décadas de 1950 e 1960 (BÉU, 2013). Período marcado pelo entusiasmo emergido no primeiro mundo, quando o capitalismo atingiu um nível de rendimento que possibilitou a realização do consumo em massa, uma fase passageira, de grandes realizações, na perspectiva da economia de mercado.

Em meio a essa conjuntura internacional, houve a Era de JK no país, representada: pelo modernismo do projeto urbanista de Lúcio Costa; pelas majestosas obras de Niemeyer; pela industrialização, com a migração das grandes montadoras de automóveis através das oportunidades de negócios, e pela edificação de Brasília, que atraiu milhares de trabalhadores e trabalhadoras para a região Centro-Oeste.

Esse ideal desenvolvimentista trouxe uma falsa sensação que, em seu bojo, estava o compromisso com a questão social. Mas o projeto de governo que visava ao desenvolvimento nacional, na prática, não incluiu resolver o problema da pobreza. Este, ainda hoje, faz parte da capital federal, um dos lugares de maior desigualdade socioeconômica do país.

Os primeiros operários e operárias com suas famílias viviam na cidade livre. Contudo, aqueles que não tinham prole ou eram solteiros moravam nos acampamentos das construtoras por um período determinado. Isso significava que o término da estadia com o fim das obras estava diretamente relacionado com seu retorno aos seus estados de origens (TAMANINI, 2003).

Havia também os recém-chegados que não encontravam emprego e improvisavam, num espaço qualquer, uma lona para se proteger das noites frias. Eram vidas humanas em situações que agrediam a alma, para quem o bem-estar da pessoa seria um direito universal acima de qualquer prioridade, mas que foi negligenciado pelos guardiões dos espíritos medíocres, que realizam seus projetos políticos sobre a miséria alheia.

Nesse ínterim, o que imperava na mente dos trabalhadores e trabalhadoras era para onde ir quando não fosse mais necessária sua força de trabalho. A determinação das autoridades que reafirmavam constantemente a impossibilidade de sua permanência na capital era como um vento que passava, induzindo-os a ruminar uma solução para permanecerem em Brasília.

Assim, não havia políticas públicas que solucionassem as demandas dos operários que só tinham a força enquanto unidos por um objetivo comum. Foi somente com o movimento popular por moradia que os gestores passaram a tomar iniciativas perante uma situação cada vez mais incontornável, quando aquelas pessoas demonstraram que não mudariam seus planos.

O arquiteto Lúcio Costa, mundialmente conhecido por ter elaborado o projeto do Plano Piloto, destacou a importância de se evitar a formação de favelas, ao afirmar que:

“Devemos impedir a equitação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe a Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para totalidade da população” (TAMANINI, 2003, p. 243).

No momento em que os alojamentos e a cidade livre já não eram suficientes para acomodar o povo, começaram as ocupações dos espaços vazios, que não tinham finalidade pública. No entanto, como foi dito, o porvir mostrou que eles estavam reservados para os grandes empreendimentos, o que justifica a ideia de uma sociedade pautada na segregação social.

Há uma questão digna de nota quando penso sobre as conversas de operários que eu ouvi nos diversos momentos dos seus cotidianos. Muitos vinham sem saber para onde ir, movidos pela força da ocasião, conforme informações imprecisas que recebiam, e penetravam naquela imensidão, se perdendo diante dos olhares de seus compatriotas.

Os velhos trabalhadores e trabalhadoras falavam sobre as ousadas invertidas que transformavam uma área de cerrado em conjunto habitacional. Durante a noite, dezenas de barracos eram erguidos num espaço temporal, de forma surpreendente. Durante o dia, a situação era calma, com suas atividades corriqueiras, e nada sinalizava para o que advinha daquelas pessoas.

Por isso, acredita-se que:

Não só ao poeta mas também aos historiadores incumbe recuperar lágrimas e sorrisos, decepções e esperanças, fracassos e vitórias fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saída na sobrevivência, gozando as alegrias da solidariedade ou sucumbindo ao peso de formas adversas (PEIXOTO; KHOURY; VIEIRA, 2007, p. 12).

Era um movimento de uma paisagem desordenada de gente, que ia tomando as medidas possíveis para minorar a precariedade das condições de vida. No mesmo instante, incomodavam os “grã-finos” e surpreendiam os administradores da cidade, que ficavam paralisados pela ineficácia de suas medidas ineficazes diante do movimento popular por moradia.

As ações do poder público com o uso arbitrário de força se deparavam com uma resistência que agia de maneira oculta e imediata. Destarte, fragilizava-se a consolidação de um modelo de cidade que ia sendo alterado pela impossibilidade de realizar a utopia de um mundo perfeito.

Os barracos eram improvisados, de forma inusitada, como a conhecida Papelândia ou Sacolândia, formada por moradores que construíram suas casas com saco de cimento (TAMANINI, 2003). Esses barracos sinalizavam, desta maneira, outros meios de vida, de realidade, que ainda marcam profundamente a memória daqueles operários e operárias na capital da esperança.

Não estamos nos referindo às brincadeiras de criança, mas ao ato de desespero dos maltrapilhos que não se curvaram à força das autoridades. Enquanto uma euforia tomava a cidade com os preparativos para sua inauguração, em suas adjacências, como soldados entrincheirados, os camaradas resistiam, dando continuidade à luta.

Em suas memórias, Juscelino Kubitschek discursou sobre as cidades satélites e as apresentou como os:

primeiros frutos da política de integração nacional” que ele vinha realizando a partir de Brasília. Na revista *Brasília*, órgão oficial de divulgação do andamento das obras, Taguatinga apresenta-se, por ocasião da primeira visita de JK em 9 de agosto de

1958, como núcleo previsto para ser construído em época mais remota, mas, “circunstâncias imprevisíveis de uma calamidade nacional obrigaram a surgir como milagre da operosidade em 15 dias (REVISTA BRASÍLIA, 1958, p. 18).

Desse modo, o núcleo aparece como obra do governo e resultado de uma condição excepcional – a seca no Nordeste que teria levado à imigração em massa – e não em sua origem conflituosa como demanda de moradores (DERNTL, 2016, p. 358).

Sendo assim, a vitória dos ocupantes foi sendo digerida ao longo do tempo. Houve proposta das autoridades para aquelas pessoas, como retornarem aos seus estados, ficar em albergues ou aceitar terreno no estado de Goiás que não foram aceitas. No instante em que Brasília, filha única e mimada, visava a delegar a outro ente da federação um problema social que não era de sua responsabilidade.

A aversão que a presença da gente simples causava à elite brasiliense é espantosa. Era como se os trabalhadores e as trabalhadoras fossem estrangeiros pertencentes a uma minoria distante de seu mundo, em meio à beleza de uma cidade construída pela determinação daqueles considerados apátridas, que partiram de lugares longínquos e cumpriram uma missão em troca de um salário mingüado.

Retornando, em seguida, com as mãos abanando, os bolsos vazios e deixando para trás o resultado de anos de trabalho. Essa era a ideia. A exploração mais uma vez seria o caminho mais fácil para a elite atingir seus propósitos, com a certeza de que os operários e operárias estavam ludibriados pelos discursos de JK que exaltava a determinação daqueles retirantes.

Se as ocupações de outrora eram as cidades satélites de hoje, isso se deu com o processo de conscientização coletivo, somado a uma chegada incessante de gente. As pessoas perceberam que a luta árdua e permanente não seria tão danosa como o pavor de viver sob as constantes ameaças de demolição dos seus barracos, apavorando o bem-estar de suas famílias.

O retorno à terra natal não era o propósito dessas pessoas, restando, assim, o enfrentamento. As floridas narrativas sobre a capital federal não teriam tanto *glamour* se valorizassem a outra parte de sua história, soterrada sob os escombros das inverdades, explicando por que as autoridades não cumpriam seus deveres conforme os princípios republicanos ao fazerem, da coisa pública, um privilégio reservado para poucos.

Os administradores da construção de Brasília eram indiferentes com a responsabilidade fiscal quando os gastos ultrapassavam o teto estabelecido para o ano vigente. A conclusão das obras com o ato solene da inauguração da cidade era o mais importante, e isso marcaria o domínio político sobre uma oposição, cada vez mais isolada, contrária à transferência da sede do governo federal.

No **Diário Carioca-Brasília**, em 3 de dezembro de 1963, mostra-se o deferimento do “orçamento para Brasília com um saldo negativo de 45 bilhões”. Isto estava explícito numa nota em “em regime de urgência urgentíssima” e sem questionamento do senado federal, que outorgou esse “orçamento” para o ano seguinte.

Nesse contexto, os gastos sinalizam para o velho efeito colateral da realidade socioeconômica do país, com as verbas públicas sendo desviadas para os setores que atendiam as negociatas dos gestores e empresários. Este fato estava em desacordo com uma gestão transparente e eficaz com o Estado, voltado para a resolução das questões de interesse social.

Enquanto isso, ainda era midiática a estratégia do presidente JK com suas idas e vindas aos canteiros de obras, dando tapinhas camaradas nos ombros dos trabalhadores. É verdade que o estadista era aclamado por aqueles homens, pois Juscelino se dirigia aos operários com discursos exaltados para levantar o ânimo: “A triste aparência de um indivíduo abatido, com que Euclides da Cunha retratou o sertanejo, está-se pagando do panorama brasileiro. Vocês não o encontram no companheiro candango, a quem devemos esta cidade” (BÉU, 2013, p. 41).

Contudo, a consideração ao líder não representava uma obediência cega. O povo foi inflexível em relação aos seus objetivos, contrariando o governo ao acreditar que, como gado, obedeceria à ordem do seu dono, deixando a capital de forma pacata e ordeira quando não fosse mais necessária sua força de trabalho.

Deste modo, a utopia seria idealizada sem conflito de classe, ausente de desigualdade social e da contradição humana que nos arrasta para a indiferença com o outro. Isso consolidaria a intenção manifesta, rompendo com a problemática do mundo moderno que contrasta com a pobreza e seus justificáveis efeitos deletérios, como o terror incessante da violência urbana.

São fatos concretos que permitem problematizar a velha argumentação reacionária de que a gente simples não tem capacidade de interpretar e intervir no processo histórico em que ela está inserida. É uma tentativa de excluir e manter as rédeas, conduzindo-a ao bel prazer, segundo as estratégias para a manutenção da invisibilidade social.

No período à resistência permanente e à determinação do poder público para que as ocupações fossem derrubadas, houve motivos diversos. Primeiro, como se sabe, se isso ocorresse de forma intempestiva, fortaleceria a intenção do governo, que sempre defendeu o retorno dos trabalhadores e trabalhadoras para os lugares de onde vieram, ficando a população de baixa renda sem alternativa.

Em segundo lugar, os moradores não abriram mão de uma localização privilegiada como a Vila Telebrásilia, setor próximo ao aeroporto, jardim zoológico e hospital. Seus residentes asseguravam que “a união é marca da comunidade”. Na entrada da cidade, há, inclusive, uma placa com a seguinte afirmação: “Aqui tem história” (TIZZO, 2019, p. 1).

E essa história acima citada não é a erudita, mas a de pessoas reais que narram suas experiências e os meios empregados para sobrevivência, ao driblar ou enfrentar as forças que convergem para o silenciamento do sujeito, visando sua passividade conforme a imposição de um modelo de sociedade que não os reconhecem.

Outros ocupantes entenderam que deixar a área era um bom negócio, pois havia a possibilidade de futuras melhorias no novo espaço cedido pela administração. A consciência da situação sociopolítica no período fazia com que as tomadas de decisões não interferissem de forma negativa na questão da moradia, que era a razão de ser do próprio movimento popular.

A militância dos construtores de Brasília começou nos primeiros acampamentos instalados estrategicamente próximos aos canteiros das obras. Mas com o fim da tarefa para a qual esta foi montada, ela perdeu, assim, sua finalidade:

Nos planos da Novacap os operários seriam contratados temporariamente até que a obra fosse concluída devendo, a partir daí, desocupar os acampamentos, que seriam demolidos, e retornar aos seus locais de origem. A sua permanência a partir daí, era considerada e tratada como invasão (termo adotado no Distrito Federal para designar assentamentos irregulares). Ocorreu, entretanto, que Brasília, essa cidade nova erguida no meio do cerrado, continha promessas de oportunidades muito mais atraentes do que as que existiam nas regiões de origem dos operários, fazendo com que muitos resistissem em voltar. Assim, muitos deles permaneceram ocupando os acampamentos que, por mais simples que fossem, ainda possuíam mais conforto e recursos do que os encontrados em suas cidades. Entretanto, durante os anos que sucederam à inauguração da capital, muitos desses acampamentos passaram a ser desconstituídos e suas populações transferidas para as chamadas “cidades satélites”, implantadas, em média, a cerca de 30 km da região central de Brasília, algumas inclusive, criadas antes da inauguração da capital. Os trabalhadores e operários levavam consigo seus poucos pertences, suas esperanças, e a memória da construção da capital para longe da cidade que ajudaram a erguer do ermo. Ainda assim, alguns desses acampamentos de obras resistiram ao desmonte e permaneceram ocupados, dando origem aos aglomerados urbanos mais tradicionais nas proximidades do Plano Piloto, como por exemplo, o Núcleo Bandeirante, a Vila Metropolitana, a Candangolândia e a Vila Planalto (IPHAN, 2016, p. 17).

Essas moradas eram feitas de madeira por serem consideradas de fácil manejo para remoção, o que indicava a intenção premeditada da empresa Novacap sobre a permanência temporária de seus habitantes. Havia também os terrenos em situação de comodatos, ou seja, emprestados com data marcada para a devolução. Neste caso, próximos ao prazo previsto da solenidade que oficializaria a consolidação da nova capital federal.

Não permitir a permanência daqueles trabalhadores e trabalhadoras nesses locais foi medida tomada desde a fase inicial das obras. A importância da mão de obra tinha valor enquanto uso necessário, sendo descartada de imediato quando perdesse sua utilidade. Usando uma analogia, o valor das vidas humanas nada significava conforme as conclusões das tarefas para as quais foram contratadas.

Isso refletia diretamente sobre o tratamento às pessoas que viviam nessas moradas provisórias durante sua condição de empregados da construção civil, vistos e considerados como pessoas de bem e quando dispensados, passavam à condição de invasores. Este termo tem significado “marginal”, o que vai justificar a abordagem truculenta da força policial diante de sua relutância em ficar.

O governo, com toda sua capacidade bélica e ideológica, entendeu que foi uma decisão ineficaz tentar impor, por meio da força, o que não surtiu efeito através da retórica. A chegada incessante de migrantes na cidade mostra a impossibilidade de inverter uma situação há muito tempo irremediável, o que romper com o consenso político sobre êxodo urbano na cidade.

A companhia urbanizadora da nova capital (NOVACAP) foi instituída em 19 de setembro de 1956 pela mesma Lei de nº 2.874, que ordenava a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central. O primeiro presidente foi nomeado por Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, cuja missão era conduzir com eficiência, dentro do prazo previsto, a construção de Brasília (TAMANINI, 2003).

Essa empresa era os olhos vigilantes do governo. Nos acampamentos, ela controlava os trabalhadores ao administrar não somente o desempenho nas atividades laborais, mas a própria vida particular dos operários. Como exemplos, proibia-se a presença de mulheres e de bebidas alcoólicas e havia uma fiscalização draconiana com os horários das refeições e de descanso (OLIVEIRA, 2005).

Desse modo, a empresa contratava, demitia e fiscalizava para que o projeto idealizado fosse consumado dentro do prazo estabelecido. Porém, faltou um comprometimento responsável com a questão social, pois, ao mesmo tempo em que o discurso nacionalista impulsionava a migração daquela gente, ele acobertava as dificuldades que os operários e operárias da construção enfrentariam.

Ao se aprofundar nas análises sobre a Novacap, fica evidente que a sua determinação em conduzir com mão de ferro a gestão da construção da capital tinha um rigor incondicional voltado para aqueles sem representatividade política e poder econômico, ou seja, os tratados

como escória. Enquanto isso, a população pagava pelas improbidades de uma instituição corroída pelos sucessivos escândalos de corrupção.

É o que demonstra a Ata do Conselho Fiscal de nº 111, de 7 de agosto de 1962 da empresa Novacap, na conta devedores diversos, com vários desfalques “para fins inexplicáveis”, conforme afirmado pelo conselho Alcídio de Souza Carvalho que solicita uma sindicância com todo o rigor para esclarecer a dimensão daquela situação que rompia com os princípios éticos que se esperam no trato da coisa pública.

Era um fardo sobre os ombros daquela gente, resultando em uma inflação galopante que chegou a 80%, em 1963. Esta comprometeu o poder de compra dos itens básicos das famílias, em meio aos permanentes manifestos da população por uma política habitacional, enquanto o governo propunha alternativas que não passavam de propostas descabidas para quem ficar na cidade era uma questão inegociável.

Vieram, então, as promessas de melhorias, como a construção de casas populares e melhores infraestruturas. Isso foi motivo de longas conversas entre palpiteiros, otimistas e pessimistas nos caminhões pau de arara, nos botecos, em encontros casuais, enfim, em todos os lugares. Essa nova conjuntura reforçava o entendimento entre os trabalhadores e trabalhadoras de que aquele lugar também lhes pertencia.

Nesse ínterim, começou-se a transferência para Ceilândia no dia 27 de março de 1971, findando em 9 de março do ano seguinte, com cerca de 80.000 habitantes. Havia, naquele momento, então, uma população expressiva, que representava 30% da sociedade brasiliense. A demolição consumiu um período de nove meses, com a remoção de 15.000 barracos, cujas madeiras foram aproveitadas para a nova edificação (CASTRO; SOARES, 2000, p. 14).

A presença daquelas pessoas no centro da capital revolucionou uma arquitetura de beleza sintética, sem alma e sem vida no lugar, ao contrariar um idealismo há muito tempo alimentado. Deste modo, outro modelo de sociedade surgia sobre a perfeição de uma maquete que ficara eternizada na memória inconformada dos seus idealizadores.

A distância de 30 quilômetros, em média, das cidades satélites em relação ao Plano Piloto, movimentado com a presença passageira do povo, minimizou o inconformismo. Mas a contradição continuava lá, e seu reflexo apareceu constantemente com as dificuldades enfrentadas pela gente simples, em dissonância com um tratamento diferenciado em relação aos setores abastados daquela sociedade.

Ceilândia era um mundo de madeiras velhas e apodrecidas, que ganhou fama pelo seu alto índice de práticas criminosas que aterrorizavam os grã-finos da capital. Falar que residia ali era motivo de desconfiança e temor, um faroeste nas terras dos *gentlemen*. Os vilões eram

filhos dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade feia, os subúrbios, e eles continuavam não tendo motivo para sonhar com um futuro melhor.

Seu significado literal quer dizer “Campanha de erradicação de invasões” (CEI), e “lândia” significa cidade. A função era agregar os moradores das favelas Vila do Iapi, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayao, Colombo, Curral das éguas, Placa da Mercedes e do Morro do querosene. Sua localização é no lado oeste do Distrito Federal (CASTRO; SOARES, 2000, p. 14).

Os caminhões, com seus motores barulhentos, conduziam as mobílias decadentes, com adultos, crianças e seus bichos de estimação, num movimento desordenado sobre aquele chão esburacado e de vegetação rasteira. Havia um silêncio inquietante que penetrava aqueles olhares fixos no infinito, enquanto lembravam e remoíam as conquistas e derrotas de suas histórias de vida.

Eram momentos de uma esperança fragilizada pelas incertezas de quem era acostumado a sofrer e nunca aprendera a desistir. Aquelas pessoas somente acreditavam na promessa do governo quando chegavam ao terreno demarcado, indicado como seu e edificado. Com a organização dos seus pertences, logo em seguida, em meio aos alaridos entusiastas das crianças é que as dúvidas exalavam.

Outra Brasília semeada através da luta nascia em benefício desses brasileiros que, ao usarem a prerrogativa da liberdade de ir e vir, em seu próprio país, manifestaram o interesse de ficar. Isso ocorreu mesmo diante dos obstáculos impostos pelos partidários da eugenia social, favoráveis ao afastamento daqueles indesejáveis, que não apenas se incomodavam com sua presença, mas também contradiziam a narrativa oficial sobre Brasília.

A **Revista Acrópole**, que perdurou entre os anos de 1938 a 1971, no mês de fevereiro de 1960, fez uma publicação especial sobre a cidade, criticando as “imensas favelas” e a “política de avestruz” cujo propósito era ocultar a questão da problemática política de habitação pública, que surgiu por meio da criação de cidades-satélites (WILHELM, 1960).

Como se sabe, essa política de Estado não foi criada com o projeto da futura capital federal, mas foi elaborada com a crise social que repercutia em todo país. Desta forma, o movimento popular por moradia era o responsável pela formação pioneira de Taguatinga, “nascida” em 5 de junho de 1958:

Dizemos nascida e não criada porque as circunstâncias do seu surgimento caracterizaram a pressão de fatos incontornáveis, mais do que o amadurecimento de um plano elaborado no relativo sossego dos gabinetes. É verdade que se traçou um plano para cidade, mas tudo foi feito em apenas três dias (TAMANINI, 2003, p. 244).

As cidades satélites não precederam o campo de batalha, mas foram resultado de inúmeros enfrentamentos às várias ações da polícia para conter a expansão das ocupações, evitar o surgimento de outras e remover os moradores. A vitória desse movimento desencadeou profundas emoções naqueles trabalhadores e trabalhadoras cujo resultado de uma luta transformou o que foi um sonho em realidade.

Isso possibilitou a reescrita da história da cidade, enfatizada sobre os monumentos e personalidades em detrimento das pessoas simples, tratadas como sujeitos anônimos. Era uma forma de tentar apagar os manifestos das suas memórias, que apontavam sua força na interferência de um mundo idealizado que ficara para trás, como percebido ao ouvir suas entrevistas.

Pois o trânsito de gente rica sem a presença de pobre não vingou, e a beleza cidadina também teve seu lado controverso com as cidades satélites. Desta maneira, os trabalhadores e trabalhadoras romperam a ordem, e sua participação não foi apenas protocolar a serviço dos desejos da elite. Sua rebeldia tinha uma causa justificável que permaneceu como forma de resistência.

O Núcleo Bandeirante foi declarado como núcleo urbano, em 16 de dezembro de 1956, idealizado por Bernardo Sayão, diretor técnico da Novacap. Ficou conhecido, na época, como cidade livre, por estar isenta de todos os tributos e incentivar o comércio. Lá também foi o primeiro centro de contratação de mão de obra que recebia os operários e operárias recém-chegados (CASTRO; SOARES, 2000, p. 11).

A princípio, seria um lugar de estocagem para apoiar a construção de Brasília e um espaço para agregar a população que ia chegando. Tornou-se, então, uma área comercial de grande importância para cidade em expansão, e todos os brasileiros e estrangeiros passavam pelo local, pois era, também, ponto de diversão popular e de atendimento das variadas demandas que surgiam diuturnamente.

Ocorreu que os velhos municípios goianos de Planaltina, Luziânia e Brazlândia, nas adjacências do que viria a ser o Distrito Federal, não tinham condições ideais para atender as necessidades de uma cidade que crescia em espaço territorial e humano, exigindo todas as tecnologias possíveis e insumos para a produção de mercadorias e prestação de serviços.

Com um índice populacional chegando a 20.000 moradores, a pressão dos interessados em dar outra finalidade à área, visando a remover aquela gente para as cidades do Gama e Taguatinga, foi vencida: “Enganaram-se, o povo se reuniu, se organizou, se mobilizou para resistir” (CASTRO; SOARES, 2000, p. 13).

A falta de representatividade política nas relações de poder fez com que as atitudes do povo fossem interpretadas pelas autoridades com críticas que não condiziam com a realidade, ao tratar as reivindicações populares como atos não compatíveis com a manutenção da ordem. Deste modo, perdurou-se a intolerância das forças conservadoras sobre os manifestos progressistas.

Era um embate incessante, com o movimento por moradia que levou as investidas do governo à bancarrota. Com isso, o Estado cedeu para manter a sua legitimidade, quando percebeu que aquelas pessoas não eram apenas itinerantes. A partir de uma convicção coletiva em busca de um objetivo comum, ficou evidente que o poder nem sempre era determinante nos destinos dos homens.

Deparamo-nos com a entrevista realizada com o senhor Sebastião Teixeira Preto, morador pioneiro do Núcleo Bandeirante, em sua residência. Natural de Minas Gerais, viveu em Patos de Minas nos anos de 1927. Quando o pai faleceu, ele era criança, e a mãe, sem condições de criá-lo, o deixou sob os cuidados de um e outro até os 6 anos, época em que foi morar com um casal de fazendeiros (ArPDF, 2002, p. 5).

Ele teve conhecimento da construção da capital em Anápolis, cidade do município do estado de Goiás e, logo em seguida, foi trabalhar com caminhões transportando material daquele lugar para as obras da cidade de Brasília, desde 1957. Depois, passou a mexer com oficinas no ramo de bateria.

Seu Sebastião recorda da sua participação no movimento de fixação do Núcleo Bandeirante, ocorrido na avenida central, próximo ao mercadão. Ele explicou que a luta era contra a política do governo Jânio Quadros, pois aquele espaço seria reservado para um futuro parque de diversão. Então:

Foi criado esse movimento para impedir que o Jânio Quadros tirasse a população do Núcleo Bandeirante para a Asa Norte, o qual começou a tirar. No início, que era só barraco de madeira, e essa cidade que está aí mas tudo tomado barraco de madeira. É, o projeto daqui do Núcleo Bandeirante era para ser parque de diversão, então não poderia ter moradia aqui, foi a política do Jânio Quadros tirar tudinho, todo o povo que morava aqui e tocava comércio para a Asa Norte, outros para o Gama, ou para outros cantos. O que causou um desconforto dos habitantes perante prioridades consideradas desproporcionais a tudo que o lugar representava para o povo que morava aqui e tocava comércio para a Asa Norte, outros para o Gama, ou para outros cantos (ArPDF, 2001, p. 7).

Ele afirma ter combatido com afinco a retirada das invasões quando passou a ser representante de classe. Esse militante, a princípio, apresentava em sua fala uma disposição apaixonada pelo enfrentamento contra a ação arbitrária do poder público, em benefício da

comunidade. Num certo dia, segundo o entrevistado, uma advogada, amiga dele nas campanhas, questionou sua luta em prol dos trabalhadores, dizendo:

Sebastião, porque você defende tanto esse povo? Que não quer que eles saia do Núcleo Bandeirante para outros cantos, para outras cidades satélites? (Sebastião) Olha, vai diminuir o nosso comércio, vai tirar nossa população, e esse pessoal também precisa de viver e eu acho que aqui tá bom.” “Não, mas eu... você está pensando de uma maneira que pode ser melhor no dia de amanhã sai esse povo de um nível financeiro mais baixo e vai ser substituído por gente de nível financeiro mais alto, vocês não vão ter perda no comércio, vocês vão ter uma cidade melhor para morarem menos marginais, drogas e assim de um modo geral (ArPDF, 2020, p. 8).

A fala dessa representante da lei resume de forma eficaz a intolerância institucionalizada em relação aos construtores e construtoras de Brasília, num momento em que a questão urbanística estava emaranhada com os interesses econômicos. Ao redor de onde seria uma cidade satélite, propriamente dita, havia um mundo ainda se formando, e isso atraía os investimentos de alta rentabilidade.

Seu Sebastião, então, como homem de negócios, se preocupava com a queda da demanda com a saída da população do local. Por isso, ao mudar sua posição política diante da situação, constatou, na sua fala, a dualidade do discurso, pois deixava suas convicções como militante em prol do movimento popular por moradia não sobressair, ao priorizar a questão comercial.

O mesmo ocorreu com sua relação com o governo, por não apresentar uma postura coerente de suas reais intenções. Ora ele ridicularizava a ideia de remoção, como foi dito acima, apresentando um discurso mais intransigente, ora suavizava as críticas, passando a ser um moderador que transitava entre as forças em conflito, visando à melhor alternativa. Então, ele disse:

Houve resistência para sair? Houve muita confusão? – Tinha resistência, mais o povo pobre e naquele tempo não tinha líder que assumisse o comando, depois começou a surgir as Associações dos Moradores Pioneiros e a Associação Comercial. Essas organizações das quais eu fiz parte, fui diretor, presidente de algumas delas, a gente nunca procurou um trabalho de resistência junto às autoridades, ao governo, o meu trabalho sempre foi de conscientização junto as autoridades, ao governo, pedindo com amor, carinho (ArPDF, 2020, p. 9).

Falando de um passado em outro contexto político e social, percebeu-se a força de sua experiência sobre a consciência, ao construir uma estratégia de narrativa segundo a sua perspectiva no presente, com uma percepção de outrora, envolta numa complexa relação de poder como sujeito daquele processo histórico.

O interlocutor fez distinção entre as Associações de Moradores e a Associação Comercial. A primeira era considerada “mais fraca, nível mais baixo” (ArPDF, 2000, p. 18), enquanto a segunda sempre conseguiu alcançar algum objetivo frente ao governo. Aqueles que não dialogavam com as autoridades em busca de uma saída que não seria a permanência do povo eram isolados do âmbito das decisões políticas.

As verdades, todavia, são como o voo dos pássaros, que não segue um padrão em seus movimentos para quem os observa lá de baixo. O que parece ser um movimento rígido e imutável pode mudar, pois os apontados como malfeitores, por serem considerados invasores de terras, em certas ocasiões, tiveram a complacência das autoridades, que legalizaram o que seria objeto de atos criminosos.

Foi nesse horizonte de incertezas que no governo Jânio Quadros o movimento popular pró-fixação do Núcleo Bandeirante despertou atenção e sancionou a Lei nº 4.020, de 20 de dezembro de 1961. Atendendo a velha reivindicação daqueles moradores, a vila passou a ser cidade satélite, a única reconhecida pelo imperativo da lei do congresso nacional e aprovada por um Presidente da República (CASTRO; SOARES, 2000, p. 9).

Quando Brasília foi inaugurada, os trabalhadores continuaram no local para terminar as obras da usina hidrelétrica, período em que o acampamento tinha acima de 800 moradias com mais de 3.000 pessoas. Esse cenário foi se transformando, com o passar do tempo, num processo de conturbação das invasões que iam se expandindo com a chegada de novos operários e operárias.

Assim, surgiu a vila Paranoá, em 10 de dezembro de 1964, que foi mais um acampamento da construção de Brasília em 1957, com o objetivo de construir a barragem do conhecido lago Paranoá. Na década de 60, no calor das reivindicações populares e em meio às investidas da administração pública para que seus residentes deixassem o local, ela foi reconhecida, passando à condição de cidade satélite (IPHAN, 2016, p. 47).

Essa foi uma das maiores vilas do Distrito Federal e, como as demais, motivou uma disputa entre o manifesto da comunidade através das associações com grupos religiosos. Estes buscavam o direito de fixação definitiva, e havia também o movimento burguês, que usava meios indiscriminados para afastar a gente pobre das áreas nobres do Plano Piloto.

Hoje sua localização não é mais a original, mas o setor continua sendo o mesmo, próximo à gênese de sua história. Todavia, já não há os velhos barracos nem os ânimos acirrados daqueles moradores radicais, cujas memórias ainda pulsam um passado marcado por uma vida de luta. Uma realidade que ainda permanece na população de baixa renda do Distrito Federal.

As ações da administração pública para derrubar barracos contra seus ocupantes e a presidente da associação de moradores Maria Alcione foram registradas pela imprensa, responsabilizando a companhia imobiliária de Brasília, com a participação da polícia militar. Eram cenas corriqueiras que ainda mostravam a resistência popular perante os abusos das autoridades (JORNAL ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA, 1985).

Lá ainda há reminiscências, como a velha caixa d'água e a Igreja são Geraldo, considerada a segunda mais antiga da cidade. Neste período, os rituais eram realizados em um barracão velho, mas, com a mobilização da comunidade, a paróquia foi construída. Era nela que os trabalhadores faziam reuniões para debater política e onde muitos operários foram alfabetizados.

A companhia metropolitana de estrada se instalou numa área próxima ao Núcleo Bandeirante, em 1956, para acolher seus funcionários que iriam trabalhar na terraplanagem da construção da pista do aeroporto de Brasília, o que deu origem à vila metropolitana. Com o crescimento populacional do Núcleo Bandeirante, ao longo do tempo, a vila foi cooptada por este (IPHAN, 2016, p. 42).

Devido ao rigor da legislação urbana, esse bairro perdeu partes de suas características peculiares, que tinha uma afinidade com a cultura popular. Ainda assim ficaram alguns lugares que marcaram as relações sociais, como a bica d'água, o campo de futebol, a Igreja Nossa Senhora Aparecida e a escola metropolitana, tombada como patrimônio histórico, pelo GDF.

A causa de sua legalização foi a resistência dos operários e operárias que, durante mais de duas décadas, insurgiram contra aqueles que não admitiam sua permanência na região. Foram momentos difíceis com a inflexibilidade do governo sobre a população, que só conquistou seu direito de permanecer, definitivamente, em 1983.

Dos primeiros acampamentos erguidos para conduzir as obras de Brasília, surgiu a Candangolândia. Este acampamento foi construído em 1956, próximo à rodovia de Luziânia, e possuía uma boa infraestrutura, como acesso à água encanada e energia proveniente de geradores, posto de saúde, escolas, posto policial (IPHAN, 2016, p. 32).

Lá também se instalou a primeira caixa forte num banco para realização dos pagamentos dos trabalhadores e trabalhadoras. Por ficar a cede da Novacap, havia uma melhor qualidade de vida. Quando tentaram retirá-los, despertou-se a consciência crítica de seus residentes, que sabiam que o lugar oferecido pela administração não seria promissor.

Naquele local, praticamente tudo faltaria, exceto miséria, esgoto a céu aberto e crianças subnutridas, como na maioria das ocupações. Por isso, a decisão do povo ficar lá foi

num momento em que se amadureceu a percepção de que o acesso às comodidades era um direito legítimo, e não coisa de gente importante, como os velhos usurpadores das riquezas produzidas pela classe trabalhadora.

É necessário salientar que, quem se instalou em um determinado setor, refletiu se compensava abrir mão daquilo que ele se deparou ainda em estado bruto. Até mesmo depois, quando o povo teve que enfrentar as investidas da administração pública para remoção de um lugar que ele construiu, tendo um valor não apenas material, mas afetivo, enquanto espaço para acomodação da família.

Em 1959, com a mudança da empresa Novacap para o Plano Piloto, a Candangolândia ficou sendo conhecida como Velhacap. Isso significou uma nova denominação, com a mesma política baseada na rejeição social, refletindo em várias tentativas sem sucesso de retirar os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos no movimento popular, que resultou na sua legalização, em 1989.

Em 27 de janeiro de 1984, a Candangolândia passou a ser a 19ª região administrativa do Distrito Federal, conforme a Lei nº 658. O longo tempo gasto para ser reconhecida mostrou a falta de consenso entre os gestores para aprovarem sua permanência em uma área privilegiada. Mas, se havia uma forte oposição aos interesses do povo, isso não foi determinante para o período em análise, como foi mostrado em nossa explanação.

O acampamento da construtora Camargo Corrêa foi instalado próximo ao Lago Paranoá, no final da Asa Sul, em 1956, e lá permaneceu, contrariando as medidas acordadas em relação à retirada imediata daquele alojamento, assim que não fosse mais necessário. Hoje, esse acampamento é a Vila Telebrasília, considerada um setor popular contrastando profundamente com a arquitetura moderna da capital (IPHAN, 2016, p. 50).

O nome Telebrasília se deu devido a alguns de seus moradores serem, naquele período, profissionais dessa empresa. O lugar foi reconhecido como cidade satélite, através do movimento popular, por sua fixação, que começou ainda na época da construção da cidade. Foram várias intervenções para retirar a gente pobre da área que fica ao lado da L4 sul, setor de alto padrão.

Contudo, lá não existem mais as velhas edificações de madeira que lembram a época do começo de Brasília. Quando ocorreu sua regularização, segundo a Lei nº 161, em 4 de setembro de 1991, manteve-se o modelo original das construções como a “volumetria de edificações baixa, a presença da vegetação” e procurou deixar os locais do convívio social parecido “com as cidades tradicionais” (IPHAN, 2016, p. 50).

A Vila Amaury ficava no leito artificial do Lago Paranoá, que estava sendo construído para umidificar o clima seco da região. Com a elevação do nível das águas após a abertura das comportas, as abordagens, as tentativas de acordo com a comunidade, as ameaças de remoção e possíveis conflitos com a polícia foram substituídos pela força da natureza, com a expulsão dos moradores.

No fim de 1959, mais de 100.000 famílias saíram de lá, dando início à formação da cidade de Sobradinho. Em 1960, as águas cobriram todo aquele lugar, conhecido pelo movimento incessante dos *playboys* em suas navegações requintadas. A estes, não interessa o lugar de memórias submergidas, que apontam para injustiças sociais na cidade conhecida como a capital da esperança.

Nesse período, as prioridades tratadas como inadiáveis estavam acima do valor de vidas humanas. Nossas reflexões, que problematizam a realidade dos operários e operárias da construção da capital federal, são a prova de que todos os meios possíveis foram empregados para que o povo se curvasse a um projeto político que não o incluía como cidadão brasileiro a serviço do Estado e respeitado.

Todavia, esse intento foi vencido porque aquelas pessoas não foram criadas num mundo de conforto, cujo organismo desconhecia as consequências da fome, do frio e da dureza das condições paupérrimas. Elas carregavam, em si, a estrutura de verdadeiros guerreiros que conhecem o lado cruel da vida e, por isso, não se intimidaram, mesmo quando foi necessário viver como ratos em casas de papel.

Aquelas favelas não eram algo visto em algum canto do mundo pela TV, mas uma realidade nacional. Porém, na nova capital, isso parecia inexistir com a complacência no âmbito político, jornalístico e intelectual. Pessoas que deram toda sua força e determinação, para que a velha proposta oriunda do século XVIII fosse enfim consolidada, não tiveram a devida consideração, nem por parte daqueles que se apresentavam como defensores dos direitos humanos.

Quando observamos as fotografias que destacavam as belas obras, percebemos a estratégia do fotógrafo, que não captou o sofrimento do povo na luta do cotidiano. Houve um choque, de fato: a propagação de uma ideia com a realidade que contradiz o discurso conhecido em todo mundo, floreado nos cartões postais da cidade de Brasília.

Esse ideal modernista ficou como rascunho ilegível em um papel amarelado pelo tempo. A rejeição do estilo popular permanece, mas perdera hegemonia, e hoje os velhos operários e operárias transitam no centro da capital. Contudo, não mais como andarilhos ou sem teto, mas como habitantes de uma sociedade que deve muito à sua capacidade criativa.

Seu endereço fixo é a marca registrada da conquista daqueles camaradas, que, mesmo não tendo acesso livre em muitos espaços que eles construíram, ninguém ousa mais tratá-los como invasores. Quando o fruto da sua resistência é reconhecido pelo carimbo cartorial, traz-se um alívio para o povo, que humildemente responsabiliza seus deuses pela conquista da moradia.

Sabe-se que a injustiça cometida sobre os trabalhadores e trabalhadoras da construção representa a histórica relação conflituosa entre a burguesia e o povo. Porém, o que distingue sobremaneira dos demais conflitos não é a negação do espaço para o convívio coletivo, mas a clara percepção de um tratamento desumano, que mostrou o quão é odioso o sentimento da elite pela gente pobre daquela cidade.

Por isso reafirma-se a cultura como toda forma de luta no cotidiano, sendo percebida como fundamental na vida, se manifestando através da resistência. Não é coerente interpretá-la como causa ou resultado de algo interessante, mas contraproducente (PEIXOTO; KHOURY; VIEIRA, 2007). A cultura vai muito além disso, emergindo-se nas relações de poder e visando a romper com o domínio através das práticas individuais e coletivas.

Como a estratégia em 5 de junho de 1958, quando surgiu Taguatinga, a primeira cidade satélite de Brasília. Taguatinga foi chamada, primeiramente, de Sarah Kubitschek, uma ideia dos trabalhadores e trabalhadoras ao nomearem o lugar com o nome da esposa de JK, primeira dama do Brasil. A intenção era atingir, desta maneira, a sensibilidade do presidente para que as manobras de cunho político em relação à remoção da vila fossem derrubadas.

Hoje Taguatinga é considerada a maior de todas as cidades satélites. Elas, assim como as demais, não têm autonomia, e seus administradores são indicados pelo governador da capital. Com isso, as decisões continuam dependendo do chefe do poder executivo, que vivencia, à distância, os reais problemas daquela população, mas que tem como presença permanente, representando o Estado, a força policial.

Em Brasília, a luta por moradia é a continuidade de um movimento que surgiu no berço daquela sociedade. Seu significado vai além do conforto, da ideia de propriedade, da realização de uma vida conquistada, da superação do indivíduo perante os obstáculos impostos pela lógica de mercado, cada vez mais seletiva, com preços exorbitantes para os trabalhadores assalariados.

Ela representa também a visibilidade do sujeito, o sentido da existência de sua prole, seu valor enquanto ser humano, o reconhecimento de sua participação para que aquele mundo vazio de tudo se tornasse uma realidade. Mesmo que esta realidade não seja a sua, esse

indivíduo se reinventa ao fazer do seu cotidiano um campo de luta para que a cidade o reconheça.

As ocupações são ainda a maneira possível de se romper com a velha resistência dos gestores em criar uma verdadeira política habitacional inclusiva que atenda aquela sociedade como um todo. Como consequência, cita-se a cidade estrutural que surgiu em 1994, com a ocupação dos catadores de lixo em uma área próximo ao lixão que se expandiu, sendo que, em 2014, ela foi regularizada.

Esse período me chamou muita atenção, devido a uma violência desenfreada durante as tentativas de remoção dos moradores, que resultou na morte de um policial e de cinco pessoas residentes do lugar. Essa realidade se repete há mais de meio século, sempre nociva à gente simples, que continua construindo uma cidade que não para de crescer em benefício do capital imobiliário.

Uma nova estratégia de conquistar o espaço se deu com a compra de lotes dos chacareiros que, desistindo da labuta com a terra, resolveram loteá-la e vender a preços generosos. Contudo, os agricultores tinham direito à posse, mas não podiam comercializar além da questão ambiental, que foi mais uma justificativa para o impedimento da construção de moradias pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Desse modo, os compradores assumiram os riscos de uma possível perda, mas não se curvaram perante as ameaças e violências das derrubadas de suas casas pela administração pública. Assim, foram legalizadas as cidades do sol nascente, uma das maiores ocupação do país, e o pôr do sol. Não se pode ignorar o alto índice populacional daquelas invasões no desfecho dessa luta, com sua influência nos futuros pleitos eleitorais.

Porém, as ocupações em cidades como Águas Claras e Vicente Pires tiveram uma intervenção muito mais branda das autoridades, sem violência, que é uma marca registrada nos movimentos populares. Esses lugares se destacam pelas casas suntuosas, com trânsito de carros imponentes, e pelas funcionárias domésticas, que levam para tomar sol as crianças bem nutridas e seus cachorrinhos de estimação. Aqueles moradores não são considerados invasores, termo dado somente à arraia miúda.

A questão da casa própria sempre teve uma relação conflitante quando se tratava das demandas dos sem tetos. Mas, andando como de costume pela cidade, percebi que as alegações das autoridades em relação à ocupação do espaço viraram fumaça em meio a vultosos investimentos que continuam transformando a paisagem verde em grandes edifícios para moradia e empreendimento da elite.

Enquanto isso, é comum, em Brasília, a presença de pessoas morando sob barracas feitas de plástico e de todo tipo de resto de material que as protege das condições climáticas, trazendo alguma sensação de privacidade. Um movimento, a princípio inexpressivo, tende a crescer quando o poder público se faz presente, removendo aquelas obras improvisadas e junto às tralhas dispersam seus habitantes.

É um velho filme ainda na versão preto e branco. Mais adiante, outro foco do movimento vai surgir para a feição raivosa da burguesia e dos gestores. São pessoas, na maioria negras, que ainda chegam de todo canto do país, com suas crianças de semblante cansado, sujas, mal nutridas, que vão se acomodando como cães vagabundos.

Suas intenções ganham força quando um número significativo de sem teto se reúne em um mesmo local. Com isso, fica delicada a intervenção da administração pública que precisa de um lugar para acomodar toda aquela gente, sem a ação da força policial que agravaria ainda mais o problema, com um enfretamento iminente dos trabalhadores e trabalhadoras, algo comum em situação como aquela.

Porém, os sem tetos continuam incomodando a sociedade com seus movimentos incansáveis em busca de um espaço. Essa velha maneira ousada de fazer política é o único caminho possível que fica como herança na possibilidade da realização dos sonhos que não de vir das futuras gerações. Se a vida é formosa para alguns, outros chegam a desconhecer o verdadeiro sentido da sua própria existência.

Parafraseando o autor Raymond Williams, em seu livro **Recurso da esperança**, pode-se tornar a esperança possível, em vez de uma esperança convincente. De fato, a história é prova cabal de que somente através da luta, do derramamento de sangue, se rompe com as inúmeras formas de opressão.

A Brasília de hoje em relação ao seu projeto elitista defendido no passado pode ser apontada como mais um exemplo de que o povo não é uma mera peça do sistema, mas mostrou que foram e continuam sendo sujeitos capazes de influenciar as questões que envolvem seus interesses.

3. O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO NA CIDADE DE BRASÍLIA: CAMPO DE LUTA E SOBREVIVÊNCIA

A capital federal foi inaugurada em 1960, e eu nasci alguns anos depois. A diferença entre esses dois acontecimentos pode ser explicada de acordo com a relevância dada pela historiografia aos fatos considerados como marcos históricos, as grandes realizações, que tradicionalmente tratam com indiferença a participação de outros sujeitos, como ocorreu na edificação da capital federal.

Minhas primeiras experiências sobre esse contexto foram com os livros didáticos nos anos de 1980-1985, período em que o regime militar não conseguiu impedir os movimentos sociais na década de 70, como as greves no ABC, no estado de São Paulo. Nestes, a pose e um sorriso imortal do estadista não demonstravam para mim a relação tensa e repulsiva da minha negritude e condição social com a cidade de Brasília.

Marcado por um discurso silenciado pela escola lembro-me de um livreto estampado em sua capa com o nome **Distrito Federal**, da aula de Educação Cívica. Suas páginas traziam figuras dos órgãos do poder, como do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. A professora explicava suas finalidades e o porquê elas eram importantes. Somente décadas depois que é que percebi a ausência de luta, emoções e lágrimas naquelas páginas frias que não citavam os operários e operárias da construção.

Assim, é a partir da memória coletiva que os descendentes daquele povo aprenderão outras versões que não foram apresentadas pela escola. Suas falas trazem uma experiência que vai empalidecendo a narrativa oficial sobre Brasília. Nossa pesquisa nos levou a perceber que, quando priorizamos ouvir o que eles têm a dizer, sua posição de luta está no contradiscurso, que é a base de toda reação popular.

As narrativas daquela gente não trazem a satisfação do estadista nem dos seus sequazes, entusiastas nacionalistas. No entanto, manifestavam as estratégias de sobrevivência para melhor resistir, se fazendo presente como sujeitos participativos no destino de uma sociedade que sempre negou a sua importância nos grandes acontecimentos registrados pela história.

Contudo, como já foi afirmado, o tempo mostrou que essa postura intransigente do povo trouxe resultados expressivos ao consolidar um direito legítimo, mas somente possível, através do enfrentamento. Essa questão é inimaginável quando se pensa nas relações da classe

privilegiada com o Estado, que não carece de sacrifício para que seus objetivos sejam atendidos.

Sendo assim, com o passar dos anos, fui percebendo que minha Brasília era feia e dissonava da outra bela, mas construída por pessoas como eu. Porém, isso não me constrangia em transitar naquele espaço e agir conforme minhas necessidades mais imediatas, mesmo quando as forças reacionárias interviam como forma de conter aquele movimento indesejável e vergonhoso dos meninos de rua.

Vivenciei de perto, no início dos anos 80, a continuidade da vida dura da população, como a falta d'água sendo suprida por caminhões-pipas estacionados em determinado ponto da cidade e as mulheres com suas latas na cabeça. Impressionava-me a habilidade circense delas quando não as deixava cair, atentas às crianças inquietas em meio à poeira que turvava seus olhos.

A ausência desse líquido precioso que fora a causa principal do deslocamento do sertanejo para o Planalto Central trazia um desassossego para a dona de casa com suas infindáveis tarefas doméstica. Por isso, ela tinha não apenas sua oferta regrada, mas seu consumo era apreciado com muita deferência, pois o reabastecimento pela prefeitura da cidade não era realizado todos os dias.

O “queimar a lata” foi uma das engenhosas adaptações, ao se usar essa lata como produto inflamável para cozinhar a refeição. Presenciei essa façanha quando era engraxate, com os operários no centro da capital, requentando ou cozinhando a refeição no horário previsto. Eram práticas que foram construídas ao longo do tempo e resistiam numa cidade famosa pelos seus requintes.

A falta de transporte coletivo humanizado permitia aquelas senhoras, depois de mais um dia de trabalho, cansadas e abatidas, voltassem para suas casas, como animais, em um espaço superlotado. Essa situação favorecia os empresários, que acumulavam cada vez mais dinheiro, com uma frota insuficiente, de carros velhos e passagens caras, que geravam críticas e atos de revolta dos usuários.

Minha mãe sempre reclamava de dores nas articulações por ficar muito tempo em pé naqueles ônibus. Com o passar dos anos, suas pernas foram se transformando. Eram visíveis as veias estouradas, num desalinho, com inchaços. Logo, o futuro lhe reservou duas trombozes que a submeteram a um risco eminente de morte, e hoje a velha operária anda a passos lentos, com resiliência.

As mazelas resultantes de esforços desumanos durante a construção da capital sempre foram fatos irrelevantes, não apenas para os gestores que tinham como prioridades a

conclusão da obra, mas as próprias pesquisas sobre a cidade não deram a devida importância a essa forma de exploração, que resultou em sintomas crônicos, prejudicando a saúde daqueles profissionais.

Nos catálogos de dissertações e teses na área de História, na Universidade de Brasília, há escassez do tema relacionado às memórias dos construtores e construtoras da capital federal. Isso foi motivo de preocupação para nós quando soubemos que o processo temporal tende a apagar as interferências do sujeito no destino da sociedade que não tiveram o devido reconhecimento pela historiografia.

Conheci um trabalhador que morava na mesma rua que eu. Não me lembro do nome dele; era o pai do Rivelino, um jovem da época. Conversamos algumas vezes, e ele me contou o motivo que o impossibilitava de andar naturalmente, com passadas firmes. Ele arrastava os pés, num movimento lento que chamava atenção, causado por hérnias de disco devido ao excesso de trabalho, num ritmo ensandecido, descarregando materiais das empreiteiras.

Quando os caminhões chegavam, os peões tinham que agir com celeridade. Com seu indomável vigor jovial, colocavam um saco de cimento em cada ombro e saíam forçando o movimento até o local de estocagem. Hoje em dia, o pai do Rivelino fica na porta de sua casa refletindo sobre aquela época, quando acreditava que sua determinação não lhe daria algo tão dolorido.

Recordo-me do dia em que fui com minha mãe ao seu local de trabalho, em um canteiro de obras, na região do plano piloto, e de suas advertências para que eu tomasse cuidado com os pregos e madeiras espalhados por todo o acampamento. Ela me deu um pedaço de bolo na cozinha e eu saí admirando o prenúncio do que seria uma cidade que nascia a passos lentos e cambaleantes, um esqueleto em construção.

Minha genitora dizia da sua labuta diária como cozinheira, tendo que preparar comida para dezenas de pessoas, conforme o horário determinado para alimentação. Da sua habilidade com o ofício, eu não tenho dívidas. Era sempre desenrolada nos seus afazeres, e a qualidade da sua culinária nunca deixou a desejar, sendo motivo de comentários elogiosos por quem a desfrutava.

Às vezes ela reclamava da queimadura em suas mãos e nos braços, resultantes do manejo daquelas panelas sob a chama gigante, como o caldeirão do inferno. Dizia da vida difícil que tinha que encarar, pois trabalhava o dia todo e, chegando em casa, tinha outros afazeres, como lavar roupas. Sua mente parecia ser cronometrada; ela acordava todas as manhãs, na hora certa, sem o auxílio do despertador.

Meu pai também falava de suas experiências quando era operário da construção com orgulho, ao lembrar um fato que ocorreu num canteiro de obras. Todos os seus companheiros correram para procurar um abrigo, e ele permaneceu lá, nas alturas, batendo pregos, indiferente à chuva torrencial que caía, cumprindo a tarefa e acreditando que sua atitude fazia a diferença.

Um dia meu velho contou sobre as artimanhas dos trabalhadores que arrebatavam a própria mão com o martelo, simulando um acidente de trabalho, para serem encostados. Isso mostra que a procura de trabalho que arrastou milhares de pessoas para o centro oeste trouxe, a reboque, questões que o dinheiro não podia comprar. A necessidade, contudo, de resolver problemas do cotidiano, se deparava com o ritmo enlouquecido das obras.

A fala desse carpinteiro comprova que a classe trabalhadora vivia num emaranhado de ideias, convicções, valores e interesses que os unia na busca de suas conquistas. Sua história não é sobre o candango, algo desprovido de vida no tempo relacionado a concreto e ferragem, mas de pessoas que romperam com suas práticas à instrumentalização do ser social.

Hoje me impressiono com as conquistas alcançadas ao longo do tempo, como as casas de alvenaria, as pavimentações asfálticas, o chuveiro de água quente, o acesso à televisão e ao telefone. São benefícios que não imaginávamos um dia possuir. No entanto, estes não apagam as lembranças do barraco de madeira velha, invadido pelo zumbido do vento das noites frias, das ruas enlameadas, de uma sociedade violenta, marcado pela falta de perspectiva em relação ao futuro.

Era a vida em forma de redemoinho que acinzentava minha pele negra, o medo de encarar a escuridão do quintal de madrugada, as idas até a latrina e a necessidade de seguir adiante, como homem. Um menino que ambicionava viver o presente, mesmo envolto a tanta pobreza, que ia destruindo os sonhos que surgiram nos tempos pueris, onde na sua imaginação tudo seria possível.

Quando olho no espelho, ainda vejo um garoto de 9 anos que tinha a missão de encher dois tambores, carregar latas d'água numa distância suficiente para a exaustão, causando ardência e vermelhidão e sinalizando calosidade nas mãos. Se entregar estritamente à atividade laboral é uma cultura política que surgiu com a cidade, onde a destruição de vidas era irrelevante ao projeto idealizado.

Certa vez fui repreendido com violência pelo meu pai, que flagrou minha traquinagem ao ir jogar bola, deixando o carrinho de mão com as latas d'águas na lateral do campo. Permanece nas minhas memórias o cintarão de cor acinzentado, pendurado no prego por sua

grande fivela na parede, que era uma ameaça constante para a correção das minhas falhas, normalmente oriundas do processo de maturação do ser humano.

A fome causava em mim uma ansiedade pelas guloseimas que me paralisavam em frente às vitrines das padarias do comércio em Ceilândia. Mas, às vezes, isso era minimizado com a orientação da madrastra, que pedia que eu solicitasse ao açougueiro muxiba para o cachorro. Este não seria contemplado, pois ela fritava aquilo e resultava em uma novidade saborosa como os pratos típicos das noites de Natal.

Com a ausência de luz elétrica, a substituta era a lamparina ou a própria vela, ambas muito apreciadas como brinquedos para as crianças, que transitavam um dos dedos lentamente entre a chama e, de forma inexplicável, esta não as queimava. Era uma cidade de penumbra que alegrava somente os garotos e garotas devido às suas brincadeiras, já não tão infantis, protegidos dos olhares repreensivos dos adultos.

Presenciei tristes acontecimentos narrados pelos mais velhos sobre acidentes causados por se esquecer esses lumes acesos, tendo como fonte para sua propagação os barracões com suas madeiras decrepitas, tragando a parca mobília daqueles cuja dificuldade financeira resumia suas vidas. O salário já minguado para as necessidades básicas desesperava o pai de família diante desse infortúnio.

Até que surgiram os geradores de energia elétrica entre os anos de 1960 e 1968, em algumas ocupações, que eram usufruídos pelos habitantes por meio do pagamento de uma taxa de contribuição para sua manutenção. O acesso a esse benefício era motivo de muita satisfação dos trabalhadores e trabalhadoras que transitavam entre a Brasília dos iluminados, no Plano Piloto, e o mundo das trevas, nas periferias.

Apesar das privações nessas ocupações, ouvi dos operários suas satisfações por terem mais liberdade em relação aos alojamentos das construtoras. A possibilidade de trazer a família deles para perto de si tornava-se uma realidade, além do sentimento de liberdade por serem donos de si mesmos alheios às regras draconianas dos patrões que representavam um estorvo para seu bem-estar.

O cotidiano dos habitantes das cidades satélites era marcado pelo jeito particular de ser e por seu fenótipo. Essas eram as causas do tratamento desigual, que banalizavam o emprego da violência, tendo como justificativa a manutenção da ordem pública. Porém, o verdadeiro motivo da desordem era a presença hegemônica de um Estado mais policialesco do que social, que sempre tratou com truculência a população pobre desse país.

As notícias no programa matutino naquela época eram conduzidas pelo repórter Mário Eugênio, que fora assassinado em 11 de novembro de 1984 quando saía do seu local de

trabalho, na Rádio Planalto, por policiais do esquadrão da morte.³ Apontava-se o crime como a velha solução para as respostas aos anseios de tantos garotos que por essa selva triste se embrenhavam.

O extermínio do Pantera⁴, no início da década de 90, por policiais, não rompeu com a desordem e provou que a violência jamais será a resposta certa para os efeitos colaterais das desigualdades sociais. Como exemplo, os presídios com a presença hegemônica de pretos e pobres mostram uma resistência a esse modelo de sociedade, fundamentado na histórica concentração desleal de renda.

As gerações vindouras, representadas por indivíduos muito jovens que não encontraram na escola as respostas de suas inquietações, reabasteciam o contingente de facínora desfalcado por mortes e prisões. Nas rodas de fogueira, eles lembravam e admiravam as ousadias dos malandros mais velhos que fizeram da vida algo fútil e sabiam que seu destino seria trágico.

Nas periferias de Brasília, uma overdose em meio à roda de dança era fato corriqueiro, como aquela que deu fim ao Chamila,⁵ conhecido e respeitado por ser um bom ladrão, no Clube Primavera, na cidade de Taguatinga. Era um momento de muita descontração, e sua queda não chamou atenção em meio à música contagiante sob um jogo de luz entre drogas e delírios.

Quando menos se espera, a vingança do inimigo que está à espreita chega de forma repentina, deixando o corpo irreconhecível através das pedradas e pauladas na calada da noite. O assassinato do Pulinho, na década de 90, no centro da quadra QNP 15 foi marcado por um silêncio, mas nem todos desconheciam sua verdadeira causa. Acusado de estupro, ele burlou a regra do crime.

A morte do Pulinho foi apenas mais uma ficha na polícia cujo fim trouxera alívio para aqueles que acham que bandido bom é bandido morto. No entanto, não é qualquer bandido, pois, geralmente, são pessoas que não têm poder econômico e nem influência para acobertar seus crimes. Assim, continuam sendo tratados com todas as regalias dignas somente daqueles que estão acima da lei e da ordem.

³ Tenho conhecimento do ocorrido, mas me baseei na reportagem de Nelson Mota Gomes, do DFTV, que acompanhou o primeiro ano da investigação da morte do jornalista, em 11 de novembro de 1984.

⁴ Pantera, numa ação ousada, desarmou uma guarnição da polícia militar, sendo perseguido durante algum tempo, até ser capturado e fuzilado.

⁵ Chamila foi morador da área norte de Ceilândia, conhecido por sua destreza na arte de roupar. Era avesso à violência, geralmente agia no descuido, na distração das vítimas. Vivia sempre alucinado sob o efeito das drogas, o que causou sua morte de forma prematura.

Nos anos de 1970, como engraxate, frequentei vários botequins. O lugar geralmente era o ponto de parada dos moradores que chegavam do trabalho e, antes do banho relaxante e do jantar com a família, se encontravam para o bate papo sobre o cotidiano e “molhar a palavra” com a cachaça de sua preferência.

E assim, num canto isolado, eu me impressionava com aquelas pessoas falando da sua terra natal, de política, futebol e dos desafios do cotidiano. Com seus sorrisos desafortados, reverberavam nos becos escuros, nas brechas dos barracos velhos e iam dando existência ao ignorado, lugar marcado por um vazio geográfico e de oportunidades.

O boteco era o lugar das trocas de experiências, mas também dos conflitos e do lazer. Ir ao bar significava adentrar onde o sujeito poderia transgredir sem as engrenagens de contenção das autoridades, dos problemas familiares, de tudo aquilo que parecia destemperar o lado gostoso do viver. Assim, como num processo terapêutico a sensação de bem-estar consigo mesmo reforçava a disposição para a batalha da vida.

Os homens e mulheres que acreditavam solucionar os problemas com o apoio da fé se dirigiam aos templos, onde “Jeová” apontaria uma direção para seus súditos. Porém, aquelas pessoas sabiam que a força do Altíssimo só seria manifesta de acordo com suas determinações, na busca por seus objetivos, como os vinculados às reivindicações de políticas públicas.

Presenciei a expansão das igrejas evangélicas (JORNAL NEXO, 2020) na minha comunidade, com as pessoas vestidas a caráter, portando a Bíblia debaixo do braço com seus olhares reprováveis dirigidos a mim e aos meus parceiros. Elas estavam convictas de que nossas condutas eram o passaporte para o inferno, mas não acreditávamos que poderia haver um lugar pior do que aquele.

Ao longo do tempo, percebíamos a diferença da periferia onde vivíamos e do Plano Piloto, a uns 30 quilômetros, que oferecia uma qualidade de vida muito superior à nossa. Essa desigualdade era manifesta diuturnamente não apenas na sua distinção espacial e social, mas era reforçada pelo tratamento agressivo dado ao sujeito das comunidades pobres como forma de demarcar território.

Trabalhei no bar de um clube de nome Cota Mil, na década de 90, no Setor de Clube Sul, recolhendo garrafas de bebidas ao redor da piscina. Ficava encantado com aquele momento prazeroso com comidas boas e um povo sorridente, que desfrutava do que, certamente, não fora objeto da labuta de uma vida dura, senão não estaria tão distante das minhas possibilidades.

Foi quando ouvi o chefe repreender o rapaz que fritava salgados, dizendo: “faça direito, isso parece trabalho de preto”. Naquele momento, não entendi o que fazia ali e me senti perdido ao perceber mais uma vez que era odiado por ser negro. Deste modo, com minha imaturidade, por muito tempo eu e muitos da minha geração acreditávamos que éramos realmente inferiores, uma vez que o discurso racista é uma registrada naquela cidade nos moldava.

Então, a esposa do chefe advertiu-o e o beliscou debaixo do braço, tentando avisar a respeito da minha presença. Uma coisa ruim surgiu nas profundezas do meu ser e, para respirar melhor, passei a destruir os salgados, amassando-os e jogando-os na lixeira. Eu não consigo esquecer o tirano: era de estatura mediana, tinha cabelos negros escovados para trás, pele parda, características distantes dos seus correligionários racistas, partidários da ultradireita.

Ele não envelheceu, adoeceu e morreu em minhas memórias, o que seria um alívio, mas continua rondando como reflexo de uma realidade que vai além de mim mesmo. A intolerância com as minorias é uma causa defendida por muitos representantes do poder que procuram emperrar todas as reivindicações do movimento popular. Fazendo Brasília partidária dos princípios que não convergem com a ideia de justiça social.

Em 1979, meu pai havia desaparecido e me deixado com a madrasta, uma pessoa que nutria uma raiva por mim cujo motivo desconhecia. Eu, que não sabia o paradeiro da minha mãe, escolhi o mundão, e a ele me entreguei. Foi minha casa, minha família e meu pesadelo. Um menino de rua, que transitava no centro da capital, não sabia que era um insurgente contra o idealismo moderno.

Só depois compreendi que o sofrimento ao qual fui submetido não seria justificado simplesmente pela minha vulnerabilidade enquanto criança, mas porque eu era um problema. Assim, a falta de proteção era como se me jogassem aos leões, uma forma de eliminar a contradição que não era vista como uma política de Estado. Deste modo, manter a invisibilidade do sujeito era uma medida menos onerosa.

Conheci outros como eu. O Chupeta era um menino de cor encardida e olhar alerta, um parceiro que me alegrava com sua companhia, pois a solidão me apavorava. Ele tinha casa, não me lembro aonde, mas a rua era sua morada predileta. Um dia ele me levou para conhecer a família dele e lá dormi. Um sentimento de segurança e paz tomou conta de mim naquele instante. Foi bom, pois a cama em um lugar seguro me fazia falta.

Logo cedo, quando iríamos partir para o campo de luta, sua irmã, uma menina magra, de cabelos corridos, se aproximou e me beijou no rosto. Sem pestanejar, em seguida, dei-lhe

uma moedinha de 10 centavos, e isso me marcou. Namorei com ela por anos na minha imaginação. Essa parceira me aliviava o peso das experiências amargas que ainda me domam e das quais não consigo me livrar.

A gente perambulava por toda a Asa Sul. Fomos os precursores dos flanelinhas de hoje na cidade, os primeiros meninos de rua de Brasília, de uma geração cujo destino será narrado nas páginas policiais. Poucas pessoas eram simpáticas com a nossa presença, e alguns burguesinhos fortes, bem nutridos, faziam piadinhas com a minha condição, e eu tinha que me calar, pois não havia chance para um combate justo.

Aquilo me encheu de ódio, esse velho companheiro que nunca abandonou a morada que lhe dei, e em troca sempre me alimentou, com algo corrosivo que se tornou crônico e comprovadamente fere meu estômago. Sempre vivi dois mundos: da miséria, na periferia, e da suntuosidade da capital. Meu interior era marcado pelo lado sombrio de um passado conflitante e humanamente anormal.

Num dia de semana ensolarado, eu e os outros meninos nos deslocamos para o Parque da Cidade, na época, famoso lugar de diversão dos riquinhos, onde a piscina de ondas era um *status* da classe média. Para entrar era preciso pagar e estar com a roupa própria para o banho, duas imposições que ficavam distantes das condições para quem sobrevivia das migalhas alheias.

Mas aquela ida não seria mais uma a nos deixar boquiabertos, admirados. De repente, um movimento coletivo, sem acordos que o precedessem, surgiu numa turba de maltrapilho, invadindo de forma repentina a área de lazer para o desespero das mães. Elas retiravam seus filhos, gritavam com os maiores e arrastavam os menores pelo braço, o que parecia um terror, como se vidas estivessem em perigo.

Foi uma festa. Sorríamos, pulávamos nos ombros dos companheiros, e a vida ganhava sentido, diante dos olhares reprováveis e das fisionomias repugnantes da gente rica. Mas não demorou a aparecer os seguranças para acabar com nossa diversão. Fomos expulsos para o alívio daquelas pessoas, porém, os poucos minutos que vivemos ali ficou como algo bom do meu passado para ser lembrado.

Essa atitude era nossa estratégia, pois o proibido só era respeitado quando não tínhamos como sublevar conforme nossos interesses. Levar em consideração a legalidade e a conduta ética seria como assinar nossa sentença de morte. Tudo tendia em nosso desfavor, então, era preciso ousamos sempre, como forma de sobrevivência, em um lugar em que nada nos pertencia.

Assim eu vivia. A noite me apavorava, e era o pior momento quando as batidas de portas das lojas anunciavam o fim do dia e não sabia para onde ir. Não me esqueço quando assistia, já tarde da noite, o jogo de baralho, nos fundos de um bar, e uma pessoa, percebendo meu cansaço, empurrou um banco para baixo da mesa e me ofereceu a cama improvisada.

Dormia um sono profundo e pesado quando de repente acordei sozinho com um cachorro cheirando minha cara. Foi um pavor que se tornou trauma, e aquele cão nunca mais foi embora. Mas eu seguia em frente, indiferente ao futuro que, para mim, seria o mesmo passado. Essa percepção temporal, sem pujança de vida, não nos permitia alimentar esperança, mas apenas sobreviver.

Entrávamos nos supermercados e éramos perseguidos pelos funcionários brutamontes, que vinham para nos expulsar. Mas conseguíamos, mesmo assim ocultar naquelas roupas imundas e fétidas, a barra de chocolate, o biscoito recheado. Nas padarias, os pães de queijo eram nosso alvo predileto, e nós ficávamos focando o olhar vigilante na atendente. Num ligeiro desfio, quando ela se dirigia ao cliente, o bote era certo, e o café da manhã estava garantido.

Certa vez, tive uma contenda com o Chupeta, não me lembro a causa, mas foi num dia chuvoso, debaixo de um bloco. Havia, nesse cenário, um zelador do prédio que, ao perceber o clima tenso, se encheu de prazer, pois ele queria briga. De repente, parti para cima do oponente e consegui agarrar seu pescoço enquanto ele usando todas suas forças tentava se livrar.

Ficamos juntos, num cercado de metal, acima da entrada subterrânea para a garagem, quando curvei seu corpo sobre aquela proteção e tentei arremessá-lo. Ele se apavorou, ficou vermelho, e eu, impassível ao seu desespero, só visava à consumação do intento. Sua vida para mim, naquele momento, nada significativa e fiquei ansioso para ouvir o espatifar do seu corpo sobre o solo.

Nesse momento, o porteiro se assustou, correu e separou a briga, me repreendendo pela tragédia que eu iria cometer. Ele achou que a luta era entre dois garotos, mas havia algo mais, um ser descontrolado, monstruoso. Depois disso, não vi mais o Chupeta. Gostaria de saber seu paradeiro e lhe pedir desculpas por aquela atitude que não representa meu verdadeiro sentimento por ele.

Nunca me esqueci dos nossos momentos difíceis naquela cidade que nos renegava, e por isso nossa união era fundamental. Também me recordo do primeiro beijo que ganhei da irmã dele, menina simples e corajosa. Ao agir sem titubear, ela me fez pequeno por eu carecer de tamanha ousadia quando se tratava de afetividade, a matéria-prima do lado humano do ser.

Às vezes nosso deslocamento para o Plano Piloto ou até mesmo para a cidade satélite via transporte coletivo era dificultado pela falta de dinheiro para o pagamento da passagem. A saída era uma mergulhada repentina por debaixo da roleta, sendo geralmente mais rápida do que a ligeira tentativa do cobrador de bloquear, com a perna, nossa invertida.

Havia, porém, outras alternativas, como o arrombamento da porta traseira, quando íamos ganhando terreno entre as pessoas naquele ônibus lotado. As “tias”, muitas mães de gente como nós, se solidarizavam com a nossa situação e interviam, gritando e pedindo ao motorista que seguisse a rota e deixasse os garotos. Essa invertida nem sempre dava certo e, com a relutância do motorista, éramos obrigados a descer.

Foi uma fase primária de formação gradual. Ao longo da vida, esses atos foram nos amadurecendo, e novas atitudes que visam resultados mais expressivos serão necessárias. Nunca fui capturado, nem fichado na temida delegacia de menores, localizada no Setor Policial Sul, chefiada pelo temido delegado Hércules. Com modéstia, passei em todas as provas, desempenhando nota 10.

Contudo, essa sorte não foi a realidade de tantos garotos que conheci. Estes, ao conhecerem o cárcere, tinham sua personalidade mudada para pior, deixando aquele semblante inofensivo e se transformando em algo temido pela sociedade. Esta mesma sociedade lhes deu as costas e não houve nem mesmo um tratamento que atendesse as necessidades de uma criança carente e desorientada.

Cresci e minha vida mudou, mas não foi para melhor. Respectivamente, nossa luta pela sobrevivência não é coisa do passado; ela ainda continua, agora com outros meninos de rua que vejo perambulando pela cidade, despertando, em mim, lembranças dolorosas. A cola de sapateiro para cheirar foi substituída pelo *crack*, e agora eles querem mais do que um alimento e uma roupa usada.

É a sociedade de consumo que cria novas necessidades, e aqueles garotos buscam, à sua maneira, aquilo que historicamente lhes foi negado, independente das possíveis consequências. Percebemos, assim, que, através de suas práticas, fica subtendido que esse mundo também lhes pertence. Mesmo quando a realidade no dia a dia contradiz profundamente essa convicção, seus atos mostram que a resistência continua sendo o único meio de vida. Por isso é que:

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidências. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas dos subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma

traição à vida, e só é justo cantar se nosso canto arrastar as pessoas e as coisas que não tem voz (PEIXOTO; KHOURY; VIEIRA, 2007, p. 12).

Essa é a Brasília que conheço e justifico que, desde as primeiras batidas de prego, em 1955, era um lugar de pessoas simples e ignoradas pelo Estado. Mas isso não foi suficiente para o desânimo quando os operários e operárias reagiram diante de uma conjuntura que os empurrava para uma situação degradante, quando a passividade do sujeito seria o resultado de um diagnóstico sem esperança.

Por causa da tentativa de impor um modelo de civilização através do consenso de que a maneira peculiar do povo é um retrocesso para o progresso. Fiz parte de uma intervenção que rompeu com o padrão idealizado. A cidade, que ainda é considerada como lugar de gente rica, tem uma antiga crise existencial por ter de suportar a presença do populacho.

No segundo capítulo, mostrou-se a luta desses trabalhadores e trabalhadoras por moradia. Levantou-se, ainda, uma problemática que buscou desconstruir as inverdades sobre a capacidade de o homem comum perceber o contexto político e agir focando nos seus interesses, que sempre estão em desacordo com os planos ambicioso da elite daquela cidade.

Agora pretendemos mostrar que o cotidiano no período em estudo é permeado pelas manifestações dessa gente, que dá sentido à sua existência ao rebelar diante as variadas formas de controle disciplinar. Isso desencadeia a intolerância daqueles que visam a neutralizar o movimento, que surgia das mãos de um povo que lapidava aquele espaço, sem deixar de inserir sua cultura de espírito rebelde.

Presenciei, no transporte público e nas rodas de conversas, comentários sobre: as bebedeiras; a ganância, num dia, de todo o salário do mês nos cabarés; as artimanhas para ocultar o litro de aguardente nos canteiros de obras; a luta por moradia e as mobilizações populares, como a passeata que ocorreu em 1962, com a população protestando pelo fim do desemprego (BÉU, 2013, p. 21).

Essas práticas do cotidiano não precederam a mudança das intenções daqueles que desembarcaram no Planalto Central com o propósito de ganhar dinheiro e retornarem para suas famílias no interior. Mas muitos não voltaram e deixaram sua gente para trás, constituindo um novo lar, e outros retornaram para o lugar de origem, por não se adaptarem ao centro urbano. No entanto, ao reviverem as mesmas condições deprimentes, voltavam.

Havia também aqueles que iam buscar sua prole ou mandavam dinheiro para que ela viesse, durante o período em que a saudade da esposa e dos filhos apertava o peito. Eram projetos de vida consumados, fracassados ou deixados no meio do caminho, pelos

trabalhadores e trabalhadoras que se deparavam com decisões difíceis de serem tomadas, quando:

O Cotidiano que, no caso da capital em construção, não se restringia ao trabalho, ainda que esse tenha sido o elo principal entre os migrantes que construíram a cidade em pouco mais de três anos. Tão importante quanto as relações de trabalho com o Estado e as empreiteiras privadas, foram os sonhos, anseios, espaços de sociabilidade, condições de moradia, o lazer, o consumo do álcool, a repressão policial, as formas de identidade e resistência (GUSMÃO, 2009, p. 30).

Assim, o lugar considerado como marco da modernidade no país é também o espaço do grotesco, do empírico. A força da tradição resistia à opressão sobre as pessoas que vieram dispostas a enfrentar todos os desafios, e isso também significava que suas liberdades não estavam no balcão de negócios, mesmo quando o Estado expunha sua capacidade indescritível de crueldade sobre uma população que nunca deixou de manifestar sua indignação.

A Guarda Especial de Brasília (GEB), uma instituição sob o comando da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, estava a serviço da Novacap, que arcava com suas despesas. Ela era responsável por supervisionar não somente os canteiros de obras, mas as terras públicas onde estava sendo erguida a nova capital federal. Ainda hoje lembrada por suas ações truculentas e ineficiência.

Os velhos camaradas ainda comentam sobre as abordagens violentas por homens que eram “gente pegada a pêlo de cachorro” (TEIXEIRA, 1999, p. 25), cujo requisito para incorporar nessa força policial era a valentia. Com isso, aquele povo estava à mercê dos abusos das autoridades, que defendiam uma disciplina rígida para o rendimento das tarefas. Numa região isolada que não havia órgãos fiscalizadores para contenção dos excessos.

O episódio que veio a ser conhecido como “O massacre Pacheco Fernandes Dantas”, ou simplesmente “O massacre da GEB”, feriu a ferro e fogo a memória coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras da construção. Eles viveram a barbárie que trouxe um sentimento de insegurança e decepção para aqueles que ouviam discursos enaltecendo sobre sua importância para a construção da nova capital federal no Centro-Oeste.

A chacina da GEB aconteceu numa noite de carnaval, em 8 de fevereiro de 1959 (TEIXEIRA, 1999, p. 27). Operários chegaram à cantina para a refeição e se depararam com uma comida de má qualidade, o que causou indignação, a ponto de um deles arremessar o prato em direção a um dos funcionários ali presentes, criando um clima tenso com um desfecho dramático.

A polícia foi acionada, e outros trabalhadores interviram para que os companheiros não fossem presos. O número de policiais naquele momento era insuficiente, e o reforço foi solicitado. Mas, a ira desse operário que lançou o prato contra o funcionário da empresa teve como causa o resultado de insatisfações há muito tempo alimentadas, devido ao tratamento desrespeitoso com a classe trabalhadora.

Os policiais já chegaram atirando, sem nada perguntarem, e vários morreram na própria cama, enquanto outros foram colocados em fila, com as mãos na cabeça, sendo espancados e submetidos a inúmeras humilhações. Não se sabe o número exato de mortos, todavia, muitos foram conduzidos em caminhões e enterrados como animais, numa vala coletiva em meio ao cerrado, esquecidos como se nunca tivessem existido e nada significado (TEIXEIRA, 1996, p. 29).

Esse fato não abalou a construção da memória oficial que retrata Brasília como espaço da normalidade e perfeição. Aquele enfrentamento contra as forças policiais não foi o único entre tantos ocorridos, quando os operários e operárias insurgiam para serem respeitados. Ao contrário das intenções dos agentes públicos, suas forças de trabalho não os reduziam a seres dóceis e obedientes.

Ademais enquanto as pessoas tentavam superar os traumas daquele dia macabro, tinham que conviver com o cinismo das autoridades que, ao amenizarem a tragédia, ocultavam suas responsabilidades. Isso ficou evidente com a entrevista do ex-diretor da Novacap, Ernesto Silva, ao **Correio Braziliense**, em 27 de janeiro de 1994, negando a seriedade da situação.

Segundo ele, dentro de seu mundo burguês e institucional, esse: “fato isolado e único ocorrido durante os três anos e meio da construção de Brasília decorreu de uma revolta de trabalhadores seguida de depredações dos alojamentos e repelida pela polícia, da refrega, houve apenas um”.

Analisamos a entrevista que foi produzida pelo Arquivo Público do Distrito Federal sobre José Alves da Silva Lobo. Ele narrou sua história de vida a partir da sua partida da terra natal para a cidade de Brasília, nos dias iniciais da construção, em 1956, vindo apenas para conhecer, retornando, definitivamente, em 1958.

José Alves nasceu em 22 de maio de 1924, no interior do Ceará, em Quixeramobim. Sua mãe era Maria Alves Capistrano, e o pai, José da Silva Lobo. Com o tempo, a família deixou este lugar e foi para Fortaleza, mas ele foi criado em Maranguape. Depois veio para capital federal quando já estava casado e morou em Monsenhor Tabosa, no interior daquele estado:

Isso em 58, 56 eu vim aqui mas voltei logo. E, 58, que eu vim, fiquei mais definitivo. Trouxe essa carrada de candango e até cheguei aqui rapaz e no início tive muita sorte, porque muita gente chegava e não conseguia entrar naquelas firmas para falar com ninguém. E eu tive sorte, que entrava ali com facilidade. E arrumei emprego para muita gente dos que eu trouxe, o pessoal que eu trouxe. Outros empregaram por conta. Até emprestei dinheiro para aquele povo também. Até fiquei com letra assinada e esse povo ganhou dinheiro e sumiu. Não me pagaram nada, eu fiquei lá embaixo. Aí, me empreguei de fiscal e fui ganhar dinheiro. Naquele tempo a gente ganhava dinheiro e as coisas eram tudo muito barato. Era no tempo do Juscelino, nós sabemos. Vocês não eram nem nascidos nesse tempo. Em 58, não era nem nascido. E então, era muito animado aqui, muito bom. Muito frio, aqui era frio demais, que se ficava com o sapato no pé, ficava até dormente de frio. E eu gostava daqui porque na minha terra é muito quente, mas tem área fria. Maranguape mesmo onde eu morei é muito frio. Muito bom (ArPDF,1998, p. 1).

O depoente começa narrando as primeiras batalhas que se deram com os políticos que já tinham um projeto político-social para cidade, o que desencadeou a luta pela conquista de um espaço para morar pelos operários e operárias da construção:

[...] então surgiu essa idéia da gente ver se conseguia esse local aqui em Taguatinga. Taguatinga Sul. E apareceu o Matias interessado, que ele... nós fundamos a associação naquele tempo. Eu era da diretoria, ele era o presidente. E então, começamos, ainda hoje eu tenho o cartão da associação do Matias. Então a gente foi associando mais pessoas, membros para a associação. E fomos lutando. Ele media aí o terreno e entregava ao povo. E recomendava: Vocês faz o barraco e ocupa.” E era o que a gente fazia. Eu mesmo fiz. E até que surgiu aí perseguição da parte do prefeito (ArPDF,1998, p. 1).

Dessa maneira, surgiram os setores Sul, Vila Matias e Setor Sul de Taguatinga, num movimento permanente e progressivo em desacordo com o previsto, premeditado. O mundo desandava conforme a percepção da classe abastarda. Mesmo com suas investidas, os trabalhadores e trabalhadoras iam fixando raízes e superando as barreiras da exclusão.

[...] O pessoal passou a ter mais tranquilidade, porque todo mundo ficou sossegado no seu chãozinho. Apesar de que, foi feito assim, por força do povo. Não tinha água, nem luz. E custou muito a resolver esse problema de água e luz. O pessoal vivia aqui, furava um buraco, como eu furei também, chamava cisterna. E captava água dali e no escuro. Eu trabalhando no Plano Piloto. Se vocês souberem, que até muitas vezes eu me perdi aqui, custei acertar aqui com o local (ArPDF, 1998, p. 2).

As reflexões do entrevistado voltaram no tempo ao lembrar sua partida para o Centro-Oeste, marcada por dificuldades inimagináveis daqueles que usufruem das comodidades modernas nos dias atuais. Aquela determinação não significava um movimento turístico para o bem-estar do sujeito e de sua família, mas era uma busca por dias melhores.

Eu gastei 15 dias do Ceará para cá, de caminhão. E a gente rodava o dia e até 9 e meia da noite. Aí parava, no outro dia seguia de novo. Mas porque também era chão, era muito ruim, rodava muito devagar. De lá pra aqui, nós gastamos 15 dias de caminhão. Um caminhão novo. Quinze dias para chegar aqui em Brasília. Até eu falava para eles, eu tinha a impressão que estava sendo desterrado. Porque ela tornou-se longe, do Ceará para cá é muito longe. Hoje está perto por causa do asfalto (ArPDF,1998, p. 1).

Seu José citou novamente o líder Raimundo Matias, um personagem inteligente, corajoso e emblemático, que esteve na frente do movimento popular por moradia em Taguatinga. A Vila Matias, que recebeu o seu nome, ainda hoje simboliza um tempo de resistência, diante da repressão do Estado para que a cidade, idealizada, não sucumbisse.

Com o caminhão eu vim em 58. E estamos aí até hoje lutando. O Matias sempre na frente, no tempo da associação até fundar isso aqui. Arrumar isso aqui tudo, que o governo entregou a cada um dos pretendentes, então naquele tempo o Matias como eu já falei, ele entregava e aí a polícia resolveu prender as pessoas que estavam começando a iniciar aqui, entregar o lote do povo. E ele foi preso muito tempo, muitas vezes. A polícia levava ele, e aí quando eles soltavam, ele vinha e media outro trecho. Entregava. Ele foi preso naquele tempo 32 vezes (ArPDF,1998, p. 3).

Sua narrativa enfatizou as condições climáticas da época, ainda muito comentadas nos dias de hoje e do mundo amarelado pela poeira, com os tratores sangrando a terra, para insatisfação da comunidade. As donas de casa não conseguiam manter a higiene do lar e as garotas que se enfureciam com a falta do brilho dos cabelos e a maciez da pele.

Também isso aqui, se vocês soubessem como era, porque não tinha, era claro, mas não sentia quentura de sol. Porque era embaçado de poeira. Os tratores cortando terra de dia e noite. Dia e noite os tratores cortando poeira. Embaçado de poeira, portanto que o sol não esquentava. Apesar do frio, porque era frio, mas era assim. Assim como está hoje, que não está quente. Mas toda a vida era assim, o sol não esquentava (ArPDF, 1998, p. 4).

Ele critica a falta de política no lugar em comparação à sua terra natal. Fazendo uma análise entre passado e presente, apresenta o argumento e mostra que, em Brasília, faltava a presença de um Estado social, ombreado com o povo, para atender as demandas das necessidades inadiáveis da gente pobre.

E também naquele tempo existia um problema, que não me animava muito aqui. Alguém diz assim: “Ah, porque eu não sou político.” Eu digo que sou político, já nasci político, nós todos somos políticos. Nós temos título de eleitor, não se pode dizer que não é político. Nós somos políticos. E eu era um pouco desanimado com isso, porque aqui não havia política. Na minha terra existe político e não existe ninguém só. Todo mundo ali, até o trabalhadorzinho que mora lá no pé da serra, lá no mato, na fazenda, ele tem ligação com os chefe (ArPDF,1998, p. 5).

A vida dos trabalhadores e trabalhadoras não podia ser interpretada sem levar em consideração a busca corriqueira de benefícios básicos que significavam mais do que comodidades, quando eles pavimentavam o caminho da sua permanência na cidade. Isso era do conhecimento daqueles contrários à sua fixação e à luta, como ar que baila no espaço, era uma constância.

E aí nós fomos lutar para conseguir água e luz. A gente reunia e até que conseguimos o primeiro ato de investida para luz elétrica. Foi colocado um poste bem aqui no princípio da vila, lá onde tem uma igreja. Igreja, Nossa Senhora de Fátima. Foi colocado um poste ali, a luz veio de Taguatinga e chegou só até ali. E com muita luta que a gente foi puxando para cá. É tanto que até mesmo os transportes, a gente tem lutado muito para quê esses transportes melhorem. Tem-se lutado (ArPDF, 1998, p. 13).

O militante mostra a consciência de uma conjuntura que viveu ao reclamar da falta de lazer, apontando a questão social para explicar essa realidade. Ao dizer que Brasília era para ricos, ele apresenta uma consciência coletiva presente nas cidades satélites, o que não inibiu a resistência dos operários e operárias em conquistar seu espaço.

Não tinha mesmo. Isso era uma verdade. Não tinha, então eu acho mesmo, porque Brasília não veio assim [...] a gente achava mesmo pelos acontecimentos, não veio assim para muita diversão. Porque isso aqui foi criado, era falado naquele tempo mesmo, isso aqui foi criado para rico. Isso aqui não foi criado para vir pobre para aqui. Inclusive não queriam que viessem as famílias para cá, naquele tempo. É o que era interpretado do povo, entre o povo e a autoridade. Isso é o que eu estranhei muito (ArPDF, 1998, p. 15).

Mostra, ainda, os meios usados pelo trabalhador e pela trabalhadora, onde havia falta de alternativas em uma cidade que não tinha nada que fosse oriundo de um direito reconhecido e cumprido pelas autoridades. Isso era também agravado por uma vigilância que intervinha naquilo que a cultura popular ostentava por significar o sentido dado ao mundo e sua relação com ele.

Eles tinham aí um time de futebol. Até o deles era o meu amigão. Foi ele que ajudou a terminar a organização da Vila Dimas. Era o Messias. Ele criou um time de futebol. Então, tinha briga de galo também aqui na Vila Matias, eu conhecia essa briga de galo. E quando o Jânio Quadros veio, acabou com isso. Acabou com isso, porque ele achava que a briga de galo não podia continuar, porque muitas vezes morria galo brigando (ArPDF, 1998, p. 15).

José Alves se lembra do seu primeiro emprego na obra do congresso, em 1958, com a construtora nacional. Sua experiência retrata o que não era interessante ser divulgada sobre a

construção da cidade, como as vivências dolorosas nas quais vidas foram menosprezadas com a complacência de uma sociedade silenciada pelo egoísmo.

Então ali eu vi muito acidente acontecer. É, porque as firmas, eles mesmo falavam, nesse tempo, no início isso aqui era administrado por firma americana, depois elas foram entregando às firmas brasileiras. E as firmas brasileiras parece que tinham menos precaução com os empregados. E houve bastante acidente com empregado naquele tempo. Morreu muita gente (ArPDF, 1998, p. 4).

Em seguida, o operário fala da sua estadia no alojamento da empresa e do ritmo nos canteiros de obras, sem respeito à condição humana que tem suas limitações. O trabalho não podia ser a razão do viver, mas o meio de manutenção da vida, dando-lhe sentido através da realização dos desejos fundamentais nessa passagem terrena.

O alojamento era muito grande e feito beliche. A gente dormia aqui, outro aqui e também quase ninguém dormia, porque a gente trabalhava, 6 horas estava no ponto do serviço. Aí saía para o almoço às 11 horas, uma hora começava novamente e saía 6 horas da tarde. Aí, 7 horas entrava de novo no serviço para fazer extraordinário. E saía às 10 da noite. Às 10 da noite o sujeito saía, ia tomar banho, de meia noite em diante é que ia dormir e 4 horas da manhã tinha que estar em pé (CANDANGOS, 2013, p. 23).

Era um sistema arbitrário numa época em que a falta de sindicatos impossibilitava a fiscalização e o comprometimento dos empreiteiros com um tratamento humanizado. Destarte, não investiu-se na segurança do trabalhador e na transparência em relação a muitos fatos ocorridos que foram arrastados pelas lacunas do processo do histórico⁶.

A sociabilidade entre aqueles camaradas era construída em meio à diversificação cultural. Gente de todos os cantos do país surgia, e a troca de experiências ia além dos canteiros de obras, como afirmou o operário Izido Firmínio de Araújo⁷. O sujeito ensinava as habilidades do ofício à receita para a cura de enfermidades e, logo, as coisas iam se resolvendo e superando os empecilhos impostos.

Esse convívio era uma força que animava e trazia esperança às pessoas que chegavam. Conhecimentos milenares, passados ao longo do tempo, atravessaram barreiras geográficas e sociais, para que se suprisse, assim, a lacuna deixada pelo Estado empresarial. Este era indiferente ao contingente populacional que crescia e sobrevivía, à sua maneira, àquele campo de batalha.

⁶ Movimento sindical no DF que nasceu com o massacre de operários em 1959 sobreviveu ao golpe militar e hoje é um grande mobilizador das lutas sociais (CARLA, 2020).

⁷ Entrevista realizada na casa do pesquisador, em 22-12- 2020, às 10h.

No entanto, acreditar que havia uma sociedade ordeira é subestimar as pessoas, na tentativa de despolitizá-las, numa relação social que é sempre instável. Esta não possibilita o consenso entre o povo que, através do movimento popular, demonstra que a vida é uma ciência não normativa, e a burguesia tem seus interesses inegociáveis.

Isso identifica o trabalhador e trabalhadora com a causa coletiva que os movem, e que, por sua vez, é capaz de soterrar possíveis ressentimentos em nome dos interesses primordiais. Se homens e mulheres viveram suas crises no âmbito comunitário, eles sabiam que, para superar as dificuldades, exigia-se uma posição política que os identifica, fortalecendo assim a busca dos objetivos comuns.

No livro **Candangos** (2020), enfatiza-se a ignorância do povo pela ausência da educação, por serem “brutos mal-educado sendo necessária paciência diante de tanta grosseira”. Desta maneira, Sebastião Varela exaltava uma educação formal sobre saberes milenares, desvalorizando-se essas formas de conhecimento. É o reflexo da intolerância com a diversidade cultural, sem o devido respeito e entendimento da capacidade criativa humana (CANDANGOS, 2013, p. 17).

De acordo com essa obra, a presença de poucas mulheres, quando a força de trabalho era representada majoritariamente pelo sexo masculino, fez com que homens casados que viviam distantes de suas famílias e os solteiros sentissem a ausência dessa parte que nos completa. O autor reforça a velha convicção de que o sexo oposto é apenas um prato saboroso para saciar o apetite animalesco do homem.

Todavia, não se pode menosprezar sua importante participação durante a construção da cidade, que vai além da sua condição de mulher a serviço da satisfação das fantasias masculinas. As inúmeras habilidades como cozinheiras, nos canteiros de obras, comerciantes, costureiras, lavadeiras e militância política davam condições para que os objetivos da população não fossem à bancarrota com a capacidade peculiar da essência feminina.

Foi com satisfação que se analisou a entrevista da dona Severina Etelvina do Nascimento, nascida em 27 de abril de 1933, no estado de Pernambuco, em São José do Egito. Casada com José Manoel do Nascimento, é mãe de 14 filhos, com 10 vivos. Ela afirmou ter estudado pouco e cursado até a 5ª série, por morar em sítio e onde só havia escola na cidade, lamentando por não ter estudado mais e, ainda, ter que trabalhar na roça (ArPDF, 2002, p. 5).

Dona Severina diz que sua mudança para Brasília foi por falta de trabalho, com a situação agravada pela presença da chuva, lá no interior, somente a cada dois anos. Sua chegada foi em 1962, em direção à Vila Iapi. Ela pagava aluguel, convivía com 14 pessoas,

fazia marmita para os trabalhadores e trabalhadoras da construção e ia levando a vida, até que conseguiu montar seu restaurante num barraco de madeira.

A operária disse que foi uma época de muita dificuldade, quando sustentava os parentes do marido e mandavam dinheiro para as famílias, no Nordeste. Para dona Severina, o cotidiano era: “só terra e menino doente e menino com febre, e menino com sarampo. A água vinha de um poço próximo a fossa, eu acho que aquilo era tudo contaminado. As camas era uma encima da outra, parecia jirau de galinheiro” (ArPDF, 2002, p. 7).

Ela fazia questão de enfatizar que não tinha vergonha da sua pobreza e que sua vinda para Brasília foi para que os filhos pudessem estudar, o que não seria possível onde moravam. A questão da formação das crianças chama a atenção quando a falta de trabalho não foi o único motivo do deslocamento dessas pessoas para o Centro-Oeste. Dessa forma, a importância do ordenado para a historiografia brasiliense era o motivo que mantinha os trabalhadores e trabalhadoras naquela cidade em construção, mesmo com a precariedade das condições de vida. Contudo, a intenção daquela gente estava além dos canteiros de obras, como foi mostrado pela entrevistada, preocupada com a formação de seus filhos.

Severina disse que as assistentes sociais passavam nas portas das casas para fazer as fichas e orientavam a respeito da remoção daquele povo para Ceilândia. Sair da vila não foi uma coisa boa, segundo a depoente, pelo fato de seu lote na Ceilândia ser residencial, e, deste modo, ela não podia continuar com seu restaurante, por não ter condição de comprar um terreno na área de comércio.

A operária afirma que os moradores não queriam sair da vila para viver no meio do mato, que nada tinha a ver com a cidade satélite que o governo prometia porque gostavam do lugar. Nos dias de domingo, um ônibus com o pessoal da administração pública convidava o povo da Vila do Iapi para mostrar a cidade de Ceilândia.

Seu depoimento mostra a preocupação da administração em explicar as vantagens da remoção das ocupações para as futuras cidades satélites, pois o Estado, mesmo com sua predisposição para atos arbitrários, não tinha autoridade incontestada. São várias narrativas que mostram a intervenção dos gestores com cautela, usando o verbo em vez das armas para persuadi-los.

Em seguida, a interlocutora muda o discurso e fala ao seu companheiro que seria melhor mudar. São momentos que exigem reflexões profundas e nem sempre conclusivas de modo imediato, para que a tomada de decisões que serão determinantes no destino do sujeito em relação ao seu futuro não seja movida por emoções que possam prejudicar interesses há muito tempo planejados.

Em seguida, ela relata que as melhorias iam chegando, como asfalto, luz elétrica, escola para crianças, e lamenta um passado, não muito distante, de muita carência. De acordo com suas memórias, percebi que os benefícios e as dificuldades se misturavam e falar da vida era se deparar com as agruras que pesam e, muitas das vezes, apequenam as conquistas.

No início a casa era: “um barraco velho de lona preta, tu pensa que nós banhava os meninos todo dia? Não tinha água, o carro pipa passava de 15 em 15 dias, ou de 8 em 8 dias, enchendo aqueles tambores, o povo ainda fala de quem arruma as coisas em Brasília, eu sou contra viu minha filha” (ArPDF, 2002, p. 10).

Nesse momento, a dona de casa continuava mostrando que a sua posição política era de classe e de luta, pois era uma dessas mulheres determinadas. Lembra quando ameaçou levar toda a vizinhança para lavar roupa em um córrego, o que não era permitido, se o funcionário da caixa d’água não liberasse água: “A gente precisa aprender a abrir a boca e gritar também pelos direitos da gente. Mas foi uma benção, daí pra cá não faltou mais água. É, pelos direitos da gente, minha filha fizeram isso” (ArPDF, 2002, p. 13).

A intensão era fazer da humanidade dos operários e operárias um objeto insensível, sendo apenas lembrados como candangos que precisam cumprir a tarefa do dia. Todavia, essa interferência na subjetividade não resultou no que se previu, e o homem político do povo emergia com a cidade e para além dela.

Viver em condições miseráveis era uma realidade que transitava todo o cotidiano da população, como se afirmou, enquanto a ganância na construção de Brasília era “impossível de calculá-las e politicamente interessante escondê-las” (REVISTA VEJA, 2000, p. 121). Diante de uma gestão marcada por polêmicas em relação à transparência dos gastos públicos, pode-se concluir que a capital federal foi edificada sobre o alicerce da corrupção.

Mas, nem tudo eram espinhos, quando os privilegiados tinham “sua peixada com os dirigentes” (CANDANGOS, 2013, p. 29). Assim, as relações sociais seguiam seu itinerário, e os homens transitavam margeando o poder ou representando-o. Porém, independente da sua posição, os acordos, as traições, as compras ou trocas de favores deram um tratamento desigual à gente pobre, que não tinha justiça nem camaradagem ao seu favor.

Quando os trabalhadores e trabalhadoras, ao reivindicarem seus direitos, irritavam aqueles a quem eles dirigiam suas demandas, por romperem com a velha relação, em que os representantes do poder cediam, a seu bel prazer, aos que sempre estiveram à sua disposição. Essa política clientelista, como foi dito, não silenciava suas vozes e nem neutralizava seus atos no cotidiano.

O descumprimento das leis do trabalho (CLT) por parte dos empregadores, por elas representarem gastos, era negligenciado pelos próprios gestores. A maioria dos operários se deslocava para os canteiros de obras sem os itens básicos de segurança, como luvas, capacetes e botas adequadas. Com isso, os acidentes eram algo previsível e ignorado (BÉU, 2013, p. 55).

Para esse historiador, a bebedeira era causa de uma “instabilidade emocional” dessa conjuntura exaustiva na qual estava submetido o trabalhador, ao citar o livro da GEB com várias ocorrências de embriaguez (BÉU, 2013, p. 65). Logo, ele não via, nesta prática, seu conteúdo político, em que aquelas pessoas sublevavam diante das normas, a ponto de fazer da lei seca, imposta pelo governo para a contenção do consumo de álcool, uma medida de efeito inócuo.

O sertanejo muito conhecido como “cabra macho” é famoso pela sua valentia, uma determinação nata para o enfrentamento dos desafios da vida e do oponente que venha a desacreditar de sua capacidade. O duelo nos botequins, nos canteiros de obras, no enfrentamento às forças policiais e nos demais espaços de sociabilidade é ainda hoje motivo de comentários nas cidades satélites.

Essa cultura tradicional, marcada pela determinação de um povo em detrimento da passividade do Estado jurídico, pulsava nos sangues daqueles homens e mulheres que não delegavam a outros suas responsabilidades. As contendas tinham como única causa a solução dos problemas, quando nem sempre a conversa trazia o resultado esperado naquela cidade, que simplesmente não surgia de uma maquete limpa e organizada.

Porém, aquele povo era mais que valentia, determinação e portador de grandes conhecimentos empíricos. Ele tratava a vida com humor, mesmo quando a situação exigia seriedade, como foi o período da sua remoção das ocupações. Os moradores da Vila Planalto, ao receberem a oferta de um espaço para morar no Gama, se posicionaram sem titubear.

Fizeram, portanto, da Galhofa, uma resistência às manobras do poder para retirar os pobres do centro da capital: “Prefiro continuar vivendo aqui na lama a morar nos Estados Unidos do Gama” (BÉU, 2013, p. 94). Mesmo sabendo que um conflito com a polícia não era algo que podia ser descartado, a indiferença a essa possibilidade era manifesta com criatividade, pois o risco de um rebuliço seria mais um em meio a tantas contendas travadas.

Pesquisa como a “História do cotidiano de Brasília: “experiência” e resistência dos candangos na construção da nova capital (1959-1951)”, Ramon Lamoso de Gusmão, fala sobre as condições precárias de vida e trabalho. Porém, refletir sobre o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, que convergiu para uma consciência coletiva na conquista do

seu espaço, influenciando a questão urbanística e sociocultural da cidade, me parece algo novo.

As constantes reivindicações populares, que eram um incômodo para os representantes do poder, na ocasião, levaram os gestores a perceberem que as políticas públicas passaram a ser decisivas para manutenção da ordem e, por conseguinte, para a aprovação da sua governabilidade. Isso não amenizou a relação conflituosa da comunidade e os administradores da cidade de Brasília.

A propalada ideia de progresso nunca esteve voltada para as demandas da população de baixa renda. Desta maneira, a fala comovente do estadista não trazia o efeito esperado quando o problema não era a realidade em si, como no mundo rural daquela gente, que associava suas dificuldades à questão hídrica. Mas a cultura política da cidade a serviço do poder econômico.

Hoje a cidade continua com a velha cicatriz que é a marca da profunda desigualdade entre ricos e pobres. Isso significa que a batalha não terminou, quando os instrumentos opressivos de controle e segregação social nunca foram abandonados pela burguesia. Por isso continuam os meninos de rua, quebrando a harmonia da arquitetura moderna, com sua presença maltrapilha e delituosa, rebelando sempre perante a rejeição da sociedade.

Os botequins, com suas algazarras, permanecem como o espaço de lazer, para bebedeira, namoricos e refregas, quando o diálogo é consumido pelas tensões. Tudo isso é em meio às conversas sobre futebol, política e o futuro. Eles foram e continuam sendo os principais espaços de sociabilidade do povo, onde molda a consciência de sua realidade, refletindo nas consequências vindouras.

Ainda presencio as manifestações populares com as pessoas exigindo a efetivação de direitos ou a legitimidade de suas reivindicações. São homens, mulheres e jovens indiferentes com a intimidação das caras feias dos fardados. A população grita com uma euforia que tenciona a veia do pescoço, e as salivas da ira são jogadas ao vento, enquanto apedreja o bem público, bate e apanha da polícia.

As invasões por moradia resistem como antes, e a presença das forças repressoras, com suas armas cada vez mais adaptadas para matar rebeldes, mostra que o tempo segue em frente, mas nem sempre arrasta a realidade. Deste modo, deixa-se para trás seus frutos saudáveis e os daninhos, simbolizados, respectivamente, pelos sonhadores que continuam determinados a conquistar seus objetivos e as forças diabólicas da contenção.

São os descendentes de uma história que tentaram silenciar. O povo, como disse dona Severina, sabe que Brasília não é lugar de pobre morar, mas isso não é motivo para se desistir

da luta. Essa convicção é o tônico que vigora, dando vida para aos descendentes dos velhos camaradas, que continuam fazendo da política segregacionista a justificativa para o enfrentamento permanente. Esse sempre será a razão para a possibilidade da realização dos sonhos de uns, ocasionando os pesadelos de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu interesse em ingressar no curso de mestrado começou logo que me formei. Eu sempre acreditei que o *stricto sensu* me ofereceria algo mais do que ser apenas um professor que teria um título diferenciado. Isso me colocaria na dianteira dos adversários no momento da seleção por vagas nos centros de ensino, ou a vantagem de um adicional na remuneração. Certamente este fato não deixa de ser atraente para aqueles que sobrevivem com um salário míngua em um país onde a educação pública nunca foi prioridade.

A graduação nos enche de vaidades. Por meio desta, aprendemos, com as observações dos teóricos consagrados, a desconstruir as barreiras ideológicas que nos aprisionam. Eles realmente têm muito a ensinar a aqueles que chegam procurando entender a história. Logo, descobrem que esta pode ser como um monstro que nos domina e apequena, e talvez seja uma luz que possibilita entendê-la como um instrumento que possa auxiliar o sujeito a romper com os grilhões da opressão.

Durante boa parte da minha vida, as formas de controle e exploração eram imperceptíveis, um processo que eu vivia sem maldade. O homem vestido de terno, que falava bonito na televisão, tinha o poder dos deuses e, para mim, ele era a resolução dos problemas, e não a causa. Mas, vários anos de estudo foram, aos poucos, superando boa parte da minha ingenuidade em relação à visão de mundo, e, inconscientemente, eu reforçava aquilo que precisava ser combatido.

Depois da entrega do canudo, levei junto com ele inúmeras deficiências como professor. Não sabia fazer a leitura de texto e levantar observações apropriadas, muito menos discordar com coerência contra as ideias de autores que reforçavam as estruturas de domínio, ignorando a importância do povo nas relações de poder. No entanto, já tinha consciência de que a sala de aula não poderia ser mais um espaço de reafirmação de um modelo de sociedade em desacordo, que não respeita e nem defende os direitos das minorias.

Tinha um forte sentimento de inferioridade em relação àqueles cientistas sociais, construtores do conhecimento, posição que eu me sentia distante. Comprei inúmeros livros das bibliografias que recebia do professor sobre a sua disciplina. Lia-os e relia-os. Pesquisava no *Google* algum artigo referente à obra para que eu pudesse realmente entender suas ideias. Porém, os esforços eram demasiados superiores aos resultados pífios do meu desenvolvimento intelectual, e isso me abalava física e emocionalmente.

Todavia, eu sabia que a frágil capacidade cognitiva era resultado de uma vida marcada por traumas e aliviada com todos os tipos de drogas que conheci na minha época. Não tinha

condições de abstrair, refletir, entender e escrever com clareza, objetividade. Era realmente um ser estranho, desconectado do mundo real, e isso era tudo que eu sempre fui. Todavia, tinha uma disposição para abraçar até mesmo aquilo que me prejudicava, porque era necessário superar uma vida que, aos poucos, ia me destruindo.

Fui fazer minha especialização empolgado, mas inseguro. Estava ciente das dificuldades e do constrangimento que iria enfrentar. A sala de aula sempre me amedrontou, um espaço que aproximava os corpos num clima de harmonia, mas eu me sentia como o diabo submetido à força divina do seu rival. Não falava, balbuciava. Às vezes o professor pedia para que eu repetisse a pergunta por mais de uma vez, quando alguém ao meu lado explicava ao mestre o que eu queria dizer.

Nessa fase, fui obrigado a escrever mais o que eu gostava, porém, como hoje, um pouco menos, não conseguia alcançar os resultados almejados. Por alguma razão, em certos momentos, me surpreendia e conseguia colocar no papel algo razoável. Outras vezes, se comparasse essa produção com outra posterior, ambas pareciam dois textos escritos por pessoas diferentes, em que um seria clarividente e o outro um emaranhado de ideias totalmente desconexas, com lacunas confusas e contraditórias.

Concluí essa fase insatisfeito, pois o que eu procurava ainda não havia encontrado. Era uma maturação sem sentimento de incapacidade perante os desafios de ser professor e seguro da minha posição como leitor. Eu problematizava, quando necessário, o manifesto dos argumentos, levando em consideração quem, onde e quem o produziu, além de para quem foi endereçado e qual a sua finalidade. Esta é a conclusão de algum autor que mostrou para mim o lado político do meio intelectual.

Decidir entrar no mestrado não significou simplesmente uma dedicação para que o objetivo fosse alcançado. Eu achava que, além de uma proposta de trabalho, a persistência seria suficiente para eu conseguir uma vaga em uma universidade federal e realizar um objetivo que, aos poucos, se tornou um sonho e, ao longo de vários anos, foi se transformando em obsessão. Um projeto de pesquisa, por mais que seja relevante, não significa que você será aprovado e, para complicar, não tinha nada que despertasse a atenção dos docentes.

Fui para a Universidade de Brasília (UnB), consegui uma vaga como ouvinte e lá permaneci por três anos, tentando encontrar alguém que me ajudasse a construir um tema que fosse interessante. Falei com vários professores, mas eles estavam ocupados com seus orientandos, em sua maioria, alunos que vieram da graduação e estavam se preparando para o processo seletivo do mestrado. Então eu falava com um que me empurrava para outro e, durante esse tempo, o plebeu se perdia no mundo dos nobres.

Até que conheci o professor James de Almeida, da área de História Cultural, e lhe pedi que me ajudasse. Expliquei que vinha da faculdade privada e não tinha conhecimento dos historiadores da UnB. Ele me passou dois livros volumosos sobre o totalitarismo na União Soviética e falou para eu ler e dissertar sobre o assunto. Fiquei empolgado e me debrucei com afinco sobre aqueles calhamaços. Ao terminar, lhe entreguei e aguardei alguns dias para sua avaliação, quando ele falou que ficou muito interessante, mas que se tratava de um plágio.

Não entendi e perguntei por que ele achava isso. A resposta foi que eu não tinha competência, mas ponderei e lhe disse que ele não me conhecia e, deste modo, não poderia afirmar aquilo. Disse-lhe que, se ele achava que era uma cópia, então mostrasse de onde esta foi tirada. Cheguei a pedir que me deixasse ficar como seu aluno especial para que me conhecesse melhor. Ficou combinado. Mas, no dia que saiu a lista dos discentes que participariam como ouvintes das aulas de pós-graduação, eu não estava inscrito. Liguei para sua casa perguntando a razão da ausência do meu nome na lista, e ele simplesmente disse que não tinha vaga.

Realmente custei a entender a atitude do professor, pois, quando lhe procurei, sua atenção e cordialidade despertaram em mim certa admiração por sua pessoa. Contudo, eu havia dito, logo no início, que conhecia o professor Celso da História Medieval, e não sabia que ele tinha lhe dado um soco na cara. Este fato foi, para mim, a única explicação que justificava sua mudança de atitude em relação à minha pessoa. Então ele pegou meu texto e colocou em letras garrafais: “PLÁGIO”, deixando à vista de todos sobre a mesa da sala da pós graduação.

Depois fiquei sabendo que ele era um ser instável, de difícil relacionamento e, a partir daí, eu realmente não sabia o que fazer. Aquela dissertação foi para mim inexplicável, pois nunca havia chegado a produzir algo daquele nível e até hoje tenho ela comigo, mas com a tinta guache ocultando o nome do verdugo. Naquele momento comecei a escrever sobre o movimento operário na Era Vargas. Continuei batendo nas portas até chegar à mesa de uma professora, cujo nome não me lembro, que leu o conteúdo e achou horrível, feio, “parecendo com o samba do crioulo doido”, segundo ela.

A professora perguntou se eu conhecia a música, e afirmei que não. Logo, saí andando pelo campus da universidade sem saber para onde ir. Não dava para ouvir piadinhas racistas e acusações covardes sem uma contrapartida para que coisas dessa natureza não acontecessem mais. Se eu não conseguia apresentar uma proposta interessante, e se esta era a causa principal do meu fracasso para conseguir uma oportunidade e concorrer a uma vaga na seleção de mestrado, entenderia tranquilamente.

Por exemplo, o professor Celso não se dispôs a me ajudar porque eu não tinha nada a oferecer. Porém, ele nunca me tratou com falta de empatia, e isso, para mim, era o mais importante. Saí de lá convicto, depois de três anos, que todo meu esforço fora em vão. A cidade maravilhosa mantinha o velho asco da minha presença naquele lugar. Procurei, então, a Universidade Federal do Estado de Goiás (UFG), por estar mais próxima do Distrito de Federal.

Lá encontrei o professor Hélio, uma pessoa simples e atenciosa, que se dispôs a me ajudar. Depois de algumas reflexões sobre o tema com o qual eu pretendia trabalhar, ele disse que a proposta já tinha muitas pesquisas a respeito e seria importante eu procurar algo novo. Foi quando, durante nossas conversas, surgiu a ideia de trabalhar a administração pública em Brasília no período da construção. Assim, comecei a pesquisar sobre o assunto e, com seu apoio, fiz o projeto. Mas, ao contrário do que eu imaginava, essa fase estava longe de ser o fim da luta.

Foram vários anos sendo aprovado nas provas escritas e reprovado nos exames orais. Eu sentava perante os professores já sabendo o veredito. Ninguém mostrava interesse pelo meu trabalho, além da maneira desrespeitosa de alguns, que pegavam o projeto, folheavam, balançam a cabeça e o jogavam sobre a mesa, num movimento ríspido. Todo o esforço dedicado aos estudos durante o ano sucumbia em poucos minutos sobre a sentença das autoridades, cuja maioria já me conhecia dos processos seletivos anteriores.

Nessas idas e vindas, tive contato com o professor Jiani Fernando Langaro, uma figura muita humana. Ele sugeriu que eu escrevesse sobre as experiências dos operários da construção de Brasília e mencionou uma documentação no Arquivo Público do Distrito Federal que trazia a fala dessa gente. Fui atrás, salvei o material num *pen drive* e comecei um novo projeto. Aguardei mais um processo seletivo, fiquei otimista com minha apresentação oral e achei que havia passado. Contudo, os velhos ventos do passado continuavam me empurrando para o abismo enquanto eu relutava.

Saí de Brasília e fui naquela universidade procurar o professor Jiani. Só queria saber a razão da minha reprovação para entender realmente onde estava o problema. Não me recordo o que ele disse, mas sugeriu que eu tentasse no polo da UFG, em Catalão. Ele me relatou que havia pessoas legais lá que iriam gostar da minha proposta. Então aguardei o dia das provas com a mesma ansiedade e a velha convicção possíveis. Tomei conhecimento da data do processo seletivo, me preparei para as provas de língua estrangeira e outras de temas específicos da linha de pesquisa.

A princípio minha aprovação não teve o regozijo dos calouros e demorei a acreditar numa conquista que perdurou anos, deixando mais feridas do que satisfação. No dia 14 de abril de 2019, eu estava lá na aula inaugural, reunido com os colegas. Cada aluno se apresentou, falou um pouco de si e sobre o que esperava do curso. Logo em seguida os professores davam as boas-vindas, falavam sobre o mestrado e se dirigiam aos seus orientandos. Fiquei com o professor Paulo Inácio, um personagem a quem sempre terei gratidão por ter sido importante para meu crescimento como estudante no mestrado.

Meu deslocamento para o polo da UFG, que passou a ser a Universidade Federal de Catalão (UFCAT), foi cansativo. Eram 600 quilômetros de ida e vinda, com um encontro por semana de oito horas e mais seis de viagem. O gasto com combustível e alimentação era amenizado por uma hospedagem barata na casa de uma senhora, mãe de um colega de infância. Todavia, seu namoro não gostava da minha presença e, ao perceber o clima tenso entre o casal, saí em retirada. As despesas com a estadia no hotel mais as refeições apertaram meu orçamento, e a solução foi encarar o caminho de volta no mesmo dia.

O trânsito me preocupava e eu temia sofrer um acidente devido ao cansaço. No entanto, esta fora a melhor opção. A segunda era pernoitar dentro do carro, como fiz quando houve um simpósio de história no câmpus. Felizmente, para compensar, eu usufruía de uma vantagem no quesito alimentação. Almoçava na cantina da universidade por um preço irrisório, e isso ajudava bastante para quem o poder de compra estava bastante minguado. Os demais alunos comiam fora do câmpus por considerarem melhor a qualidade da comida. Até que proibiram os discentes da pós-graduação de almoçar no restaurante da universidade.

Com o término das aulas presenciais, começou-se a produção da dissertação que passou pela fase de qualificação. Foi um período difícil com a chegada da pandemia da Covid-19 no país, no final de fevereiro de 2020. Vivemos momentos de incertezas, com o número de mortes chegando a mais de 600.000, agravados por um sistema de saúde público há muito tempo ineficaz e pelo misto de incompetência e insanidade do presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro. Ele fez da tragédia humana um motivo para piadas, ignorando as medidas de combate da pandemia apontadas pelos especialistas, a ponto de rejeitar a oferta de vacinas.

Naquele período, a pesquisa, que teria 30 meses para ser concluída, perdeu o ritmo quando o acesso aos órgãos para coleta de dados foi interrompido pelo *lockdown*, uma forma de contenção da propagação do vírus. O tempo não parou, mas rastejou com a produção, a reflexão e o otimismo de que se conseguiria concluir o mestrado dentro do prazo previsto.

Por isso, o programa da pós-graduação prorrogou a conclusão do curso por mais três meses. Neste ínterim, continuei os encontros *on-line* todas as quartas-feiras com o professor Paulo, trocando ideias, problematizando. Isso permitia outro olhar sobre o objeto de pesquisa e, junto com o orientador, ia superando certas convicções ingênuas.

A nossa proposta de trabalho, “Memórias dos trabalhadores da construção de Brasília”, foi apontar as destruições de vidas para que a cidade fosse consolidada. Pessoas que realmente fizeram com que o sonho de uma nova capital federal fosse possível não tiveram o reconhecimento do Estado. Ao ser submetido às variadas formas de violência, tendo que lutar para sobreviver e conquistar um espaço numa cidade que ele mesmo construiu. A produção acadêmica que valoriza a objetividade, com a inclusão das minhas experiências de vida, foi um grande desafio. Mas, se a minha subjetividade se manifestava através da emoção, chegando a burlar a teoria com a poética, a pesquisa em história teria como proposta:

Ocupar de diferentes linguagens que se explica, se justifica pela a ideia de que as relações de dominação e subordinação estão presentes em todas as dimensões do social. Linguagem é entendida como forma de luta e forma de dominação apresentando situações- limites, momentos de tensão e fortes possibilidades críticas (PEIXOTO; HOURY; VIEIRA, 2007, p. 19).

Aderindo-se a essa relação, o mestrado mexeu com meu subconsciente. Quase tudo que, por 30 anos, com o apoio de psicoterapia, psicotrópicos, meditação e acupuntura, procurei dar uma leveza e aprender a conviver, acessei de forma temerosa. Para não falar apenas de mim, mostrei que a Brasília feia e a madrasta dos maus tratos são vivências sociais que estão muito além do meu inferno. Elas representam o privado e o público de muitos que encontraram, na marginalidade de sua existência, na cidade, a rebeldia para romper com um projeto de governo fundamentado na odiosa exclusão social.

Se eu consegui uma maior maturidade enquanto sujeito pensante, e isso sempre foi o motivo do meu interesse pelo *stricto sensu*, fui surpreendido ao aprender, com o mestrado a ser mais humano, diante de um desejo que parecia nunca morrer por atos violentos. Ao trocar os punhos cerrados e as armas pelo discurso combativo, mesmo sofrendo com esse comportamento, percebi que compensava. Consegui quebrar um ciclo no qual eu e meus pares só conhecemos a violência como o único meio de enfrentar a invisibilidade social.

Como exemplo, na rua onde moro, há um senhor, inquilino, mascate e solitário. De vez em quando ele resolve tomar algumas biritas e fica na porta de sua casa falando em voz alta que é trabalhador, votou no Lula, tem fé em Deus e está sofrendo muito. Eu admiro seu manifesto sem constrangimento, mesmo sobre efeito da aguardente. Seu ato não apenas

rompe com a represa do interior e alivia a dor, mas também exterioriza uma difícil realidade, entre tantas outras, ignorada por aquela sociedade.

Cheguei a ouvir, de algumas residentes, críticas ferozes, e a polícia constantemente era acionada. Falei para um vizinho que não precisava chamar uma instituição repressiva para quem precisa de ajuda, mas, em vez disso, acionasse um órgão mais humanitário, como o serviço social. Expliquei que os gritos dele não incomodavam, mas suas queixas sim, e era necessário termos um olhar mais refletivo para a complexidade das relações humanas. O indivíduo não gostou e se mostrou, de maneira ofensiva, a favor da ação bruta para solução de problemas como aquele.

Mostrando indiferença e preconceito, defendeu a necessidade de um Estado forte. Eu discordei afirmando que o povo já pagava muito caro para viver, e o necessário seria contestarmos esse modelo de sociedade excludente que agredi as manifestações que rompem barreiras, quebram paradigmas e politizam o social. Ele avermelhou-se e exaltou o estadista da atualidade. Como classe média, valorizou a meritocracia e, assim, se afastou e mudou sua maneira de ser comigo, mostrando aquele ódio característico da corrente sanguínea da classe média.

Por fim, no mestrado, enxerguei a capacidade de o indivíduo se localizar no tempo, saindo da lógica do conteúdo e aprendendo a pensar historicamente com o passado, que é um movimento sempre em construção. Por isso entendi que cabe ao historiador enxergar de outra maneira, procurando alternativas ao tratar o processo dialético sobre o objeto de pesquisa, com uma reflexão que possa transcendê-lo, fazendo do seu pressuposto teórico a história como portadora de uma função social.

REFERÊNCIAS

A companhia urbanizadora da nova capital (NOVACAP) foi instituída em 19 de setembro de 1956 pela Lei de nº 2.874,

A lei 4020, de 20 de dezembro de 1961 legalizou a Vila do Núcleo Bandeirante que passou a ser cidade satélite.

ARAÚJO, Amélia da Silva. **Depoimento** – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Guia de Fundo**. 9 ed. Brasília: O Arquivo, 2019. Disponível em: http://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/GUIA_DE_FUNDOS_Completo_HomePage_ArPDF-novo.pdf Acesso em: 23 out. 2020

Ata de número de 111 de 18-01 -1962. Várias interferências aos pedidos incluídos no processo em pauta, por alegações à situação financeira da empresa urbanizadora da nova capital.

BÉU, E. **Os filhos dos candangos**: Brasília sob o olhar da periferia. Brasília: Editora Universal de Brasília, 2013.

BIZELLO, Leandra Maria; CRIVELLI, Renato. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). **Revistas Bolivianas**, La Paz, vol. 6, nº 21, agosto 2012.

BOSCOV, I. O nascimento de uma nação. **Revista: Especial veja**. Brasília 50 anos, editora Abril, 2009.

BRASÍLIA: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Rio de Janeiro, NOVACAP, n. 40, abr. 1960.

CALDAS, Alderico de Souza. **Depoimento** - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1999. XX p.

CANDANGO. Brasília: Secretária da cultura, coordenadoria do programa do patrimônio cultural, 2013.

CARDOSO, Heloisa Helena PACHECO. Narrativa de um candango em Brasília. Bras. Hist., v. 4, n. 47, São Paulo, 2004.

CARLA, Maria. Brasília 60 anos - Pioneiros do sindicalismo. SINPRO-DF, 2020. Disponível em: www.sinprodf.org.br. Acesso em: maio 2022.

CASTRO, Astrea de Moraes e. Arquivologia: sua trajetória no Brasil. Brasília: ed. Stilo, 2008a.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.) Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Silvia Regina Viola de. (coord.). Catálogo – Depoimentos Orais I. 2. ed. Brasília: Arquivo Público do DF, 2008b. 200p. Disponível em: http://www.arquivopublico.df.gov.br/wpcontent/uploads/2017/09/Catalogo_Depoimentos_Orais_I.pdf. Acesso em: 2 nov. 2019.

CASTRO, Silvia Regina Viola de. (coord.). Catálogo – Depoimentos Orais II. Brasília: Arquivo Público do DF, 2008c. 125p. Disponível em: <http://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Cat%C3%A1logoDepoimentos-Orais-II.pdf> Acesso em: 2 nov. 2019.

CASTRO, S. R. V. de; SOARES, D. de C. Núcleo Bandeirante: a cidade que nasceu livre. Cadernos de Pesquisa, 9, Brasília: ArPDF, 2000.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

COSTA, Lucio. Compromisso de Brasília. *In*: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1970. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes – Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional, v. 6, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115413>. Acesso em: 25 out. 2020.

Decisões de portaria da Novacap de número 682/1962 e de número de 453 de 16-03-1963. Que trata de remanejamento, contratação e investigação de pessoal.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do plano: A construção das cidades satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. Anais – XIV SHCU – Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Carlos-SP, 2016. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/37.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

Em 27 de janeiro de 1984, a Candangolândia passou a ser a 19ª região administrativa do Distrito Federal, conforme a Lei nº 658.

Diário carioca - Brasília, 03 de dezembro de 1963, aprovado orçamento no DF com déficit de 45 bilhões, sem questionamento do Senado Federal.

Entrevista concedida pela senhora Severina Etelvina do Nascimento ao Arquivo Público do Distrito Federal. Em 17 de julho de 2002. Federal. 2016.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água, 2004.

FERNANDEZ, Cesar Najar. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 11p.

GUIA DE FUNDOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. 9. ed. Brasília, 2019.

GUIMARÃES, Alice Gonçalves. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999.

GUSMÃO, R. L. Artigo História do cotidiano de Brasília: Experiência e resistência dos candangos na construção da nova capital (1959-1961). Mosaico, v. 10, n.16, 2009.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal

Jornal o globo em 11-06-2019. Traz uma reportagem com Laura Tizzo sobre o movimento popular pela legalização da Vila Telebrasília.

Jornal última hora de Brasília, 1985. Ação da Administração Pública na derruba de barraco contra seus ocupantes e a presidente da associação de moradores.

Lei de número 161 em 04 de setembro de 1991 manteve o modelo original das construções como a “volumetria de edificações baixa, a presença da vegetação” da Vila Telebrasília.

LOBO, José Alves da Silva. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1996. 20 p.

MATERIAL DE LIVRE acesso que pode ser consultado no banco de dados digital do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/programa-de-historia-oral>. Acesso em: 2 nov. 2019.

MATIAS, Raimundo. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1995. 12 p.

MATTÃO, José. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 20p.

MELLO, Walter de Albuquerque. Entrevista concedida em sua residência, Brasília-DF, em 06/08/2019.

Na data 27 de janeiro de 1984 a Candangolândia passou a ser décima nona região administrativa do distrito federal conforme a lei de número 158.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Por que construí Brasília. Rio de Janeiro: Bloch, 1974. O repórter Nelson Mota Gomes do DFTV foi responsável pelo primeiro ano de investigação da morte do jornalista, em 11 de novembro de 1984 por grupo de extermínio.

OIVIERA, MARCIO DE. Brasília: o mito da trajetória da nação. Paralelo 15, 2005.274p.

PAVIANI, Aldo. Demandas sociais e ocupação do espaço urbano. O caso de Brasília, DF. Caderno Metr pole 21, 2º semestre de 2009.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Iara Maria Aun; VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. A pesquisa em história. São Paulo:  tica, 2007.

PONTES, Ant nio de Paula. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 18p.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narrac o, interpreta o e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI%2C%20Alessandro%20E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972: Decretos de n  7.492, que responsabilizava o GDF pela manuten o do acervo documental de Brasília e de 7.493, que criou o grupo de trabalho e tinha como objetivo estudar, sugerir, propor e adotar medidas para a implanta o do Arquivo Público do Distrito Federal.

PRETO, Sebastião Teixeira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 22p.

Revista acrópole de 1938 a 1971. No mês de fevereiro de 1960. Faz crítica as “imensas favelas” e a “política de avestruz” ocultando a falta de política habitacional no Distrito Federal.

Revista Brasília, 1958. Veículo de comunica o oficial que exaltava a constru o de Brasília e as autoridades da época.

Revista veja. Edi o especial. Editora Abril. Novembro de 2009. Mostra a falta de transparência nos gastos de verbas públicas com a constru o de Brasília.

ROCHA, C. Ascensão e influência das Igrejas pentecostais no Brasil. Igreja universal do reino de Deus, conhecida pela sigla IURD, fundada por Edir Macedo em 1977. Jornal Nexos, 19 de abril de 2020 (atualizado em 24/12/2020 às 14h08).

RODRIGUES, Dalva Afonso N. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 19p.

SILVA, Hilda Mendonça da. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1997. 9 p.

SOUZA, Tereza Eleutério de. Entrevista concedida no Cine, Brasília-DF, em 21/07/2019.

TAMANINI, L. F. Brasília: Memória da constru o. 2. ed. Brasília: livraria suspensa, 2003.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. No Tempo da GEB (1956-1960). Trabalho e Violência na Construção de Brasília. Brasília: Thesaurus, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TIEMANN, Nelson Ângelo. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1995. 2x p.

VARELA, Sebastião. O candango na fundação Brasília: Literatura de cordel. Brasília, secretaria da educação e cultura/ departamento de cultura 1981. 179p.

WIKIPÉDIA. **Candangos**, 2020. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Candango&oldid=59168962>. Acesso em: 17 fev. 2021.

WILHELM, Jorge. Uma interpretação: Brasília 1960. **Acrópole**, São Paulo, n. 256-257, fev. mar. 1960.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, RAYMOND. Recurso da esperança. Editora Unesp. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – ANTES E DURANTE A CONSTRUÇÃO



Fonte: Gizella Rodrigues, da Agência Brasília.

ANEXO B - VISTA PANORÂMICA DE ONDE SE FUNDARIA BRASÍLIA.



Fonte: Arquivo Público Do Distrito Federal.

ANEXO C - OPERÁRIOS CHEGANDO PARA TRABALHAR NA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL

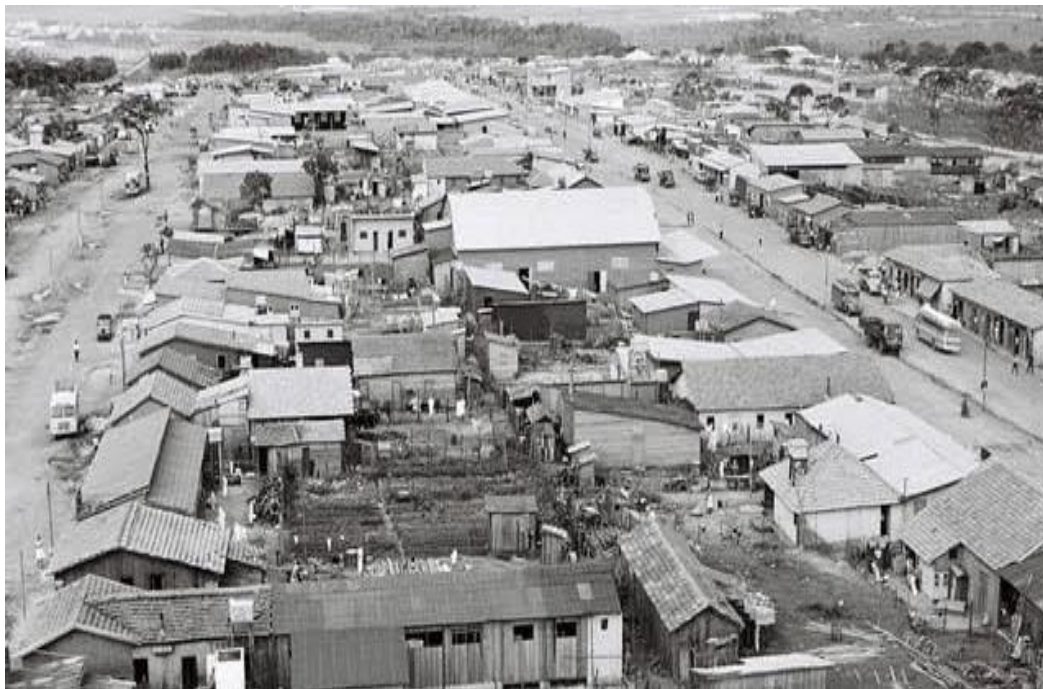


Fonte: Arquivo Público Do Distrito Federal.

ANEXO D - CANTEIROS DE OBRA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA



Fonte: Arquivo Público Do Distrito Federal.

ANEXO E - ACAMPAMENTO DE OPERÁRIOS NO NÚCLEO BANDEIRANTE.

Fonte: Arquivo Público Do Distrito Federal.

ANEXO F - HABITAÇÃO PROVISÓRIA NO CERRADO.

Fonte: Acervo da Coordenadoria do Programa do Patrimônio Cultural, 1986.

ANEXO G - MONUMENTO AOS CANDANGOS



Foto: Renato Araújo, Agência Brasília.

ANEXO H -ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL



Fonte: Auto não identificado.

ANEXO I - PLACA DA VILA TELEBRASÍLIA

Foto de Edilson Barbosa

ANEXO J - BARRACO VELHO DE MADEIRA NA ARÉA NORTE DA CEILÂNDIA - DF

Foto tirada pelo pesquisador em 29/04/2022.